

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE**

SILAS DORIVAL DE OLIVEIRA

**DIMENSÕES LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO: ELEMENTOS
PARA SE PENSAR A CIDADE DE ITAJUBÁ, MG**

Itajubá - MG

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE

SILAS DORIVAL DE OLIVEIRA

DIMENSÕES LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO: ELEMENTOS PARA SE
PENSAR A CIDADE DE ITAJUBÁ, MG

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Itajubá - MG

2017

SILAS DORIVAL DE OLIVEIRA

**DIMENSÕES LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO: ELEMENTOS PARA SE
PENSAR A CIDADE DE ITAJUBÁ, MG**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

Itajubá, 12 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz da Silva

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza

Prof. Dra. Daniele Ornaghi Sant'Anna

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta
Orientador

Dedico este trabalho à minha amada Flávia, meu filho Samuel e aquele(a) que virá em breve. Tudo que faço são por vocês. Dedico ainda a todos aqueles que, como eu não se conformam, são inquietos, questionadores e acreditam na possibilidade de construir um mundo melhor, pautado na justiça, na ética, na igualdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram do meu lado e contribuíram de alguma forma para que este trabalho acontecesse.

Em especial ao amigo e professor Carlos Alberto Máximo Pimenta, que acima de tudo, me ensinou os caminhos trabalhosos, porém prazerosos da pesquisa e me fez ver na academia um lugar de reflexão e de possibilidades de se pensar modelos de sociedade mais humanos, mais igualitários.

Aprendi que títulos se reduzem a papéis incapazes de descrever a grandeza da complexidade humana e que não devemos coloca-los acima daquilo em que acreditamos.

Agradeço aos professores do PPG-DTecS, em especial, Prof^a Viviane, Prof^o Adilson, Prof^a Daniela, Prof^o Rogério, que muito contribuíram para este trabalho e para formação de pesquisador.

Agradeço aos membros da banca de defesa, Prof. Dr. Régis de Toledo Souza, Prof. Dr. André Luiz da Silva e Prof^a. Dra. Daniele Ornaghi Sant'Anna, por suas avaliações e contribuições.

Agradeço aos discentes do programa que colaboraram nas conversas e trocas de formação de pesquisador, críticos, cientes de seu papel político e sua contribuição para o conhecimento humano.

Dentre os quais destaco aqueles com os quais estabeleci relações de afinidade, João, Ricardo Pimenta, Kezia, Raquel, Guilherme, Lídia, Samanta, Gabs.

Agradeço aos pesquisadores do NEID, Camilo por sua ousadia interdisciplinar, Natácia por sua organização e prontidão em ajudar sempre, Dalila, por não deixar de ser artista, Peixoto pela agilidade em otimizar as demandas do grupo (e por lembrar sempre da hora do almoço), Sabrina pelo capricho e atenção aos pequenos detalhes, Julia por sua inquietação diante de novos conhecimentos, Janaína pelo respeito que sempre demonstrou a todo grupo e ao Pimenta, que de forma coletiva e democrática, idealizou e construiu um grupo de pesquisa que se consolida a cada dia e não tem restrição alguma em ensinar tudo que sabe às pessoas que estão em volta.

Agradeço ainda aos familiares, amigos e irmãos que compreenderam minha reclusão e ausência nos períodos de pesquisa e dedicação a este trabalho.

Por fim, e mais importante, agradeço a Deus, pela força, pela vida e pela graça.

O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons.

(Martin Luther King)

OLIVEIRA, S. D. **Em debate o desenvolvimento: Elementos para se pensar a cidade de Itajubá, MG.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

RESUMO

Trata-se da temática do desenvolvimento, em que se leva em consideração as dimensões do local e sua interface com o modelo proposto no âmbito nacional. Justifica-se pela possibilidade de produzir saber que possa ser útil na elaboração de políticas de desenvolvimento local e face a observação de que não há, na literatura, pesquisa em municípios do porte da microrregião de Itajubá, o que fortalece o esforço deste estudo. Objetiva-se apreender os elementos que constituem, a partir do imaginário e das intencionalidades econômicas, políticas e socioculturais, as concepções de desenvolvimento inscritas nesta realidade. Por ser pesquisa interdisciplinar, com uso de recursos da História, da Sociologia, da Ciência Política e da Economia, buscou-se refletir por meio de múltiplos olhares um conjunto de documentos (atas de reuniões de vereadores, planos de governo municipais e jornais impressos) e entrevistas com atores políticos e sociais imersos nesse universo, com a pretensão de explorar as dimensões do local para as estratégias de desenvolvimento, bem como em quais bases ele se estabelece e se constitui.

Palavras chave: Itajubá, Imaginário social, Desenvolvimento local, Índícios do Desenvolvimento.

OLIVEIRA, S. D. **Em debate o desenvolvimento: Elementos para se pensar a cidade de Itajubá, MG.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

ABSTRACT

This is the development theme, which takes into account the dimensions of the local and its interface with the model proposed at the national level. It is justified by the possibility of producing knowledge that may be useful in the elaboration of local development policies and in the light of the observation that there is no research in municipalities of the size of the micro-region of Itajubá, which strengthens the effort of this study. The objective is to understand the elements that constitute, from the imaginary and the economic, political and socio-cultural intentions, the conceptions of development inscribed in this reality. As an interdisciplinary research, using resources from History, Sociology, Political Science and Economics, it was sought to reflect through multiple eyes a set of documents (drafts of councilors meetings, municipal government plans and printed newspapers) and interviews with political and social actors immersed in this universe, with the pretension of exploring the dimensions of the place for development strategies, as well as on what basis it is established and constituted.

Keywords: Itajubá, Social imaginary, Local development, Development indications

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

IEI – Instituto Eletrotécnico de Itajubá

IEMI – Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEID – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PPG-DTecS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

ÍNDICE DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da malha ferroviária de Minas Gerais.....	35
Figura 2 - Ferrovias do Sul de Minas	37
Figura 3 - Mapa atual da Microrregião de Itajubá.....	43
Figura 4 - Brasão de Itajubá	44
Figura 5 - Rua da Igreja N. S. Soledade	46
Figura 6 - Fonte da praça Theodomiro Santiago	47
Figura 7- Antigo Coreto.....	48
Figura 8 - Clube Itajubense	49
Figura 9 - Distribuição da população rural x urbano.....	52
Figura 10 - Distribuição por ocupação	52
Figura 11 - Vargas e Wenceslau Braz em Itajubá	56
Figura 12 - Enchente Rua Xavier Lisboa 1929	81
Figura 13- Enchente Av. Cel. Carneiro Júnior, 17 de janeiro de 1957	82
Figura 14 - Rua Aurílio Lopes, 04 de fevereiro de 1945.....	82
Figura 15 - Estrada de Ferro e estação ferroviária de Itajubá.....	84
Figura 16 – Mercado Municipal nos anos 1940	96
Figura 17 – Trabalhadores na zona rural de Itajubá	97
Figura 18 - Mapa de Itajubá 1	115
Figura 19 - Mapa de Itajubá 2	115
Figura 20 - Mapa de Itajubá 3	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Delimitações do objeto	14
Percurso metodológico interdisciplinar	15
1. Dimensões do conhecimento: olhares, escolhas e conceitos essenciais	15
1.1. Desenvolvimento e Imaginário Social	20
2. A pesquisa passo a passo: construção do método	22
CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ.....	27
1.1 Desenvolvimento Local: um conceito em construção	27
1.2 Apontamentos iniciais de desenvolvimentos: Breve histórico de Itajubá	31
1.3 Contornos da Proposta: caracterização da Microrregião	41
1.4 Concepções de desenvolvimento presentes no Brasil: A modernização de Vargas a Jango e os ecos na microrregião	53
CAPÍTULO 2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO	63
2.1 Desenvolvimento além da premissa econômica	63
2.3 Cultura e Desenvolvimento: Local x Global	72
2.4 Imaginário social e a construção do espaço da microrregião	78
2.5 A relação do público e do privado	85
2.6 A interface entre a Câmara Municipal e petições públicas.....	87
2.7 Higiene e saúde pública como palavras de ordem	90
CAPÍTULO 3. ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO: DIMENSÕES SUBJETIVAS	94
3.1. Táticas de inserção econômica.....	95
3.2 Itajubá aos olhos de seus cidadãos.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	115
Anexo 1 – Mapas Históricos de Itajubá.....	115
APÊNDICES	117
Apêndice 1 – Formulário de Pesquisa utilizado nas entrevistas	117

INTRODUÇÃO

Este estudo se circunscreve ao desenvolvimento local e dialoga com trabalhos sobre desenvolvimento e tecnologias realizados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – PPG-DTecS, da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, especificamente na linha de pesquisa *Desenvolvimento e Sociedade*, a qual esta pesquisa se insere.

A proposta se vincula ao projeto Indicativos do desenvolvimento: Investimento públicos e privados de Itajubá – MG, em execução no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento – NEID. Com o qual nos identificamos com seu eixo teórico diante da possibilidade de estabelecer trocas científicas para a formação de pesquisador.

A pesquisa, vinculada ao projeto guarda-chuva citado acima, consiste no esforço por revelar os meandros sociopolíticos e históricos sobre a construção do imaginário social referente ao tema desenvolvimento aproximando-os da realidade da microrregião de Itajubá. A proposta lança olhares para o conceito de desenvolvimento, o qual incorpora as dimensões sociocultural, econômica, política e ambiental, em que se valoriza as questões do local.

Coloca-se em pauta a discussão sobre a concepção de desenvolvimento, no contexto do local, a partir de uma matriz teórica que o pense por uma perspectiva não hegemônica, para além das concepções de desenvolvimento econômico ou crescimento.

Optamos por construir um percurso metodológico próprio, o qual detalharemos adiante, capaz de produzir um saber interdisciplinar sobre a temática do desenvolvimento local. Optamos também, a título de esclarecimento ao leitor, realizar uma pesquisa descritiva em que se explora recursos da história para montar um mosaico de elementos que caracterizam o desenvolvimento da microrregião.

A justificativa da pesquisa consiste na possibilidade de subsidiar as produções acadêmicas do PPG-DTecS, com informações circunscritas ao tema desenvolvimento na perspectiva do município de Itajubá. Ao mesmo tempo, descortinar elementos por detrás da construção do imaginário social referente ao desenvolvimento, aproximando-nos da realidade histórica constituída na cidade.

Com isso, há a possibilidade de oferecer ao poder público e a população em geral, conhecimento pertinente à elaboração e efetivação de políticas de desenvolvimento, que por

sua vez, possam se configurar como elementos de superação da pobreza e de outras mazelas sociais.

Justifica-se ainda, por não havermos encontrado na literatura, estudos sobre a temática na perspectiva desta microrregião e que discutem o desenvolvimento por um olhar interdisciplinar.

Os referenciais teóricos que organizaram a pesquisa apontaram para os limites e consequências que a confusão entre desenvolvimento e crescimento trouxeram à humanidade. Portanto, a necessidade de aprofundar este estudo se tornou conveniente frente aos desafios propostos.

A pergunta que norteou a proposta é: em quais bases a cidade de Itajubá promoveu o desenvolvimento? O questionamento pressupõe capturar o que se entende por desenvolvimento, para quem ele se aplica, o que ele não incorpora ou exclui. Dentro desse escopo, a pergunta se desdobra em problematizações que se estabelecem como um roteiro de interesses investigativos, os quais convergem com as preocupações desta pesquisa: qual a visão de desenvolvimento se evidencia nas ações daqueles que detém o sistema produtivo? Quais esforços foram feitos para inserir a lógica de desenvolvimento proposta no plano nacional? Quais elementos de organização sociopolítica e socioeconômica são privilegiados no processo de desenvolvimento local?

As discussões teóricas que utilizamos neste trabalho, evidenciaram a amplitude e a pluralidade do conceito de desenvolvimento e sua interface com o objeto de estudo, o qual se precisa nos entraves da propriedade privada com a construção do espaço urbano, mediados por ideais que se traduzem, ou não, como desenvolvimento para a população.

A análise se deu por documentos históricos e entrevistas dialogais, além de imagens e fotografias que serviram de apoio às reflexões postas. Os documentos indicaram a presença de temporalidades distintas ligadas às concepções de desenvolvimento instituídas no plano nacional, nas quais a propriedade privada se mostrou como elemento determinante para a ações locais do poder econômico acerca do desenvolvimento.

O conjunto de informações obtidas na pesquisa, aproxima-nos do pressuposto de que, a constituição do modelo de desenvolvimento experimentado no município de Itajubá, foi cuidadosamente planejado e se deu por meio de intencionalidades que estiveram conectadas ao processo de desenvolvimento nacional.

Nosso objetivo foi apreender como se deu o processo de construção do pensamento sobre o desenvolvimento na cidade de Itajubá-MG. Processo este, que aparece nas entrelinhas

dos documentos oficiais, nas falas daqueles que conduziram ações pragmáticas na construção da cidade, mas também é notado por aqueles que viram a outra face do desenvolvimento. Que estiveram aquém dos processos políticos e produtivos.

De modo específico buscou-se identificar as ações presentes no processo de desenvolvimento da microrregião de Itajubá, no sentido de trazer os elementos constitutivos do imaginário social, percebidos nas intencionalidades, táticas e estratégias políticas, econômicas e socioculturais.

Apropriando das concepções postas por Certeau (1994), chamamos *táticas* as saídas encontradas pelos indivíduos que estiveram à margem do processo de desenvolvimento, para vencer as *estratégias* da lógica vigente.

A especificidade da pesquisa aparece nos elementos que saltam das informações empíricas e localizam a construção de um pensamento social muito bem demarcado sobre o desenvolvimento local.

Na sequência, faremos a apresentação do objeto e do percurso metodológico trilhado no decorrer da pesquisa. Os conceitos essenciais às dimensões do conhecimento desta pesquisa serão aprofundados na metodologia, enquanto o referencial teórico é aprofundado no capítulo 2. Em todo o texto, aparecem *vozes* do objeto e elementos que revelam dimensões empíricas do mesmo.

Delimitações do objeto

Nossa intenção foi construir um conhecimento que permita a apreensão dos processos políticos e socioeconômicos por meio do imaginário social presente em Itajubá-MG, a história, se torna um importante elemento de coleta de dados e de apoio às questões que se quer discutir na interdisciplinaridade.

A escolha de Itajubá se dá por duas condições: Primeiro pelo vínculo ao projeto de pesquisa mencionado que estuda o município em uma perspectiva mais ampla. Segundo pela inquietação pessoal do pesquisador em suas observações sobre as relações constituídas no local.

Em relação ao desenvolvimento local buscamos as concepções presentes no processo de constituição do desenvolvimento no município. As interfaces entre o público e privado e as intencionalidades por detrás da construção do espaço urbano, e as dinâmicas que

circunscrevem a propriedade privada e, elucidam táticas e estratégias que compõem dimensões econômicas, políticas e socioculturais presentes no local.

Acredita-se que, com base nas leituras de Ianni (1992) e Furtado (1974; 2000), a partir de 1930, o país iniciou esforços por um modelo de desenvolvimento, ainda que se alinhasse, em alguns momentos às concepções instituídas, como veremos adiante. Desta forma, percebemos na cidade pistas sobre sua relação com o desenvolvimento deste período em diante.

O objeto se precisa na relação dos indivíduos com o local, relação esta mediada por obstáculos geográficos e socioeconômicos superados ou intensificados por políticas de desenvolvimento específicas. E delimita-se à concepção do imaginário local sobre desenvolvimento, manifesta nas táticas e estratégias dos indivíduos que compõem a cidade de Itajubá.

Percurso metodológico interdisciplinar

Definimos o percurso metodológico de forma detalhada. Em primeiro lugar tratamos das questões de interdisciplinaridade que perpassam a pesquisa, os limites e intenções do conhecimento que se propõe a construir e dos conceitos essenciais para o entendimento do objeto de estudo. Em seguida, detalhamos os caminhos que a pesquisa trilhou e os instrumentos de coleta e critérios de análise utilizados neste trajeto. Os conceitos de interdisciplinaridade, cultura e imaginário social são aprofundados nesta seção por serem essenciais aos limites epistemológicos da pesquisa.

1. Dimensões do conhecimento: olhares, escolhas e conceitos essenciais

O conhecimento que esta pesquisa se propôs a gerar se está relacionado a conceder voz àqueles indivíduos que estiveram à margem do processo de desenvolvimento proposto.

Sobre a situação socioeconômica destes indivíduos, o trabalho de Andrade; Ferreira (2013), revela que na microrregião de Itajubá, 36,80% do contingente demográfico se

encontram abaixo da linha da pobreza, sendo especificamente no município de Itajubá 19,3%. Número elevado em comparação com demais municípios do sul de Minas Gerais¹.

Entretanto, em primeiro momento, se fez necessário precisar as bases que alicerçaram o ideário por de trás da constituição do local.

Este esforço nos direcionou para uma segunda etapa do percurso metodológico, a coleta das dimensões imaginárias referentes ao processo do desenvolvimento de Itajubá, conforme aprofundaremos adiante.

Antes de avançarmos, é indispensável localizar alguns conceitos fundamentais para a pesquisa, tanto para as questões teóricas como as metodológicas. Na sequência, abordamos os aspectos interdisciplinares que permeiam o trabalho e os conceitos de cultura e imaginário social que são indispensáveis para a compreensão do objeto em sua dimensão ontológica.

O olhar interdisciplinar também exige novos contornos metodológicos. O percurso apresentado neste momento, foi elaborado com base nas particularidades do objeto e dos campos de conhecimento que cabem neste estudo.

Realizar uma pesquisa de caráter interdisciplinar não se configura como tarefa simples. Geralmente, os objetos de pesquisa a serem explorados são complexos e por isso exigem a junção de mais de um conhecimento para a sua compreensão.

As tradicionais receitas metodológicas, oriundas de uma ciência tradicional, elaborada há tempos e difundida, não cabem aqui. Bourdieu (1997) ressalta que o pesquisador na atualidade deve abandonar as velhas receitas metodológicas e evitar os procedimentos de pesquisa padronizados. As tradicionais técnicas de pesquisa por mais úteis que possam ser “[...] lhes falta quase sempre o essencial [...] porque permanecem dominados pela velha fidelidade a velhos princípios metodológicos” (BOURDIEU, 1997, p. 693).

Philippi Jr e Silva Neto (2011) alinham-se a este discurso e apontam que a metodologia de caráter interdisciplinar não se pode ser elaborada seguindo apenas as receitas metodológicas tradicionais. Os autores ressaltam que a interdisciplinaridade não ignora as bases epistemológicas das disciplinas, como no caso da transdisciplinaridade, e também, não tem a pretensão deixar intacto o monopólio epistemológico das disciplinas, como no caso da multidisciplinaridade. (PHILIPPI JR; SILVA NETO, 2011).

Nota-se que a metodologia interdisciplinar está em constante construção e que a elaboração metodológica desta também se relaciona intimamente, diversas vezes, com o

¹ Andrade; Ferreira (2013) utilizam dados do IBGE, Censo Demográfico, 2010 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

objeto a ser pesquisado. Na efervescência de objetos de pesquisa cada vez mais complexos, se pode questionar o grau de confiabilidade de se utilizar métodos prontos de pesquisa.

Vale ressaltar que a pesquisa interdisciplinar depende do objeto a ser pesquisado. Se este dialoga com mais de uma ciência, se este pode ser interpretado por diversas ciências, se este se faz complexo e se necessita ser compreendido por mais de um viés do saber.

A complexidade do objeto de estudo: construção da concepção de desenvolvimento da cidade de Itajubá, ganha formatos de tema interdisciplinar. Assim, os argumentos construídos utilizam recursos historiográficos, por conta de se estabelecer uma conexão entre a realidade instituída e seu passado. Utilizamos este recurso, principalmente, a partir da leitura de Arrighi (1997); Elias (1993) e Ianni (1992) que contribuem teoricamente para pensarmos o presente sem desconectá-lo do passado, mas como um reflexo deste. Assim, a história, é para esta pesquisa um campo de coleta de informações.

Entretanto, as discussões não se restringem ao campo historiográfico, os limites teóricos são fluídos, além da história, utilizamos conceitos da sociologia, principalmente o de imaginário social que discutiremos ainda nesta seção. A antropologia também contribuiu para nosso percurso epistemológico em sua capacidade de revelar os sentidos presentes nas ações, e pelo recurso de entrevistas dialogais. Outras áreas também permitiram alargar o olhar sobre o objeto, a ciência política e a economia se destacam por sua capacidade de traduzir as dinâmicas do objeto.

Para a construção de um conhecimento interdisciplinar não basta a união de mais de uma disciplina, de acordo com Philipi Junior; Silva Neto (2011), é preciso estabelecer as “portas de entrada”, pontos comuns que são abordados pelas diferentes áreas que estão envolvidas com o objeto de pesquisa. Nesta pesquisa, os diálogos que se propõe para a interdisciplinaridade circunscrevem a cultura, que de acordo com Pimenta (2006) é um objeto de estudo comum à história, à sociologia e à antropologia.

A cultura passa a ser essencial para superar as velhas concepções sobre desenvolvimento. Por isso, antes de avançarmos, apresentamos uma discussão teórica sobre o conceito de cultura, por ser o elemento de ligação entre as principais disciplinas que se aproximam do objeto.

Para pensar a cultura, partimos do conceito proposto por Willians (1992) que vê a cultura como sistema de significações e como meio para estudar as relações tidas como verdadeiras, mas que podem exprimir uma realidade diferente na prática. Como “uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIANS, 1992, p. 13).

Na concepção desse autor, ver a cultura implica em ver a sociedade, nesse caso, é possível refletir sobre a microrregião de Itajubá e tencionar elementos da cultura local que podem traduzir a concepção de desenvolvimento presente no imaginário social da microrregião em seu passado recente.

O trabalho de Willians (1992) dá indícios de que podem existir formas alternativas e contestadoras presentes nos saberes locais que fazem frente às formas instituídas, mas que só se mantêm sob grande esforço para não serem absorvidas pela ordem vigente.

Nesse caso, essas formas alternativas, se inserem mediante a permissividade do modelo hegemônico, que por sua vez, assimila aquelas que lhe são interessantes. Ocorre um jogo de tensões entre a ordem estabelecida e outras perspectivas – alternativas – presentes em determinada sociedade. Que também se vincula a um modelo de desenvolvimento.

O conceito posto por Edgard de Assis Carvalho, nos ajuda a organizar o entendimento da realidade por meio da cultura:

Conceito-armadilha, a cultura é composta por padrões, regras, instituições. Por isso, é fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes (CARVALHO, 2013, p. 49).

Trata-se de um conceito amplo que permite refletir sobre a complexidade do termo cultura e sua interface entre local x global, erudito x popular. E permite dialogar com a concepção posta por Raymond Willians na qual, a cultura é aplicada a “uma vida social e cultural totalmente abrangente. [...], a cultura tem sido usada com constância para se referir a todo modo de vida” de um povo” (WILLIANS, 1992, p. 186).

Já para Certeau (1994) o domínio da cultura é feito por *estratégias* que garantem aos detentores do sistema produtivo a dominação de uma sociedade, na qual a linguagem, se configura como elemento central para tal dominação. Porém, por outro lado, o homem “vencido” também se apoia na cultura, em *táticas*, para se defender da ordem estabelecida. Esta concepção de táticas e estratégias é fundamental para as reflexões desta pesquisa.

Geertz (1994) corrobora com essa premissa ao acrescentar que a cultura aparece em múltiplas relações postas na sociedade, como a moralidade, o comércio, a tecnologia e a política.

[...] la concepción que un Pueblo tiene de la vida aparece en muchos otros ámbitos de su cultura, y no solo en su arte. Aparece em su religión, en su *moralidade, en su ciência, en su comercio, en su tecnologia, en su política*, en sus diversiones, en su derecho, incluso en la forma en que organizan su práctica cotidiana (GEERTZ, 1994, p. 119, grifo nosso).

O conceito de cultura, apresentado pelos autores acima, não se aplica somente a expressões culturais, mas a todo um conjunto de elementos inscritos em uma determinada sociedade, capazes de revelar dinâmicas, tensões e alternativas presentes para os diversos grupos que a compõem.

Embora a centralidade do pensamento de Clifford Geertz proponha que o pesquisador deva nativizar para compreender os códigos culturais de uma sociedade, e não é essa a pretensão deste trabalho, sua teoria nos permite ampliar o entendimento do desenvolvimento por meio da cultura ao afirmar que o senso comum não é tão superficial como se imagina, pelo contrário, é carregado de elementos culturais que são capazes de coexistir com uma realidade legitimada pelo poder político e econômico.

Ou seja, não se compreende as dimensões históricas e o desenvolvimento desvinculados das dimensões culturais instituídas. A cultura, ao lado da história, torna-se um elemento revelador da realidade, isso se pensarmos a cultura como todo um modo de vida, conforme já posto por Willians (1992).

A partir dessas contribuições, esforçamos para pensar a cultura, neste trabalho, como: um elemento construído por meio das relações que perpassam todo o universo de um determinado grupo ou sociedade, em um determinado período de tempo, que se relaciona com saberes, técnicas, valores, crenças, dimensões simbólicas e resultantes do trabalho humano, mas não constantes e invariáveis, e que existem e coexistem na medida que são legitimados ou excluídos nas relações que os cercam.

E ainda nos apropriamos da leitura de Featherstone (1995) na medida em que concebe a cultura fora de uma lógica binária, maniqueísta, mas como um processo complexo, no qual as relações locais e globais se interagem, por vezes convergindo, por vezes divergindo na construção de identidades. A leitura de Certeau (1994) permite-nos vincular a cultura a determinado modelo de desenvolvimento ou projeto político/econômico e suas interfaces locais e globais.

Mesmo diante desse esforço, reconhecemos ser pretencioso construir um conceito próprio de cultura por não se tratar de um objeto facilmente capturável.

1.1. Desenvolvimento e Imaginário Social

As discussões teóricas sobre o conceito de imaginário social aqui são propostas por Baczko (1985), se trata de uma ferramenta metodológica que permite estudar as concepções de *imaginação* e *poder* coletivas que circunscrevem uma determinada sociedade em determinado período. E seu caráter é necessariamente pluridisciplinar. Por esse motivo, este conceito passa a ser relevante para localizar as interpretações empíricas presentes ao longo do texto.

De acordo com o autor, qualquer forma de poder, em especial o poder político, se mune de representações que o legitimam. “Por detrás dos imaginários, procuravam-se os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus domínios e representações, etc.” (BACZKO, 1985, p. 297). Nesse sentido, os imaginários não são instituídos de forma autônoma, pelo contrário, são dispositivos que atuam a direcionar os rumos do poder e do coletivo.

Tal argumento se evidencia em momentos de crise política, na qual grupos opositores se utilizam de representações para desestabilizar o poder vigente.

Faz-se relevante mencionar que os imaginários se constroem a partir de símbolos, representações e signos coletivos que ganham reconhecimento social mediante valor histórico/político/cultural.

Os agentes sociais, na perspectiva de Baczko (1985) fazem o manejo do imaginário social assim como a publicidade faz com a propaganda em um exercício de fortalecer ou refutar elementos que os interessam. “A atitude técnico-instrumental prolonga-se através de teorias que concebem o imaginário como um artifício arbitrariamente fabricado e manipulável até ao infinito” (BACZKO, 1985, p. 301). Em outras palavras, o poder se apropria dos meios de controle da imaginação coletiva e direciona o coletivo mediante interesses políticos e/ou econômicos.

A estrutura inteligível de toda a actividade humana provém do facto de os agentes sociais visarem um sentido na sua conduta, regulando os seus comportamentos recíprocos em função desse. O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade colectiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem (BACZKO, 1985, p. 307).

Na perspectiva do autor supracitado, o imaginário social está presente em um conjunto de símbolos, regras, e comportamentos estabelecidos, que traduzem a identidade coletiva de uma determinada sociedade. No caso desta pesquisa, estes elementos aparecem nas análises empíricas, conforme veremos a partir do próximo capítulo.

Acreditamos que o estudo do imaginário possibilita a abordagem interdisciplinar no campo das ciências sociais: “seu caráter necessariamente pluridisciplinar e a diversidade das abordagens e tendências metodológicas” (BACZKO, 1985, p. 308).

No que diz respeito ao adjetivo social, referente ao imaginário, são postas duas perspectivas:

Por um lado, trata-se da orientação da actividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder (BACZKO, 1985, p. 309).

Em outras palavras, refere-se a fenômenos que designam o coletivo em espaços de relações de poder. Atuam como elementos centrais na constituição e legitimação de uma identidade coletiva, definem padrões de comportamentos e posições socialmente aceitos. Mediante o imaginário coletivo o indivíduo exerce ações sociais.

Na concepção de Pesavento (1995) o imaginário social circunscreve a uma tendência de análise da historiografia, que estuda sistemas simbólicos de ideias e imagens de representação coletiva. Cabendo ao pesquisador interrogar o mundo a partir de suas referências simbólicas a fim de que se apreenda sua pluralidade de sentidos.

Essa concepção de imaginário nos permite pensar a cultura, e/ou a sociedade, como uma rede de significados socialmente estabelecidos, em que a cidade passa a ser o lugar de confluência destes significados (PESAVENTO, 1995), nesse sentido, capturar a construção destes significados implica em construir uma leitura do local no que diz respeito às representações que indicam suas concepções de desenvolvimento.

Na tentativa de responder aos objetivos do trabalho, apropriamos do imaginário da seguinte forma: nos direcionaremos aos ecos dos processos políticos do plano nacional na constituição do imaginário social da microrregião de Itajubá presentes nas ações e nas falas dos indivíduos que possuem uma relação com a construção da cidade.

A concepção de desenvolvimento presente na constituição da sociedade itajubense, bem como suas escolhas e tendências, denotam para um viés competitivo, de busca pelo

crescimento econômico e inserção na ideia de modernidade engendrada na sociedade brasileira como todo (IANNI, 1992).

2. A pesquisa passo a passo: construção do método

Dadas as discussões conceituais elementares, avançamos para os critérios de coleta e análise de dados que elaboramos consoantes ao objeto em suas interfaces. O leitor perceberá que, em alguns momentos, estes métodos sofreram reestruturações intrínsecas a disponibilidade dos dados empíricos.

Na coleta de dados, utilizou-se de duas técnicas, em momentos distintos: Em primeiro lugar aplicamos ao resgate de documentos oficiais do poder público, que se evidenciam em atas da Câmara Municipal datadas dos anos 1930² e jornais impressos que circularam a partir do período de 1950³. Além destes documentos, o conteúdo da literatura local⁴ corroborou com a coleta de informações.

Em segundo momento foram feitas entrevistas dialogais com indivíduos que possuem alguma ligação com a ideia de desenvolvimento da microrregião na atualidade. O critério de escolha para estas entrevistas de deu pelos indicativos dos documentos oficiais que, em suas entrelinhas, demonstram indivíduos que estiveram à margem do sistema produtivo. Observamos como as relações se estabelecem e quem são os indivíduos desprivilegiados na constituição do desenvolvimento. O critério de esgotamento utilizado foi a repetição de informações.

Com relação a natureza das fontes, Pollak (1992) não vê diferença qualitativa entre a fonte escrita e oral para construção do conhecimento histórico, ambos podem ser manipulados e conter verdades ou inverdades, e podem ser melhor aproveitados com o que esse autor chama de “sensibilidade epistemológica específica” (POLLAK, 1992, p. 208). Por outro lado, Nora (1993) faz a distinção entre memória e história da seguinte forma:

² Não se trata de uma data fixa, foram resgatados alguns documentos anteriores a este período. A utilização de “1930” se dá por questões teóricas que explicamos no capítulo 1.

³ A escolha das temporalidades atas e dos jornais se deu pela disponibilidade e pela aproximação das informações aos objetivos da pesquisa.

⁴ Este recurso se deu pela ausência de detalhes na maioria das fontes primárias. Guimarães (1998); Pizarro (2002) e Rios (2016) pertencem a esta literatura e possuem vasto número de informações interessantes à pesquisa.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

O autor salienta que a história é construída de forma intencional por aqueles que dispõem de elementos para justifica-la, que podem ser, datas comemorativas, feriados, monumentos, nomes de lugares etc. A história se constitui com os chamados lugares de memória, depósitos de símbolos que formam o imaginário coletivo de uma determinada sociedade. Esses lugares e símbolos podem ser de natureza material ou imaterial, mais ou menos relevantes na constituição da memória da qual advém a identidade de uma dada sociedade.

Os lugares de memória não se constituem de forma automática, para que sejam impregnados ao imaginário do grupo em que pertencem, são comumente realizados esforços para que a memória permaneça viva. "Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria" (NORA, 1993, p. 13). Aqui o autor se refere aos grupos que detém o monopólio da memória e assim determinam o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido.

O conceito de memória, posto por Nora (1993) permite fazer o resgate da história oral que pode estar por detrás da realidade constituída oficialmente. No momento em que se cruzou a memória com a história oficial, foi possível verificar aquilo que foi ou não privilegiado por esta.

Com relação as entrevistas, realizaram-se entre março e setembro de 2017 em um bairro da zona rural e dois da zona urbana sendo uma delas no local de trabalho de um entrevistado e as demais em suas residências. Utilizamos apenas uma letra inicial para se referir ao entrevistado ao longo do texto. Foram dialogais em forma de um "bate papo", sistematizadas e registradas em caderno de campo e transcritos no texto os trechos relevantes. A princípio, a intenção era utilizar um gravador para registro das falas, mas percebemos que os participantes não se sentiram seguros diante de tal recurso. Este estranhamento é visto em Pollak (1992), intensificado pela idade dos entrevistados – de 50 a 93 anos.

Em um primeiro momento no campo, ao mencionar a palavra entrevista percebemos uma resistência e estranhamento por parte do entrevistado, que nos falou preferir bater um papo ao invés de conceder entrevista.

Nosso cuidado foi no sentido de não conduzir a fala do entrevistado, uma vez que, pode não estar habituado a falar das experiências que permearam sua vida pessoal. “Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi sua vida, tem muita dificuldade de entender esse súbito interesse” (POLLAK, 1992, p. 213).

Com isso, o pesquisador elaborou um formulário de pesquisa⁵ para nortear a prosa, e lançou algumas perguntas que aproximem a prosa dos objetivos da pesquisa: “Qual era a visão de desenvolvimento que se pensava em Itajubá nesse período?”, “Quais eram as dificuldades que se percebia?” “Quais alternativas tinham aqueles que não dispunham de trabalhos formais?” “Como você percebe a relação entre passado e presente, levando em consideração o desenvolvimento de Itajubá?”, “Quais foram suas táticas de inserção econômica e social?”, e então deixamos com o que os entrevistados falassem de forma espontânea.

Sobre as datas encontradas nas narrativas orais, de acordo com Pollak (1992), pode ser que nem sempre elas coincidem com a história oficial, pois, as pessoas tem mais facilidade em lembrar-se de períodos em que suas vidas foram atingidas, positiva ou negativamente, como por exemplo, anos em que houve maior oferta de empregos, catástrofes naturais etc.

O critério para o esgotamento das entrevistas foi a repetição de falas ou quando o entrevistado desejou encerrar sua fala.

Do ponto de vista dos documentos escritos, em visita ao arquivo da Câmara Municipal de Itajubá, no dia 08 de março de 2016, foram encontrados documentos oficiais, como planos de governo, relatórios de obras, atas de reuniões, livros que registram a memória do local dentre outros, os quais foram postos à disposição do pesquisador por parte das pessoas responsáveis pelo espaço.

Entretanto, realizada análise dos documentos, em especial as atas de reuniões dos vereadores, datadas do início do século XX, não foram encontradas informações em quantidade que atingissem os objetivos esperados, desta forma, utilizou-se de outras fontes, como se vê a seguir.

⁵ Este formulário encontra-se no apêndice 1.

Optamos por analisar os exemplares do jornal “O sul de minas” encontrados na Academia Itajubense de História, um espaço que tem por objetivo resgatar a memória do município. Também neste espaço, visitado em maio de 2015, houve disponibilidade, por parte do Presidente da Academia, em colaborar com a pesquisa. Com relação aos exemplares encontrados, há uma grande quantidade destes jornais do período escolhido para a pesquisa.

A análise dos jornais levou em consideração que os fatos podem carregar inverdades ou serem direcionados por ideologias diversas, nesse caso, restringimos às questões que indicam ou corroboram em revelar aspectos do imaginário que serviram à pesquisa.

O critério de escolha da natureza das fontes, se deu pela sua disponibilidade e por sua capacidade de observar as intencionalidades da produção de sentido que dão indícios ao imaginário social presente na sociedade que nos propomos a estudar, e pela intenção de se confrontar tais fontes, tidas como oficiais, com as narrativas orais para que se possa perceber os pontos divergentes e convergentes, para pensarmos a contemporaneidade.

É relevante evidenciar, que, a Nova História enquanto escola historiográfica, privilegia documentos tidos como não oficiais por se propor a estudar o lado ‘perdedor’ da história. Contudo a escolha das fontes aqui mencionadas se dá pela natureza da pesquisa, e pela ausência de outras que pela especificidade da região não são encontradas.

Para solucionar a questão da escassez de fontes históricas, Ginzburg (1989) propõe o *paradigma indiciário*, uma metodologia para análise de elementos que podem estar nas entrelinhas de documentos históricos. Tal método consiste em buscar nas entrelinhas aquilo que não foi dito pelo autor da fonte. Consiste em um método de encontrar indícios nos documentos, fazendo o trabalho de um “detetive” ao identificar pistas que a maioria não vê.

Este método pode ser aplicado a disciplinas qualitativas que tenham como objetos casos, situações e documentos individuais e por isso "alcançam resultados que tem uma margem ineliminável de causalidade" (GINZBURG, 1989, p. 156). Para o autor, o paradigma indiciário aproxima a história das ciências sociais por seu caráter conjectural, e por unir resultados que podem responder a questões de cunhos sociais e historiográficos.

E ainda salienta a capacidade desse paradigma descortinar a realidade dada como opaca, acabada, ao passo que existem zonas privilegiadas que são os sinais e indícios que podem ajudar a compreender os interesses por detrás de uma construção, ainda que coletiva, de uma identidade.

Evidenciamos que, para os fins desta pesquisa, o paradigma indiciário constitui importante recurso metodológico, do ponto de vista da sistematização, realizamos a análise

dos documentos, sobre a ótica do paradigma indiciário. As informações mais relevantes foram transcritas, outras são narradas ao longo do texto, com a intencionalidade de elaborar uma escrita de formato interdisciplinar.

Feita a análise dos documentos escritos, a ideia foi confronta-los com as narrativas orais, para a construção do saber que nos propomos e aproximar aos objetivos estabelecidos afim de descortinar elementos do imaginário sobre desenvolvimento da cidade de Itajubá.

Dada todas estas considerações, o trabalho se estrutura da seguinte forma: no primeiro capítulo trazemos o estado da arte, uma contextualização do local, bem como suas interfaces históricas, geográficas e sociais que caracterizam o objeto de estudo. Este capítulo se faz necessário ao leitor que desconhece o local estudado e se torna esclarecedor para a compreensão dos argumentos empíricos aprofundados nos demais capítulos.

Este esforço se dá, para evidenciar que a cidade de Itajubá, historicamente, se constituiu como polo da microrregião a qual está inserida, Microrregião de Itajubá, composta por 13 municípios da Mesorregião do Sul de Minas Gerais.

No segundo capítulo, apresentamos a análise de documentos oficiais que forneceram indícios sobre as relações constituídas no local ligadas a constituição do desenvolvimento de Itajubá. As concepções teóricas aparecem em conjunto com as informações referentes aos documentos e apontam os caminhos trilhados pelo desenvolvimento do local e concepções mais amplas sobre desenvolvimento que alinham ou não à realidade experimentada no local.

Dada as análises destes documentos, foi possível identificar dimensões subjetivas capturadas em forma de entrevistas dialogais de pessoas que fizeram parte deste processo, e que foram transcritas e analisadas no terceiro capítulo. Algumas falas aparecem em toda extensão do texto, na intenção de perceber a ligação entre as vozes do objeto e as concepções teóricas. As falas transcritas de entrevistas são citadas em itálico e referenciadas com uma ou duas iniciais entre parêntese e aspas com intuito de não revelar a identidade do entrevistado.

Avancemos neste momento, para um universo de reflexões que nos permitem pensar no local, para agir no global, superar paradigmas instituídos incapazes de garantir igualdade social e inserir outras concepções de interações coletivas.

CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ

A proposta deste capítulo é contextualizar três aspectos distintos: em primeiro lugar a literatura que se aproximam do tema desenvolvimento local, por se tratar de um conceito essencial para o entendimento do objeto de estudo. Ressaltamos que essas discussões são recentes se comparadas ao processo investigado na pesquisa e são postas como elementos para reflexão teórica do objeto.

Em segundo lugar, uma descrição histórica e geográfica da cidade de Itajubá que é o elemento central deste trabalho. Esta parte se faz necessária para dar sentido às análises empíricas que fizemos na sequência do texto. Além disso, para elucidar características do local que se conectam aos seus esforços de desenvolvimento.

Por fim, consideramos necessária, uma caracterização histórica das concepções de desenvolvimento e tendências sociopolíticas presentes no Brasil no período dos anos 1930 aos anos 1960. A definição deste período parte das análises empíricas realizadas que indicaram conexões entre o município e o país. E revelaram transformações e rupturas no plano nacional percebidas nas experiências e questões praticadas no local. A relevância desta parte consiste em considerar as informações empíricas conforme o contexto político experienciado na realidade brasileira em questão.

1.1 Desenvolvimento Local: um conceito em construção

Na trajetória da pesquisa, antes das análises empíricas, se fez necessário aprofundar a temática do desenvolvimento local para a apreensão do conceito e para localizar as múltiplas possibilidades que o tema apresenta em sua literatura.

No dia 19 de janeiro de 2016 em pesquisa com as palavras chave do trabalho nos sítios eletrônicos: banco de teses da Capes, diretórios de grupos de pesquisa do CNPq, e ao Scielo, encontramos diversos trabalhos relacionados ao tema da pesquisa.

Com a palavra-chave “desenvolvimento local” encontramos 61.193 trabalhos no banco de dados da CAPES, sendo 46.348 dissertações e 11.216 teses.

Esses trabalhos foram sistematizados e analisados em seguida. Constatamos que discutem o desenvolvimento local, na perspectiva das políticas públicas, do turismo, do rural, da educação, da sustentabilidade, das tecnologias, da psicologia e da cultura.

A pesquisa de Antonio Dorsa, *Luzes do Cerrado: Cultura, Memória e Identidade com Potencialidades Desenvolvimento local* se aproxima em parte da discussão, entretanto privilegia estudos sobre turismo, cultura e identidade.

O trabalho *Adoção de Praças em Itajubá*, de Mariana Pereira dos Santos Fortes, discute a caracterização das praças itajubenses, mas não discute aspectos específicos do desenvolvimento.

Destes trabalhos, 38 pertencem a programas interdisciplinares. Em sua maioria discutem indicadores de saúde, economia criativa e políticas públicas. Não foram encontrados trabalhos de programas interdisciplinares que discutem o desenvolvimento da perspectiva que propomos, na microrregião de Itajubá ou em localidades próximas.

Dentre os demais trabalhos, no banco de teses e dissertações da CAPES, acerca do município de Itajubá, apenas um discute o desenvolvimento, entretanto, privilegia o marketing, enquanto recurso estratégico para o local. Os demais trabalhos sobre Itajubá encontram-se nos campos da engenharia e das ciências exatas.

O artigo *Produção familiar, conservação ambiental e turismo no espaço rural da microrregião de Itajubá, Minas Gerais*, de Alexandre Carvalho de Andrade e Enéas Rente Ferreira, trouxe dados e informações significativas para esta pesquisa, embora o foco do texto não é o desenvolvimento e sim a os aspectos rurais e turísticos do local.

Diante da escassez de trabalhos sobre a cidade de Itajubá, nos propomos a aprofundar sobre o conceito de desenvolvimento local, por se tratar do tema da pesquisa, antes de entrarmos nas análises do objeto em si.

Na atualidade, as discussões sobre o desenvolvimento local emergem como possibilidades para superação das mazelas dos países periféricos.

O poder local surge como ferramenta para a diminuição das discontinuidades do processo tradicional de desenvolvimento, para Dowbor (2008) ainda que não assegure, cria equilíbrios mais democráticos frente ao poder centralizado nas mãos das elites detentoras do sistema de produção, atenuando as disparidades acentuadas pela lógica neoliberal e pela globalização. De acordo com o autor, é possível conciliar a sociedade tecnológica que vivemos com um modelo de vida sustentável e que possibilite o desenvolvimento:

O problema central, portanto, é o da recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que levam a que a nossa vida seja agradável ou não. Mais uma vez, não há nenhuma lei que determine que devemos nos matar todos de trabalho para criar um mundo que não queremos (DOWBOR, 2008, p. 3).

A crítica do autor se insere no modo como o espaço local é produzido de forma a dificultar a mobilidade e a relação das pessoas com o trabalho, mas que pode ser modificado a partir do poder local, rompendo, tanto com a visão liberal, que propõe “que devemos evitar de nos intrometer na construção do mundo que nos cerca” (DOWBOR, 2008, p. 4) crendo no poder do mercado de solucionar todas as demandas; quanto com a visão estatizante centralizadora. Nesse sentido, o poder local surge como possibilidade de gerar práticas autônomas para o município, o bairro, o quarteirão (DOWBOR, 2008).

Sobre a importância do espaço/território no desenvolvimento, Marques e Bichir (2001) afirmam que sua construção não se dá de forma autônoma, mas apontam para o meio como um reflexo das políticas locais. A afirmação dos autores consiste em problematizar a questão do espaço, desvincula-se da ideia de que este é construído de forma natural. Podem existir relações de poder que influenciam nas construções, arquiteturas, especulação imobiliária etc.

Se o desenvolvimento local passa a ser preponderante para superar descontinuidades de outros modelos de desenvolvimento, é preciso pensar as ferramentas de instrumentalização e participação social em políticas de desenvolvimento local.

Neste sentido, Bandeira (2009) apresenta um estudo sobre práticas participativas que visam o desenvolvimento regional, no contexto brasileiro. São elas: a dos conselhos regionais de Desenvolvimento; a dos conselhos municipais e regionais de Desenvolvimento Sustentável; a das audiências públicas regionais; a dos fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado; e a das assembleias orçamentárias microrregionais. Na pesquisa do autor cada mecanismo de participação foi analisado em um estado diferente da Federação.

A articulação entre os atores sociais ligados a essas ferramentas de participação torna-se um elemento essencial para a consolidação de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento.

Mais escassas, no Brasil, são as iniciativas de promoção da participação ou de articulação de atores sociais que tenham, simultaneamente, escopo territorial e setorial mais amplo, atingindo âmbito microrregional e tendo uma abrangência que transcenda o nível de um setor, programa ou projeto específico (BANDEIRA, 1999, p. 6).

De acordo com o autor, não há uma intermediação entre as regiões, microrregiões, estados e a esfera federal, no sentido de estabelecer diálogos entre as demandas regionais e órgãos públicos estaduais e federais. Ou seja, as políticas públicas, em sua maioria, desconsideram as divisões regionais.

A articulação dos distintos atores sociais no processo de elaboração de políticas de desenvolvimento passa a ser fundamental para a efetivação de ações democráticas. Faz-se necessário levar em consideração as dimensões naturais, culturais, históricas e simbólicas de uma região ou população. A amplitude da dimensão do termo desenvolvimento torna inviável pensa-lo como responsabilidade única do poder público em políticas de “cima para baixo”.

Com relação a participação de atores distintos na constituição do desenvolvimento, não se trata de reduzir o papel do ator Estado. Pelo contrário, este tem papel preponderante em “criar condições para o aumento da participação da sociedade civil nessas atividades” (BANDEIRA, 1999, p. 15). Este aumento deve ser pensado de forma qualitativa. A participação da sociedade civil, instrumentalizada pelo poder público, propõe condições que podem aumentar a sustentabilidade, a autossuficiência e a justiça social (BANDEIRA, 1999).

Faz-se necessário problematizar a questão da participação. Considerar a qualidade da participação e a efetivação das demandas de grupos distintos do tecido social.

Por outro lado, inerente a essas questões de participação, cabe destacar a importância de levar em consideração a simbiose entre cultura e meio na formação da identidade de uma região e, então, pensar um modelo de desenvolvimento que se adeque as demandas próprias do local.

Implica em não separarmos três coisas: 1. Povo (populações); 2. Cultura (saberes e práticas) e 3. Meio Ambiente (espaço físico) no momento de elaboração e efetivação de políticas de desenvolvimento.

O Estado, neste contexto, pode ser pensado como um agente potencializador da articulação entre estes três elementos, não de maneira impositiva, mas não também em moldes mínimos, Estado inexistente.

A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais também é funcional para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada. A existência dessa identidade é condição essencial para que um determinado território possa, de forma

significativa e não arbitrária, ser denominado de região (BANDEIRA, 1999, p. 29).

Na construção desta identidade regional deve-se levar em consideração as dimensões históricas nela presentes que resultam de processos políticos, culturais e sociais. Definem demandas e alimentam tensões e intensões diversas.

Todas essas premissas devem ser consideradas ao se pensar o desenvolvimento local, a saber: os mecanismos de participação; a construção do espaço; a constituição da identidade; a historicidade; os elementos culturais e a articulação dos atores sociais.

Estas considerações foram postas no intuito de demarcar teoricamente o conceito de desenvolvimento local, que compõe o tema da pesquisa.

Ressaltamos que a investigação mostrou que a constituição do desenvolvimento em Itajubá foge das premissas teóricas apresentadas devido a um conjunto de circunstâncias históricas, sociais, geográficas e econômicas.

Entretanto, julgamos necessário esta discussão para encaminhamentos e futuras pesquisas que podem utilizar este estudo como ponto de partida e para ampliar a compreensão do tema da pesquisa.

1.2 Apontamentos iniciais de desenvolvimentos: Breve histórico de Itajubá

Este subtítulo propõe o resgate histórico da microrregião. A proposta é aproximar-se do objeto de estudo, para ampliar a compreensão das análises empíricas posteriores. Mas o que é de fato essa microrregião? Trata-se de uma região em transição? Qual é a ideia de desenvolvimento presente? Para responder a esses questionamentos faz-se necessário resgatar a história que compõe esta cidade tida como ‘fácil de ser amada’⁶ e sua contextualização para as reflexões pertinentes ao objeto de estudo.

A história de Itajubá se inicia em 1703, 116 anos antes da fundação do atual município, na região que, na atualidade pertence a cidade de Delfim Moreira⁷ no alto da Serra da Mantiqueira, primitiva comunidade denominada *Nossa Senhora da Soledade de Itagybá* fundada pelo taubateano Miguel Garcia Velho (GUIMARÃES, 1998).

⁶ Trata-se de *slogan* utilizado por um político que posteriormente popularizou como rótulo da cidade.

⁷ Delfim Moreira é atualmente um município pertencente a microrregião.

O povoado surge no entorno de uma cascata que explica sua etimologia tupi, *Itagybá*: água que, do alto, cai sobre a pedra. Entretanto, por razões de pronúncia, popularizou-se Itajubá, por muitos confundido com a paroxítona *itajuba* que significa pedra amarela, e que em nada se relaciona com as muitas cachoeiras presentes na região, presentes até na bandeira de Itajubá.

Retomando a narrativa da história da cidade, o Padre Lourenço da Costa Moreira foi nomeado como pároco daquela região, posteriormente conhecida como *Itajubá Velho*, chega, em 1818 da cidade de Guaratinguetá, que, de acordo com Armelin Guinarães,⁸ não gostou do lugar, considerando-o frio demais e de topografia desfavorável para o desenvolvimento do arraial⁹.

Com isso, o padre convidou alguns de seus paroquianos para uma caravana serra abaixo, rumo ao vale do Sapucaí, onde supostamente, teriam terras férteis e clima favorável para transferir o povoado.

Em 19 de março de 1819, o Padre Lourenço chegou a uma colina que, aos seus pés corria o Sapucaí, improvisou um altar e celebrou uma missa. Assim fundou Itajubá. Não havia comunidades ou arraial, apenas fazendas nos entornos administradas por posseiros ou sesmeiros, de acordo com a história local ficaram satisfeitos com a chegada do padre e de sua escolha pelo lugar.

Neste momento ocorre o primeiro entrave envolvendo a questão da formação do espaço urbano: a propriedade privada¹⁰. A colina onde fora celebrada a primeira missa pertencia a um fazendeiro, Francisco Alves, que decide doar a colina à Igreja, onde o padre construiu uma capela.

É nítida a relação da propriedade privada, neste caso latifundiária, como empecilho para os futuros problemas de locomoção, enchentes, e especulação imobiliária.

A história segue. A comunidade que surge passa a se chamara “Capela Nova da Boa Vista do Sapucaí” e com o decorrer dos anos se tornou *Itajubá Novo*. A ideia de progresso já permeava o imaginário de Pe. Lourenço, que dizia sobre o arraial: “em breve tempo seria uma vila de renome” (GUIMARÃES, 1998). Em trinta anos já possuía ruas organizadas, comércio e população superior à antiga sede paroquial.

⁸ Historiador local que sistematizou informações, documentos e narrativas da história de Itajubá na segunda metade do século XX.

⁹ Essas informações estão registradas nos Livros de Tombo da Paróquia N. S. da Soledade de Itajubá e de Delfim Moreira.

¹⁰ Esta informação é essencial para o entendimento do objeto de estudo, e será aprofundada no capítulo 2.

Em 27 de setembro de 1848, Bernardino José Queiroga, então presidente da província de Minas Gerais, sancionou a Lei nº 355 que emancipou Itajubá e incluiu ao seu território o distrito de Piranguçu, o território do Espírito Santo dos Cunquibus (atual Cristina), São Sebastião da Capituva (atual Pedralva), São Caetano da Vargem Grande (atual Brasópolis) e Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira).¹¹

Desta data, Itajubá era considerada uma Vila e em 1862 passou a ser reconhecida como cidade. Dez anos depois, em 1872 é criada a Comarca de Itajubá que recebe seu primeiro juiz de Direito, Adolfo Augusto Olinto.

Mesmo com essas conquistas no campo político e jurídico, o fluxo de mercadorias esbarrava nas dificuldades de locomoção por conta da geografia montanhosa do local e pela ausência de estradas de ligação com outras regiões. O transporte era feito por tropeiros, nos lombos de mulas, por trilhas na Serra da Mantiqueira.

Consta ata datada de 15 de maio de 1883 que menciona a preocupação do então Presidente da Província de Minas Gerais em conhecer as causas do pouco desenvolvimento industrial da região, nesse momento o governo local atribuiu este fator a escassez de estradas de ligação com outras localidades.

No intuito de superar essas dificuldades, construiu-se, em 1891, a Estrada de Ferro Sapucaí (posteriormente chamada Rede Mineira de Viação). Desde então, ampliou-se os fluxos de mercadorias e acessos a diversas regiões do país.

A seguir são postos dois mapas com a intenção de apresentar os fluxos e a ferrovia em suas conexões com lugares de Minas Gerais e Brasil e demarcar a localização da microrregião no contexto do transporte.

A construção da ferrovia procurou sanar a questão da topografia da região, marcada por montanhas, que dificultavam o fluxo dos produtos e a ligação com as demais regiões do Brasil.

A utilização das ferrovias, mostradas nos mapas, possibilitou superar o transporte de tropeiros, muito utilizado para escoamento de produtos agropecuários até o século XIX. Moradores da zona rural ainda falam com saudosismo deste período e das aventuras pelas trilhas da Serra da Mantiqueira.

¹¹ Informações presentes no livro Itajubá e sua história (GUIMARÃES, 1998) e no site da prefeitura municipal de Itajubá: <http://www.itajuba.mg.gov.br/secut/cidade.php>. Acesso em 08 de julho de 2016.

A construção da ferrovia demonstra um esforço para alavancar o desenvolvimento da região e superar as questões geográficas que, até então, eram um entrave para a questão econômica.

Durante a construção da ferrovia, conta-se que os engenheiros procuraram seguir as trilhas dos burros que os tropeiros utilizavam para transpor a serra da Mantiqueira. Os burros buscavam os caminhos mais fáceis e menos íngremes, desta forma, o ser humano encontrou na natureza sua solução.

No decorrer da pesquisa, nos inquietamos sobre quais motivos teriam levado à desativação das ferrovias. A antiga estação ferroviária, atualmente, funciona como sede do Museu Municipal Wenceslau Braz, e neste local obtivemos a resposta. Em conversa com o funcionário responsável pelo museu, tivemos uma informação que serviu como pista para elucidar intenções por detrás do desenvolvimento.

Durante o governo JK, o Brasil buscou crescer economicamente às custas do capital estrangeiro, naquele contexto, uma exigência dos estadunidenses foi substituir um grande percentual das ferrovias por rodovias, mesmo sendo o transporte mais oneroso, isso se deu devido ao aumento da venda de veículos automotores e combustível fóssil no país.

“Foi uma exigência feita a Jucelino [...] ele teve que desativar grande parte das ferrovias do Brasil, foi uma pena, porque era muito barato o transporte” (“D”).

Desta forma, percebemos como a política nacional se dobrava às vontades do capital estrangeiro e não levava em consideração as demandas locais.

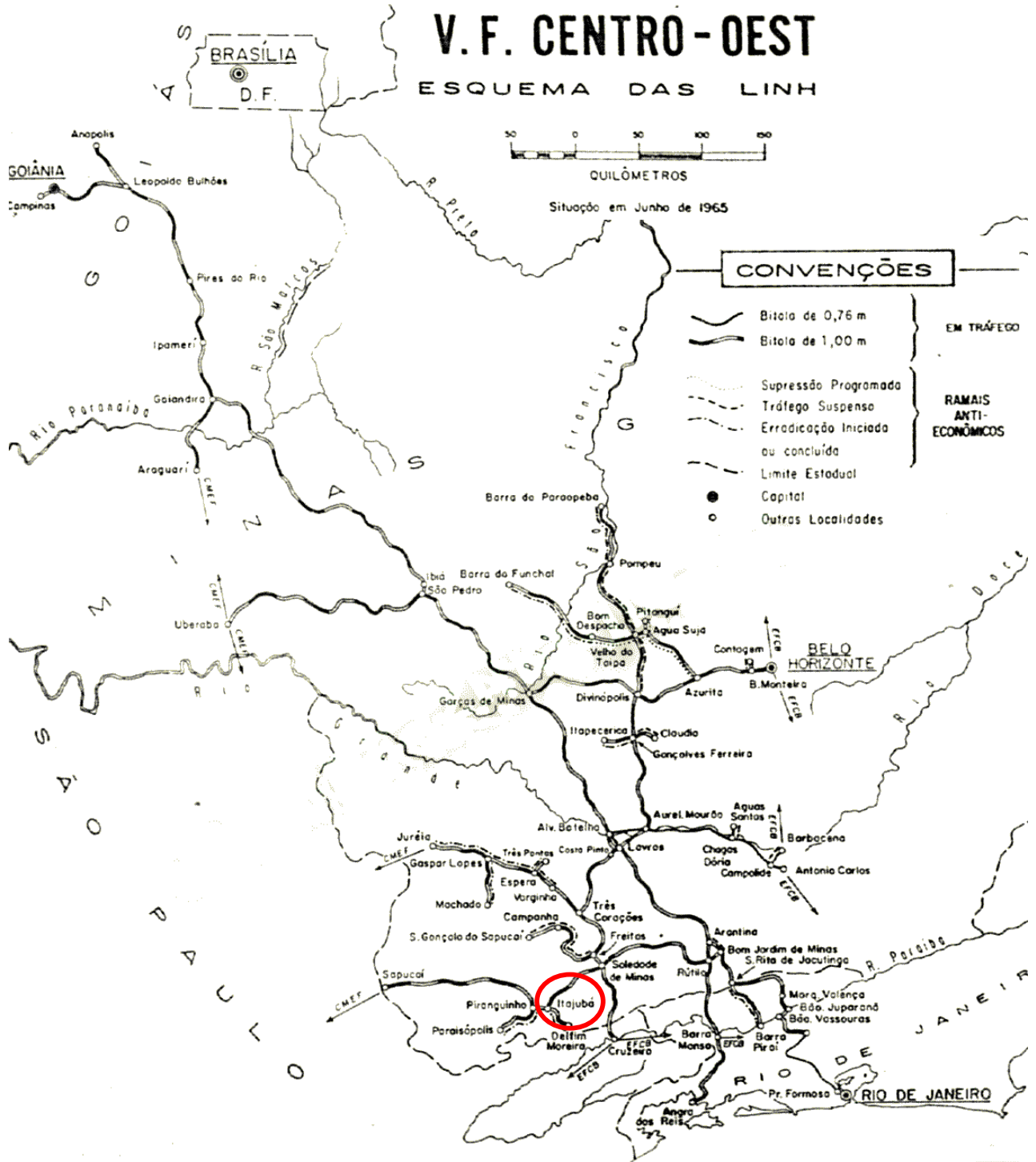


Figura 1- Mapa da malha ferroviária de Minas Gerais
 Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Viacao-Ferrea-Centro-Oeste.shtml>

Os mapas demonstram como a ferrovia está por detrás dos fluxos de mercadorias, que possibilitaram o *boom* do desenvolvimento econômico experienciado pela microrregião de Itajubá na passagem do século XIX para o século XX segundo Andrade; Ferreira (2013).

Os interesses mercantis da região combinavam com os interesses nacionais. “[...] em tempos pretéritos, a área foi referência em âmbito nacional quanto ao volume e a produtividade (ANDRADE; FERREIRA, 2013, p. 329). Isto se comprova, também, pela construção da ferrovia que partiu por iniciativa do próprio governo estadual.

Com a ferrovia, o afluxo de imigrantes modificou o quadro étnico-cultural da cidade e propiciou novas configurações sociais, nas quais se destacam o comércio local e as pequenas fábricas que ali foram constituídas.

Entretanto, a visão de desenvolvimento, marcada pela economia agroexportadora, não foi favorável ao modelo proposto pelos imigrantes. Por esta perspectiva, após os anos 1950 e a mudança do transporte ferroviário para o rodoviário, as pequenas indústrias começam a perder espaço para produtos estrangeiros e nacionais com menores preços.

Este processo de mudanças econômicas acarretou consequências sociais percebidas na atualidade. Conforme dito na metodologia deste trabalho, a cidade de Itajubá apresenta considerável número de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza.

Há que se pensar se seria possível conciliar o transporte férreo com as rodovias e a cidade traçar outro caminho em seu desenvolvimento e para os fluxos de seus produtos.

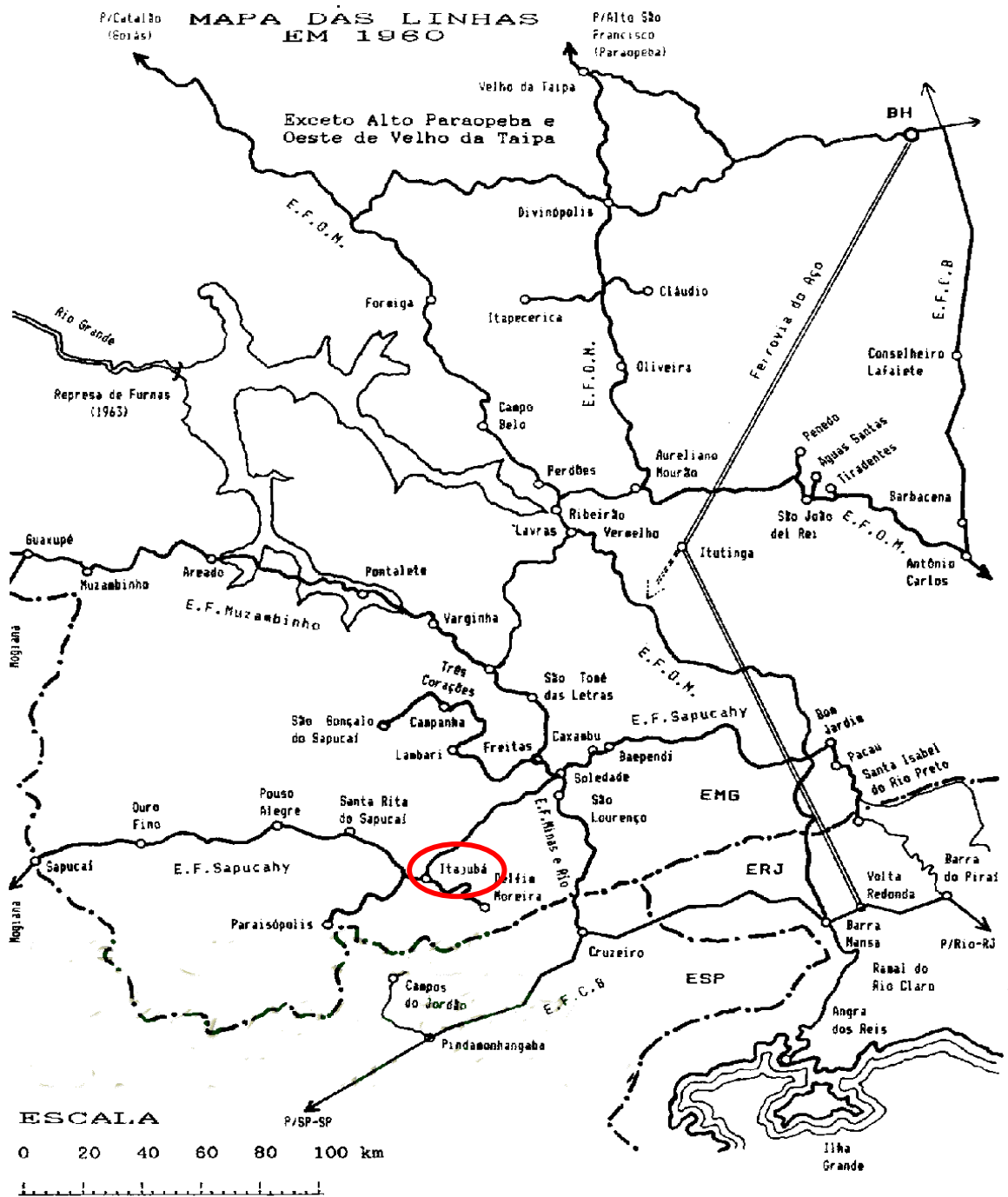


Figura 2- Ferrovias do Sul de Minas

Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1960rmvCO.shtml>

Os mapas demonstram como as ferrovias conectaram a cidade com os principais fluxos de escoamento de produtos do país. Até os anos 1950, o desenvolvimento de Itajubá foi entremeado pelas possibilidades que a ferrovia lhe proporcionou.

As conexões ferroviárias são estratégicas no contexto mineiro e brasileiro, e possibilitaram a ascensão econômica da microrregião até a primeira metade do século XX.

Os acontecimentos não estão desconectados da conjuntura nacional, em Itajubá parecem ecoar as tendências políticas e econômicas do Brasil, isto nos indica que os agentes sociais aqui presentes mantinham interfaces com o restante do país.

A exemplo disso, no viés demográfico, percebe-se incentivos a imigração europeia. Ainda no século XIX estabeleceram-se aqui inúmeras famílias de portugueses, alemães, espanhóis, franceses e principalmente italianos e libaneses, que se direcionaram para o comércio e pequenas indústrias de massas, laticínios, artefatos de couro, serralherias etc. (GUIMARÃES, 1998).

Com a implantação das ferrovias, que atingiram a cidade de Itajubá na última década do século XIX, houve afluência de imigrantes, em especial dos portugueses e italianos, sendo os últimos representativos para o processo de desenvolvimento das indústrias no município. É importante mencionar que Itajubá já apresentava importante atividade industrial e educacional no início do século XX (ANDRADE; FERREIRA, 2013, p. 323).

A partir de então, três grupos se constituem na sociedade itajubense: 1. Os proprietários de terra que dominam a produção rural e a política local; 2. Os imigrantes que passam a se ocupar do comércio e das pequenas indústrias; 3. Os trabalhadores rurais e urbanos não detentores dos meios de produção.

O tempo avança. Inicia-se o século XX, Itajubá parece estar ainda construindo sua identidade. No ano de 1913, em 23 de novembro, é inaugurado oficialmente o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá - IEMI, a primeira escola de ensino superior e futura Universidade Federal de Itajubá.

O IEMI parece refletir a máxima de seu fundador, Theodomiro Santiago, presente na bandeira de Itajubá e no pórtico atual da universidade: “Revelemo-nos mais por atos que por palavras”. Desde o início a proposta desta instituição era privilegiar a prática no processo de formação.

A figura de Theodomiro Santiago é vista com admiração pelos agentes sociais da cidade, sua frase se tornou um lema, uma palavra de ordem dos políticos daqueles que ditam

os rumos do desenvolvimento. Para tanto, se tornou um lugar de memória (NORA, 1993) em diversos símbolos da cidade.

Desde de sua fundação, a história do IEMI, futura EFEI – Escola Federal de Engenharia de Itajubá, e posteriormente UNIFEI, parece se misturar com a história de Itajubá. Isto se evidencia na interface política feita por Theodomiro Santiago e por diversos alunos, ex-alunos, e docentes da instituição que atuaram como vereadores, prefeitos e outros cargos de natureza política. No próximo subtítulo trataremos desta questão de forma mais específica.

A história da primeira metade do século XX da microrregião é marcada pelo esforço destes agentes sociais em inserir Itajubá no progresso. Aos poucos a região ganha elementos que vão de encontro a sua origem colonial, escravocrata e latifundiária, sem, no entanto, perder de vez essas características.

Por outro lado, não pode ser subestimada a influência dos novos paradigmas, tomando por base a ciência e o novo conhecimento da natureza, cuja divulgação no Brasil se deu por meio do ensino superior e sob a inspiração do Positivismo de Augusto Conte, conforme o entendimento de seus seguidores e o uso que deles fizeram os seus intérpretes, ainda deve ser considerado apenas como motivação ou modelo, para ser adaptado, como parece ter sido o caso ocorrido no município de Itajubá, perceptível na leitura das atas e nos artigos da imprensa local; tema ainda pouco explorado nos estudos relativos ao município (RIOS, 2015, p. 29).

Esses paradigmas, sobretudo o positivismo atrelado à visão de progresso, permeou o imaginário social, mas não desconectado do rural e das tradições.

Nos anos 1910 em diante, diversas indústrias se estabelecem em Itajubá, na produção têxtil a Fábrica de Tecidos Codorna, a Morins, a City Halo (tecidos de seda) e a Vicunha. Dentre outras, como uma fábrica de fósforos, uma de chapéus de feltro, a Companhia Manufatora Progresso de Itajubá, a Fábrica de Doces Vera Cruz, a de chinelos, a de meias de seda e a de calçados da Rimon (GUIMARÃES, 1998). E ainda outras ligadas a produção de massas e outros produtos alimentícios, neste período, Itajubá apostou nas pequenas indústrias como se vê na fala de um militar reformado que viveu grande parte da carreira em Itajubá.

“Itajubá era considerada a “Manchester Sul Mineira” até fábrica de caixa de fósforos tinha aqui [...] houve um crescimento muito rápido, mas depois acabou tudo, muitas fábricas foram embora ou faliram, acredito que a geografia da cidade não era muito favorável” (“C. D.”).

A descrição soa a de um parque industrial, mas ao mesmo tempo aparecem problemas incomuns para uma realidade urbana. A presença de inúmeros animais domésticos como cães, cavalos, vacas leiteiras e porcos soltos pelas ruas do município, que se tornaram problema de saúde pública, forçando a criação de regulamentações da parte do poder público.

A compreensão de como e porque a Câmara Municipal enfrentou essa questão após a implantação do regime republicano possibilita a percepção do enraizamento sociocultural desses hábitos e a natureza de sua persistência (RIOS, 2015, p. 42).

Essa regulamentação dizia respeito ao perímetro urbano, uma vez que era hábito de muitos moradores criarem porcos em seus quintais. Para amenizar os efeitos de tais práticas, a Câmara Municipal cria um “Código de Posturas¹²” com regras de conduta social, neste caso, em 1903 determinou a proibição da ceva de porcos no perímetro urbano sob pena de multa ou prisão de três dias.

O mesmo acontecia com as vacas leiteiras. Muitas delas transitavam livremente pelas ruas de Itajubá e ali mesmo eram ordenhadas. Da mesma forma, criaram-se leis municipais para a proibição de tal conduta.

Contudo, percebe-se o estabelecimento de tais regulamentações sob tensões e forte resistência de um modo de vida voltado para o rural. A análise das atas de reuniões do legislativo traz à tona algumas dessas tensões. As regras de conduta eram constantemente modificadas, ora havia restrições, ora havia permissões mediante a força das demandas de diferentes grupos da sociedade.

Aqui vemos nitidamente o que Michel de Certeau (1994) chamou de *táticas e estratégias*, que a partir de agora, são conceitos que esclarecem o entendimento do objeto. Os grupos ligados a ideia de progresso, de higiene, de saúde, mantinham suas estratégias, ao mesmo tempo, tinham aqueles que utilizavam suas táticas para fazerem frente a um novo modelo de sociedade.

Sobre estes aspectos referentes às transformações socioculturais vivenciadas pelas cidades brasileiras entre o final do século XIX e o início do XX, ocorrem mudanças na lógica do tempo e criam-se modelos hegemônicos que coexistem com aspectos da cultura e da tradição. “Tempo e espaço passam a se referenciar pela duração da produção industrial que, lentamente, toma conta da cidade” (LOPES, 2006, p. 199).

¹² O Código de Posturas e suas interfaces serão aprofundados no Capítulo 2.

Essas informações ajudam a pensar a gênese do imaginário social sobre o desenvolvimento no contexto da microrregião, em sua conexão com a conjuntura nacional e com concepções gerais.

1.3 Contornos da Proposta: caracterização da Microrregião

Dada a discussão histórica de constituição da cidade, neste momento, faremos uma descrição atual da microrregião de Itajubá, seus contornos e características que são indispensáveis ao entendimento das concepções de desenvolvimento aqui estudadas.

A microrregião de Itajubá está situada na mesorregião do sul de Minas Gerais. O município possui população estimada em 2017 de 97.000 habitantes em uma área de 219,75Km² de área rural e 70,70Km² de área urbana. Destes habitantes, 82.761 situados na zona urbana e 7.896 na rural. A microrregião é composta por 13 municípios: Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguinho, Piranguçu, Virgínia e Wenceslau Braz. O município apresenta um IDHM considerável em relação ao país 0,787¹³. Trata-se de um município de médio porte, mesmo assim Itajubá se destaca com maior área urbana de sua microrregião, gerando emprego e renda para os demais municípios menores.

Quanto à localização geográfica, está situada na Serra da Mantiqueira com relativa proximidade ao Vale do Paraíba Paulista, cerca de 90.9 Km através da Br 459 e da MG 350, se configurando como fluxo de mercadorias do Sudeste brasileiro pela rodovia federal BR 459 que por sua vez se liga a duas das principais rodovias do país, a saber, a Fernão Dias e a Presidente Dutra.

A microrregião compõe a mesorregião do Sul de Minas Gerais que se encontra relativamente próxima ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, sua posição em relação as grandes capitais da região sudeste: Belo Horizonte (445Km), São Paulo (261Km), Rio de Janeiro (318Km). Se configurando como importante polo de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais (PIMENTA, 2014).

Do ponto de vista geográfico possui altitude de 1746 metros no seu ponto mais alto e de 830 metros no ponto mais baixo, acima do nível do mar, sendo que a área urbana, sem considerar os morros, fica numa altitude média de 842 metros. A densidade demográfica

¹³ Dados do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/itajuba/panorama>, acesso em 16/09/2017.

corresponde a 307,49 hab./km², numa taxa anual de crescimento de 1,26% habitantes por ano. A sede de Itajubá, situa-se segundo as coordenadas geográficas 22° 30' 30" latitude sul e 45°27'20" W.Gr. Sendo sua topografia do tipo ondulada-montanhosa. O território apresenta-se plano (10%), ondulado (12%) e montanhoso em sua maior parte (78%).

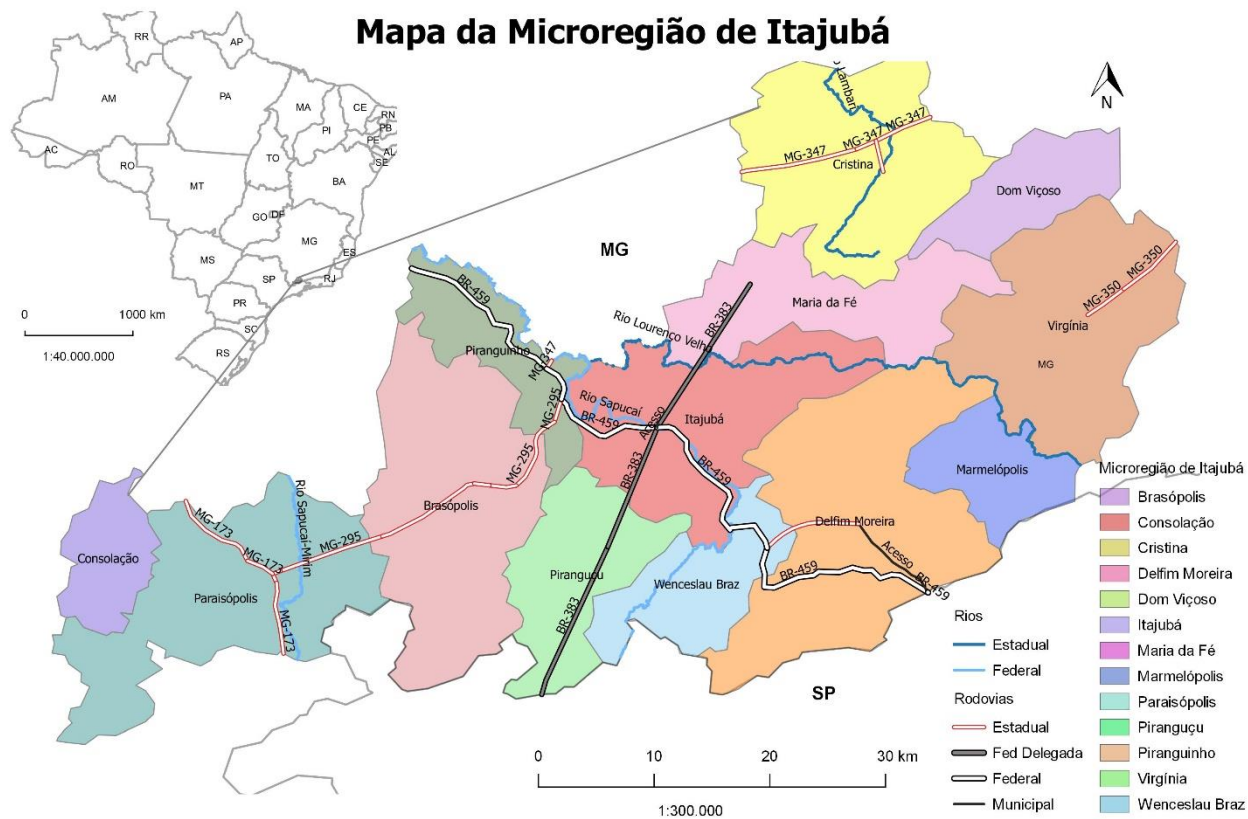
A cidade possui 57 bairros limitando-se, ao norte, com os municípios de: São José do Alegre e Maria da Fé; ao Sudeste, Wenceslau Brás e Sudoeste com o de Piranguçu; a Oeste, Piranguinho e a Leste com Delfim Moreira, sendo a sua população equivalente a 0,47% da população mineira¹⁴.

As terras itajubenses estão nas encostas da Mantiqueira, e o conjunto geográfico é formado das seguintes serras principais: do Juru, do Ano Bom, do Goiabal, do Lourenço Velho, ao norte; da Água Limpa e dos Toledos, a leste; do Pouso Frio, ao sul; o Morro da Piedade e outras elevações menores, a oeste.

O mapa abaixo mostra a localização da microrregião de Itajubá bem como os municípios que a compõem. No processo histórico de constituição da microrregião, a cidade de Itajubá demarcava todo o território destacado e os demais municípios ainda não eram emancipados.

Além destas informações, o mapa apresenta as principais rodovias e os rios, Sapucaí e Lourenço Velho, que transcorrem Itajubá.

¹⁴ Informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Itajubá: <http://www.itajuba.mg.gov.br/cidade/localizacao.php>. Acesso em 12 de novembro de 2017.



*Figura 3 - Mapa atual da Microrregião de Itajubá
Fonte: Elaborado pelo NEID*

O mapa da *Figura 3*, é posto no sentido de localizar Itajubá e os municípios da microrregião na geografia política do país, bem como seus acessos rodoviários e rios que compõem o local.

O clima é classificado como tropical de altitude do tipo Cwb (classificação de Köppen), com verões quentes e chuvas concentradas e nos invernos a temperatura mais baixa nas partes altas (ANDRADE; FERREIRA, 2013).

A temperatura é variada, ocorrendo, às vezes, no mesmo dia, pela manhã e tarde, o calor de verão e, à noite, uma da temperatura mais baixa. Mas nunca o termômetro atinge as altas ou baixas excessivas, como ocorre na vizinha Maria da Fé, onde, no inverno, o frio chega a alguns graus abaixo de zero.

Quanto aos símbolos da cidade, estes carregam aspectos que revelam indícios das concepções ali engendradas como observa-se no brasão e na bandeira da cidade.

Na perspectiva de Nora (1993) e Baczkó (1985) os símbolos são como depósitos de memória, em que se privilegia aspectos a serem reforçados para não cair no esquecimento. O

imaginário social é alimentado por estes símbolos que também denotam traços do desenvolvimento.



Figura 4 - Brasão de Itajubá
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Itajubá

No centro do brasão uma cachoeira que remete à etimologia do nome Itajubá – água que cai do alto e corre sobre as pedras – abaixo a frase atribuída ao fundador da atual Universidade Federal de Itajubá, Theodomiro Santiago, que soa como um paradigma no imaginário da cidade.

O brasão preconiza um lugar de memória (NORA, 1993) um artefato simbólico que tem por objetivo lembrar a sociedade das concepções ali constituídas. A frase de Theodomiro coloca a ação (atos) acima da reflexão (palavras), implicitamente, a lógica do progresso e de um saber tecnicocientífico está contida neste pensamento.

Pimenta (2015) questiona a eficácia do saber tecnicocientífico em responder aos anseios humanos de modo local e global. Para tanto, o autor aposta em um desenvolvimento que se aproxime da cultura popular, capaz de minimizar as mazelas sociais advindas da prática científica estabelecida.

Há que se problematizar a relação entre o modelo de ensino tecnicocientífico proposto pela Universidade e os aspectos do desenvolvimento vividos pela cidade. A maior parte dos alunos e professores não são compostos por indivíduos oriundos da microrregião, e sim de outras localidades brasileiras. Questionamos se é uma universidade da cidade ou para a cidade.

Na sequência, descrevemos a cidade, não a partir dos dados, mas a partir das impressões e observações do pesquisador.

Ao percorrer por Itajubá, nos primeiros momentos de pesquisa, podemos observar elementos que não são capturáveis pelos mapas ou pelos dados. Ocorrem mudanças de cenário em poucos metros de distância. A região central da cidade é marcada por praças arborizadas, com destaque para a praça Theodomiro Santiago, próxima à Igreja Matriz Nossa Senhora de Soledade, onde a cidade foi fundada.

A imagem abaixo mostra a rua que dá acesso à Igreja Matriz, este é o local de fundação da cidade comentado na seção anterior. Atualmente, nesta rua existem residências, prédios, lojas e o prédio onde fora fundada a Instituto Eletrotécnico de Itajubá (1913) que hoje é a Universidade Federal de Itajubá. A universidade possui um campus dentro da área urbana e mantém o prédio original com um museu sobre a vida de Theodomiro Santiago além de espaço para palestras e outras atividades.

Este espaço também se configura como lugar de memória, a permanência do prédio em características arquitetônicas originais e repleto de objetos datados do início do século XX, revelam os esforços por manter na memória coletiva os feitos da universidade entrelaçados com as dinâmicas da cidade.



*Figura 5 - Rua da Igreja N. S. Soledade
Fonte: Do autor*

Descendo a rua da Igreja e do prédio central da Universidade, temos acesso à praça principal, que recebe o nome de Theodomiro Santiago.

Na praça¹⁵ observa-se jardins repletos de flores importadas que não compõem por espécies nativas da região, uma espécie de palco feito de alvenaria, onde rotineiramente ocorrem apresentações artísticas e uma fonte que jorra água iluminada com luzes coloridas vistas durante a noite.



*Figura 6- Fonte da praça Theodomiro Santiago
Fonte: Do autor*

A antiga praça carregava uma composição de cidade de interior, com bancos antigos e um coreto no lugar do palco atual. A reforma, ocorrida em 2015, parece um esforço por construir na cidade uma imagem de modernidade, em que se aproxime de outros padrões como São José dos Campos, SP por exemplo.

A imagem abaixo mostra o antigo coreto da praça Theodomiro Santiago durante os anos 2000, desmanchado na atual gestão, deu lugar a um palco de alvenaria e jardins importados.

¹⁵ Esta praça foi totalmente reformada pela prefeitura no ano de 2015 e inaugurada com certa demora, que causou desconforto nas falas dos itajubenses.



Figura 7– Antigo Coreto
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá

A área central é composta por edifícios comerciais e alguns prédios históricos que remetem à arquitetura colonial e que são sedes de estabelecimentos públicos e privados de renome na cidade, dentre os quais se destacam: o Palácio 26 de Fevereiro, a Casa Rosa¹⁶, o Grande Hotel Itajubá, o Clube Itajubense e a Escola Estadual Coronel Carneiro Júnior.

A imagem abaixo apresenta o prédio do Clube Itajubense fundado em 1897, tem sua fachada inspirada no Palácio de Versalhes, sua arquitetura dá indícios de que seus construtores desejavam demonstrar sua ligação com as vanguardas europeias do período da *Belle Époque*.

¹⁶ Trata-se de um casarão no centro da cidade que serviu de residência ao Presidente Wenceslau Braz, nascido na cidade.



Figura 8 - Clube Itajubense
Fonte: Do autor

Aspectos sutis do cotidiano, como a arquitetura, os nomes de praças e ruas e a organização do local dão indícios sobre a concepção de desenvolvimento atrelada ao progresso e a modernidade presentes em Itajubá. Entretanto, esta lógica não é exclusividade da microrregião, o mesmo ocorre em Taubaté, no Vale do Paraíba (LOPES, 2006), e nas demais localidades brasileiras, que parecem construir uma *ideia* de Brasil moderno (IANNI, 1992).

As pessoas que transitam pelo centro, em dias comuns, são de diversas idades e características físicas. Alunos passam vestindo uniforme escolar, trabalhadores do comércio e da prefeitura, policiais militares e da Guarda Municipal identificam as instituições que pertencem por suas vestimentas.

Na gestão atual, percebe-se um aumento na quantidade e frequência com que os agentes da lei fazem seu trabalho, sobretudo no centro comercial da cidade. As ações aproximam-se de um esforço por passar imagem de cidade organizada, com o controle da lei e da ordem.

Rotineiramente o centro da cidade é movimentado, em fins de semana se observam feiras de artesanato local e *hippies* que confeccionam e vendem seus artefatos. Em feriados e datas comemorativas ocorrem paradas, desfiles, bandas locais tocam suas músicas e artistas apresentam seus trabalhos ao ar livre.

O comércio local se caracteriza pela alimentação, sorveterias, açai, lanchonetes e bares são comuns. Existem lojas de roupas e brinquedos que datam dos anos 1970 ou anteriores pertencentes a libaneses e descendentes que imigraram para Itajubá e até a atualidade se ocupam do comércio.

Na fala dos itajubenses repete-se a informação de que, ao contrário dos nativos da região, estes imigrantes produziram laços de solidariedade profundos entre si e com isso conseguiram estabelecer-se economicamente em uma cultura diferente e se mantém no monopólio comercial da cidade.

Em diálogo com a Secretaria de Indústria e Comércio da cidade, ouvimos que o comércio local segue uma tendência tradicional e familiar, são resistentes às mudanças e têm medo de inovar.

“Tentamos, em parceria com o SEBRAE, fazer algo pelo comércio de Itajubá. Foi um investimento perdido, não deu retorno. Eles não ajudaram, investimento gasto foi quase todo perdido, não sabemos como ajudar o comércio da cidade” (“S. M.”).

Também se percebem barracas e lojas de artigos importados, camelôs e ambulantes que se utilizam da informalidade para inserir-se na economia.

Ouve-se relatos de assaltos e pequenos furtos em lojas ou pessoas nas ruas, não chegam a ser esporádicos, mas também não ocorrem constantemente. Em um programa semanal de rádio local as autoridades relatam as ocorrências de crimes. Nos últimos meses vêm alertando a população quanto ao aumento da criminalidade de casos de homicídio. Em contrapartida, a fala de uma gestora pública entrevistada revela que Itajubá possui um dos menores índices de criminalidade em cidades do mesmo porte no Brasil.

Às terças-feiras, sábados e domingos, são organizadas feiras, nas quais vendem-se produtos agrícolas, em sua maioria pelos próprios produtores que moram nos bairros rurais da microrregião. Também se observam atravessadores, vendedores de pastéis, bolos, doces, mel, café, frangos, leitoas, queijos etc. que disputam seus espaços com outros produtos como artigos eletrônicos, roupas, CDs e DVDs não autênticos.

Fato curioso, que as feiras de sábado e terça ocorrem em ruas centrais, fechadas exclusivamente para este fim no período entre 5:00h e 13:00h. A feira de domingo ocorre na CEASA, local de compra e venda de produtos agrícolas no atacado.

Esta informação demonstra como a ruralidade está presente nas relações ali estabelecidas e como a cidade parece ser um misto entre rural e urbano, moderno e tradicional simultaneamente.

Mesmo com esse aspecto, seus habitantes conhecem Itajubá como “cidade universitária” além de ser sede da Universidade Federal de Itajubá, possui outras instituições de ensino superior privadas, como o Centro Universitário de Itajubá - FEPI, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM, a Faculdade de Enfermagem Wenceslau Braz e a Faculdade de Medicina de Itajubá, dentre outras instituições.

Este fator também interfere na organização da cidade, muitas residências foram transformadas em repúblicas de estudantes e são alugadas aos alunos durante o período letivo. O valor de venda dos imóveis é elevado por conta deste aspecto e o acesso à propriedade é dificultoso, neste caso, surgiram bairros semiperiféricos nos quais se percebem moradias construídas em terrenos ocupados durante os anos 1970 e 1980 em que os moradores buscam, atualmente, regularização junto à Prefeitura Municipal.

A cidade ainda se compõe de indústrias locais e multinacionais que empregam habitantes de toda a microrregião, como a Mahle, General Elétric, Balteau, Helibrás, Imbel, Higident, Sisvôo, Cabelauto, dentre outras.

De modo geral, as atividades econômicas urbanas se organizam da seguinte forma¹⁷: fabricação peças e acessórios para automóveis (10%); administração pública em geral (6,7%); educação superior - (5,3%); atendimento hospitalar (4%), fabricação de armas de fogo e munição (3,5%); supermercados (3,2%); fabricação de detergentes e sintéticos (3,2%); abate de reses (3,1%); restaurantes (3%); fabricação de aeronaves (2,5%); fabricação de fios, cabos e condutores eletrônicos isolados (2,1%).

Nas tabelas abaixo, podemos perceber como se organiza a estrutura econômica de Itajubá com relação ao trabalho e a distribuição urbano/rural. Na perspectiva de Andrade; Ferreira (2013), a microrregião passou por um empobrecimento e aumento das desigualdades sociais.

¹⁷ Fonte IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313240> , acesso em 20 de setembro de 2016.

População Rural (censo 2010 - características da população)	População Urbana (censo 2010 - características da população)	Pessoal ocupado total	Posição na ocupação de - empregados/trabalham com ou sem vínculo empregatício
7.896	82.761	31.933	31.939

Figura 9 - Distribuição da população rural x urbano

Fonte: Elaborada pelo autor, dados IBGE

Embora a maior parte da população viva e trabalhe na zona urbana, conforme dito, a cidade apresenta uma forte caracterização de ruralidade e de tradição. Os números não são capazes de revelar a natureza e condição dos trabalhadores urbanos, que em sua maioria tem raízes no campo, são levados ao êxodo rural devido às dificuldades de competição com a produção das grandes propriedades e devido às imposições culturais da lógica urbana.

Com relação a tabela abaixo, observa-se que o número de desempregados é bastante elevado, 12.962, para 44.901 habitantes economicamente ativos. Estes números, nos levaram a questionar os meandros deste modelo de desenvolvimento econômico (PIMENTA, 2014), que parece ser uma ilusão continuar nesta lógica (ARRIGHI, 1997).

Economicamente ativos/potencial de mão-de-obra	Desempregados	Com carteira assinada	Militares e funcionários públicos estaduais	Sem carteira assinada (ocupação)	Trabalho principal artes, cultura, esporte e recreação
44.901	12.962	24.919	1.743	5.277	371

Figura 10 - Distribuição por ocupação

Fonte: Elaborada pelo autor, dados IBGE

A microrregião de Itajubá, em seus treze municípios, parece aos observadores um entreposto rural/urbano, um lugar híbrido, que possui forte produção agropecuária e comunidades rurais coexistindo com indústrias e universidades.

Sobre as relações ali estabelecidas, a população urbana apresenta costumes rurais que são nitidamente percebidos nas falas, nos hábitos e organização da cidade.

Como por exemplo as já mencionadas feiras locais, os produtos vendidos no mercado municipal como queijos e doces produzidos nas localidades rurais, o hábito de ter uma horta

no quintal de casa ou criar galinhas, o costume de oferecer ao vizinho um pedaço do bolo de fubá ou parte da pamonha feita em casa, são vistos mesmo naqueles que se dizem urbanos, trabalham na indústria ou frequentam a universidade.

Não podemos desconsiderar as desigualdades sociais ali presentes. Em meio a estrutura urbana, vê-se pessoas que moram nas ruas, trabalhadores que vivem da coleta de materiais recicláveis e os referidos bairros semiperiféricos que estão entre a cidade e a zona rural, que apresentam características precárias de moradia e outras mazelas sociais.

Esses aspectos, conferem ao local configurações específicas que são percebidas nas entrelinhas das relações sociais, nas falas dos indivíduos, na organização do espaço e sobretudo no imaginário sobre desenvolvimento.

1.4 Concepções de desenvolvimento presentes no Brasil: A modernização de Vargas a Jango e os ecos na microrregião

Aqui nossa proposta é contextualizar a ideia de desenvolvimento construída no plano nacional, por um viés político e econômico, e interfaces com a microrregião. Para que possa se pensar as dinâmicas presentes na atualidade. Esse capítulo fará menção dos processos históricos que, de alguma forma, influenciaram na constituição do imaginário sobre desenvolvimento do local.

Do ponto de vista temporal, privilegia-se o período entre 1930 e 1964, momento de diversas tensões no campo político que parecem ter ecoado na microrregião. Entretanto, a escolha do período é meramente norteadora para a busca de dados. A discussão resgata elementos anteriores ou posteriores a esse período no esforço de localizar os indícios do desenvolvimento.

Na tentativa de identificar previamente estes indícios que revelam a qual perspectiva a microrregião de Itajubá se alinhava. Aqui se busca a confluência global x local em dinâmicas com o objeto.

O ano de 1930 foi para Lima (2009) um ano de ruptura para os processos políticos brasileiros que produziu novos ecos nos debates políticos e sociais a partir de então. Contestado por uns e venerados por outros, Getúlio Vargas lança as bases do processo industrial brasileiro, refletindo na urbanização e na organização sindical e nas relações *capital versus trabalho*. A lógica é de um Estado, forte idealizado por Vargas. Surge, então, um

debate que permeia o ponto central entre seus defensores e acusadores: qual deve ser o tamanho do Estado e de sua intervenção na sociedade?

A partir da leitura de Skidmore (1982) e Lima (2009) percebe-se em Vargas um governo que soube adaptar-se as circunstâncias variantes do contexto internacional e da política interna, movendo-se em função das crises e oscilações daquele momento histórico. Momento esse que, o país buscava sua identidade confluindo entre a influência estadunidense e os pensadores que defendiam a originalidade da cultura brasileira (TOTA, 2000).

A perspectiva cultural esteve circunscrita à lógica do desenvolvimento na medida as “diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais” (IANNI, 1992, p. 19-20) favoreciam o exercício do mando pelos detentores do poder. De acordo com o autor supracitado, o país caminhava na direção de um desenvolvimento desigual e combinado. Que favorecia, na perspectiva política e econômica, aqueles que detinham os meios de produção.

A visão de Ianni (1992) se alinha com a de Tota (2000), ao passo que trazem a reflexão de como o país buscou no período pós 1930 criar condições para o progresso, a industrialização e a urbanização, em moldes europeus e estadunidenses. Questionamos de que modo essa lógica influenciou a concepção de desenvolvimento que estava inserida na microrregião de Itajubá. Tal questionamento se responde com maior profundidade nos capítulos 2 e 3, nesse momento, as macro configurações políticas dão indícios que permitem refletir sobre tal questão e sobre aspectos específicos do local.

Na visão de Andrade; Ferreira (2013), as propriedades mercantis, voltadas ao comércio externo e à grande produção, receberam maior auxílio de políticas de desenvolvimento no contexto brasileiro.

1930 é tido para Ianni (1992) como o ano em que o Brasil realizou uma tentativa de entrar na história, se alinhando a ideia de mundo industrializado que os países do Norte já vivenciavam, ao mesmo tempo em que, buscava tal empreendimento pautado por certa autonomia. O governo de Getúlio Vargas empreende ações que evidenciam a busca por esse modelo de desenvolvimento, tais como, o processo de substituição de importação (REGO; MARQUES, 2000), em que o país amplia sua produção de bens de consumo. No mesmo período, especificamente entre 1931 e 1932, dois prefeitos de Itajubá que foram nomeados¹⁸, José de Oliveira Marques e José Rodrigues Seabra, eram ex-alunos do então IEI (Instituto

¹⁸ Durante o governo Vargas os prefeitos municipais eram nomeados, não havendo eleições municipais para o executivo.

Eletrotécnico de Itajubá), que viria a ser a Universidade Federal de Itajubá. Enquanto prefeito de Itajubá José Rodrigues Seabra conduziu as ações políticas que possibilitaram, em 1933 por meio do decreto nº 23.624, de 20-12-1933 a criação da Fábrica de Armas de Itajubá (PIZARRO, 2000).

Tanto a nomeação dos ex-alunos quanto o esforço por trazer uma indústria de material bélico estatal, indicam uma aproximação entre a microrregião e o modelo de desenvolvimento pautado na substituição de importações vigente no governo federal.

Embora os primeiros quinze anos do governo Vargas passassem por algumas instabilidades por conta dos processos que o permearam: Revolução de 1930, Governo Constitucional e Estado Novo, a concepção de industrialização esteve presente refletida nas ações que esse governo adotou em tal período, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores, a Hidrelétrica do Vale do São Francisco e investimentos na indústria de base.

De acordo com Skidmore (1982) o governo Vargas retirou parte da autonomia dos estados e municípios e centralizou o poder executivo em suas mãos. Antes de 1930, era comum os governos estaduais, sobretudo o de São Paulo, realizarem empréstimos no exterior e direcionarem os investimentos em direção à indústria na busca por um modelo de desenvolvimento autônomo em relação ao restante do país.

Essa prática não foi percebida durante os quinze anos do primeiro governo de Getúlio, pelo contrário, com o Estado Novo em 1937 o presidente acumula maior autoridade em sua pessoa. “A crescente intervenção federal, notadamente na economia, requeria novos órgãos federais, os quais, em retorno, enfraqueciam ainda mais o poder relativo dos estados e municípios” (SKIDMORE, 1982, p. 56), assim podemos pensar que o modelo de desenvolvimento da microrregião se aproximava do modelo federal enquanto se concebia por desenvolvimento o crescimento da indústria nacional vinculado à produção tecnológica.

No que tange às questões de cunho social durante o Estado Novo merecem destaque a fixação do salário mínimo e a criação da previdência social por seu caráter normatizador das relações de trabalho, entretanto, a partir da leitura de Skidmore (1982) percebe-se que o governo federal idealiza estas ações com a pretensão de manter seu caráter intervencionista regulando os empresários privados e fugindo à lógica do liberalismo econômico ao mesmo tempo em que consegue a lealdade do proletariado.



Figura 11- Vargas e Wenceslau Braz em Itajubá
Fonte: Museu Municipal Wenceslau Braz Pereira Gomes

Na imagem acima, vemos o encontro entre o então Presidente Getúlio Vargas e o ex-Presidente Wenceslau Braz, em sua residência no centro de Itajubá. Na ocasião da fotografia, conta-se¹⁹ que Vargas viria pedir conselhos ao experiente político Itajubense. Este fato comprova a tese de que Itajubá estava conectada aos processos políticos pensados no plano nacional.

Nos anos 1930 e 1940, a cidade de Itajubá trilhava seus esforços para constituir um processo de desenvolvimento alinhada ao processo brasileiro idealizado em Vargas. Dentre estes esforços, destacamos, regulamentações e burocratizações no campo do trabalho e das relações sociais que serão aprofundadas no capítulo 2. Com o fim do Estado Novo, o Brasil entra em uma outra lógica, na qual se busca um modelo democrático que duraria de 1946 a 1964.

Em 1946 o Brasil ganha uma nova constituição que prevê o voto direto nos níveis, federal, estadual e municipal de todos os alfabetizados, que na época representavam 50% da população. O novo eleitorado urbano, representado pela classe média e pelos operários,

¹⁹ Esta imagem está em destaque no Museu Municipal, o funcionário do local contou-nos que após se aposentar da vida pública, Wenceslau Braz voltou para residir em Itajubá e passou a dar conselhos aos políticos de orientação desenvolvimentista como Vargas e JK em sua residência a Casa Cor de Rosa, que é moradia da família até a atualidade.

detinham um grande número de votos que os representavam frente às oligarquias rurais manipuladoras políticas até 1930 (SKIDMORE, 1982).

Amadurecem os ideais de modernidade e de racionalidade de forma global e ganham força na constituição de novas relações sociais. Nas palavras de José Rogério Lopes:

Fortalecem-se novas concepções de Estado (nação-Estado), de trabalho organizado e do grande capital corporativo, mantendo o equilíbrio de poder tenso, mas firme, o que possibilitou a derrota dos movimentos operários radicais surgidos ao final da 2ª Guerra Mundial (LOPES, 2006, p. 204).

Do ponto de vista econômico, o Brasil do governo Eurico Gaspar Dutra, insere-se em outra lógica, abre suas portas ao capital estrangeiro se alinhando ao bloco capitalista no contexto da Guerra Fria. É nesse momento que o governo aplica o Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. E empreende esforços na direção de alavancar esses quatro setores, considerados estratégicos.

No plano político se fez grande oposição ao Partido Comunista Brasileiro determinando a cassação de seu registro em 1947. O governo brasileiro se declarava favorável ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América.

Os jornais da cidade de Itajubá se mostraram alinhados ao governo federal nesse sentido, eram destacadas manchetes que atribuíam aos comunistas a ideia de subversão, de destruidores da liberdade e da ordem.

Neste mesmo ano, José Rodrigues Seabra, ex-aluno, prefeito e diretor do IEI, já ocupava o cargo de deputado estadual, e foi convidado pelo Governador de Minas Gerais, Milton Campos, para ocupar a Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. Neste cargo, implantou em Itajubá um aeroporto que funcionou por alguns anos com linhas para a capital mineira e o Rio de Janeiro. Além disso, Seabra empreendeu, junto ao também engenheiro eletricitista do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Vital Dias, o projeto para a eletrificação do Estado de Minas Gerais, em 1951 iniciou-se a construção da rodovia Itajubá – Poços de Caldas, futura BR-459 (PIZARRO, 2002).

Percebem-se indícios de que a microrregião de Itajubá, continuava se alinhando com a concepção de desenvolvimento que o país propunha, apoiada no progresso tecnológico, na ideia de crescimento da produção no modelo capitalista liberal.

Ao mesmo tempo em que o Brasil esboçava o desenho de suas configurações de classe, vemos, na microrregião, forte apelo político dos ex-alunos e professores vinculados ao

IEI. A análise dos documentos revela grande número de participantes nos poderes legislativo e executivo, não só no local como também em demais regiões do estado de Minas Gerais.

A história continua. Getúlio retorna ao governo. Desta vez, eleito de forma democrática, no entanto, teria um fim trágico. Entre as camadas populares não obteve a mesma aceitação em relação aos primeiros quinze anos.

A partir de 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, na perspectiva de Skidmore (1982), o Brasil apresenta uma divisão mais nítida de classes em relação ao Estado Novo, que se distingue em três setores: os industriais, a classe média urbana e os operários urbanos. Embora, segundo o autor, tais setores ainda não percebem sua consciência de classe. Mesmo assim, pode se dizer que o Brasil não era mais exclusivamente agrário como no início dos anos 1930.

No campo político/econômico, “Vargas, sempre o pragmático, não se havia comprometido irrevogavelmente com nenhuma estratégia de desenvolvimento, mas estava obviamente aberto ao argumento que seria necessário um vigoroso dirigismo estatal” (SKIDMORE, 1982, p. 117).

O autor defende que após o governo Dutra surgem três concepções maiores acerca do desenvolvimento: “a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical” (Op. Cit. p. 117). Para Skidmore, a fórmula neoliberal pautava em buscar medidas fiscais que se aproximavam dos países industrializados, o capital estrangeiro era bem-vindo para suprir a falta de capital próprio, os orçamentos governamentais deveriam ser severamente controlados.

A fórmula desenvolvimentista-nacionalista foi endossada teórica e empiricamente a partir de 1950 com as pesquisas e publicações da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL. Essa corrente defendia a tese de que o Brasil necessitava industrializar-se através de uma economia mista que unisse investimentos privados e estatais em áreas estratégicas, o capital estrangeiro poderia ser utilizado desde que de forma cuidadosa e regulamentada pelo Estado. Os defensores dessa premissa defendiam que os recursos naturais, combustíveis e hidrelétricas deveriam ficar a salvo do capital estrangeiro (SKIDMORE, 1982).

Ao passo que, a fórmula do nacionalismo radical “baseava-se na suposição de que a estrutura social econômica vigente era “de exploração” e exigia mudança radical” (Op. cit. p. 120), nesse sentido, aqueles que compartilhavam desse pensamento atribuíam a condição de subdesenvolvimento brasileiro a uma união natural de investidores particulares e governos capitalistas. Tornando impossível sair da condição de subdesenvolvimento, teoria essa

defendida por Arrighi (1997), como veremos no capítulo seguinte, e, de certa forma, por Ianni (1992) no que se refere ao desenvolvimento desigual e combinado.

Embora Skidmore (1982) se declare contrário a tal pressuposto de “espoliação”, e que os principais idealizadores dessa premissa estavam, de alguma forma, vinculados a extrema esquerda, ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, ressalta que muitos intelectuais não-marxistas do país compartilhavam com tal pensamento.

Mesmo não seja possível saber com clareza absoluta, se faz relevante identificar que partidos defendiam essas três posições político-ideológicas. De acordo com Skidmore (1982), a UDN se aproximava do neoliberalismo, o PSD e o PTB se alinhavam ao nacional-desenvolvimentismo, enquanto o PCB e a ala esquerda do PTB optavam pelo nacionalismo radical.

Sobre estas questões partidárias, a análise dos jornais demonstra certo repúdio à esquerda e uma forte propaganda contra o comunismo. As tendências políticas da região se dividiam entre nacionalistas e liberais.

Como o objetivo desse capítulo limita-se a contextualizar a concepção de desenvolvimento que permeava o país e conseqüentemente a microrregião de Itajubá, não se fez uma descrição histórica detalhada e alguns fatos que não se alinham aos objetivos da pesquisa serão evidentemente suprimidos.

Com relação ao período pós 1956, partindo do governo Juscelino Kubitschek e sua promessa de “50 anos em 5”, alguns elementos enriquecem a reflexão. De fato, entre 1956 e 1961, a indústria brasileira cresceu 80% se alinhando a fórmula nacional-desenvolvimentista destacada por Skidmore (1982), contudo utilizou-se de forma mais expressiva do capital estrangeiro.

Já no plano social, Ianni (1992) destaca que a industrialização brasileira forma uma burguesia que ascende temendo o crescimento do campesinato e do operariado e empreende esforços para sufocar os movimentos sociais deste período.

No campo das relações de trabalho, os itajubenses enfrentavam dificuldades de inserção e adaptação às novas demandas que a sociedade lhes impunha. De forma geral, os entrevistados relataram estas dificuldades.

“Passei muita dificuldade, a vida era difícil [...] só tinha um banco de madeira em casa e trabalhava na roça de segunda à sábado” (“G.”).

“[Itajubá] não foi fácil viver aqui, de jeito nenhum” (“D.”).

“Passei momentos difíceis, ninguém ajudava não [...] também não dá pra esperar no governo né?” (“M”).

Entre os governos, era quase que unanimidade a crença na capacidade da industrialização em tirar o país da condição de subdesenvolvimento: “A solução para o desenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas, devia ser a industrialização urgente” (SKIDMORE, 1982, p. 207).

Nessa perspectiva de industrialização, o governo JK buscou, de forma otimista, se equilibrar entre os grupos políticos que estavam em sua volta, alegando que todos ganhariam com a rápida industrialização. O símbolo máximo do governo Kubitschek, seria a construção da nova capital no interior do país, seguindo os moldes estéticos elaborados pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. De acordo com Skidmore (1982) tal construção serviu para desviar o olhar de problemas sociais e econômicos, tais como a reforma agrária e a reforma das universidades.

Conforme dito, nesse período (1956-61) foram empreendidas ações que buscaram uma industrialização rápida, as custas do capital estrangeiro, mas que trariam dificuldades econômicas, como a inflação, em curto prazo como se vê nos governos a seguir.

As eleições de 1960 apontam como vencedor a figura carismática “antipolítica” de Jânio Quadros, que propunha aos brasileiros um caráter não ortodoxo que poderia propiciar uma transformação política radical em relação aos antigos oligarcas e aos getulistas²⁰.

No governo, Jânio oscilava entre o conservadorismo e o moralismo extremos, que agradavam a direita e ao mesmo tempo se aproximava da esquerda ao ponto de condecorar Ernesto Che Guevara. Essas ações geravam um mal-estar nos diferentes partidos políticos que o cercavam.

No plano econômico, Jânio Quadros optou por uma política internacional independente que não se alinhava nem com o bloco capitalista, nem com o socialista no contexto da Guerra Fria. Além de conduzir o país com medidas de caráter moralista e pouca expressão social. Essas ações geraram uma crise política que levou o presidente a renunciar sete meses após sua posse, passando o governo, de forma muito conturbada e contestada pelos militares e partidos da oposição, ao vice-presidente João Goulart, que era sendo do PTB não era do mesmo partido que Jânio, que por sua vez era do PTN - Partido Trabalhista Nacional (SKIDMORE, 1982).

²⁰ Embora Jânio Quadros tivesse características populistas como o carisma, por exemplo, sua origem partidária não se alinha a Getúlio e seus seguidores (SKIDMORE, 1982).

Tal situação ocorreu, porque a Constituição de 1946 previa que os brasileiros votassem em um candidato para presidente e em outro para vice. Este aspecto foi fundamental nas crises políticas que o país viveria a partir de então.

O período que se segue, 1961-1964 fora um período de profunda crise política que culminaria no Golpe Militar de 1964. Esse processo foi agravado por conta do contexto internacional da Guerra Fria, no qual os países latinos se viam forçados a se alinhar ao bloco capitalista devido às restrições econômicas impostas pelos Estados Unidos da América.

Nesse contexto, a política de João Goulart, sobretudo no que tange as Reformas de Base, desagradou tanto os estadunidenses quanto os mais conservadores da sociedade brasileira.

Dentre as ações nacionalistas propostas por tal governo e que dividiram a sociedade brasileira, João Goulart propunha, reformar a educação do nível básico ao universitário; estender o direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente; limitar a remessa de lucros das empresas multinacionais e, por fim, a indispensável reforma agrária.

As reformas de base dividiram a opinião pública brasileira e uma crise política estava instaurada e se agravava cada vez mais por conta do aumento constante da inflação. Mesmo com o esforço de Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, e seu Plano Trienal para o Desenvolvimento Econômico e Social com medidas controle do crescimento inflacionário (SKIDMORE, 1982).

O ano de 1964 fora um momento de agitação política de dimensões internacionais e que provocaria profundas rupturas na política brasileira conforme se vê abaixo:

O ano começa ameaçador no Brasil. Há forte instabilidade política. Março de 1964. A esquerda teme golpe da direita, e a direita, autogolpe do presidente João Goulart. O governo dos Estados Unidos acompanha tudo de perto. Considera o Brasil em perigosa efervescência político-ideológica. Sua instável democracia populista vulnerável ao comunismo soviético. [...] Washington não admite outra Cuba, ainda mais de dimensões continentais – oito milhões e meio de quilômetros quadrados – e país mais populoso e importante da América do Sul (COUTO, 1999, p. 23).

Até que, após algumas manobras militares, na noite do dia 01 de abril de 1964, João Goulart deixa Brasília em direção ao Rio Grande do Sul, onde, dali seguiria rumo ao asilo político no Uruguai onde ficaria até sua morte.

A partir de então, inicia-se o período histórico conhecido como Regime Militar, e se finda a experiência democrática brasileira. Entretanto, por questões de tempo e de delimitação do objeto, não avançaremos mais no contexto histórico.

Assim buscamos contextualizar o período de 1930-64, partindo da Era Vargas até o fim do Governo João Goulart. Privilegiamos as interfaces nacionais para em seguida, atermos as especificidades do local.

As informações deste subtítulo foram postas para que o leitor estabeleça conexões entre as conjunturas determinantes para as configurações que a cidade ganhou em seu processo de desenvolvimento.

No próximo capítulo, os indícios da ligação entre a microrregião e o contexto do país serão aprofundados. As dimensões teóricas do trabalho serão demarcadas junto às análises empíricas.

CAPÍTULO 2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, iniciamos as análises empíricas dos documentos que dispomos para a pesquisa. Porém antes de avançarmos, faz-se necessário localizar teoricamente os conceitos de desenvolvimento que dialogam com o objeto.

Não há uma unanimidade em torno do conceito desenvolvimento, entretanto, de forma majoritária, vincula-se o termo ao crescimento econômico e produtivo, que, contraditoriamente tem degradado a vida humana e ambiental às custas e tal crescimento.

De acordo com Pimenta (2014) o termo desenvolvimento deve ser pensado no plural, por circunscrever a diversas facetas, quais podem ser, econômicas, sociais, ambientais, humanas. Nesse sentido, o âmago do capítulo é apontar as concepções que deslocam o tema do crescimento econômico e analisar elementos dos documentos que dão pistas sobre a concepção de desenvolvimento construída na cidade de Itajubá.

No início, construímos um panorama sobre o desenvolvimento partindo das primeiras concepções até chegar a outras premissas que permitem alargar o entendimento do objeto de estudo. O objetivo dessa revisão teórica é salientar teorias gerais que contribuíram na construção do arcabouço epistemológico, necessário à pesquisa.

Evidentemente, as concepções teóricas que deslocam o desenvolvimento do crescimento econômico, não são percebidas nas ações trilhadas pela microrregião de Itajubá em seu passado. Entretanto, são reflexões que ampliam o entendimento e as análise do objeto e fogem de um olhar reducionista.

Dada estas reflexões, as análises documentais são postas e outras teorias aparecem que corroboram ou reforçam os dados empíricos.

2.1 Desenvolvimento além da premissa econômica

A ideia de desenvolvimento esteve, de forma geral, ligada à noção de progresso e crescimento econômico. Já no século XVIII os pensadores iluministas difundiram essa noção pelo mundo e os detentores do poder político/econômico passaram a praticar mecanismos capazes de possibilitar esse progresso. Economistas clássicos como Adam Smith defendiam

essa lógica, entretanto, é necessário pensar no contexto de sua época, as condições de vida e necessidades eram distintas da atualidade.

Naquele contexto, ocorre a gênese do pensamento liberal defendido pela burguesia europeia em ascensão. A ideia de acumulação de riquezas e de manter uma balança comercial favorável, permeavam o imaginário do homem moderno.

No século XIX os positivistas, por seu turno, também compartilhavam desse pensamento e buscavam nas ciências sociais uma maneira de “consertar” a sociedade em favor da burguesia, com o intuito de não a cercear do seu fim último: o progresso. O desenvolvimento, ou pelo menos a ideia dele, passava por alguns elementos:

[...] a saber: a) o nível tecnológico; b) quantidade e qualidade da força de trabalho; c) quantidade e composição do estoque de capitais; e d) natureza das condições dos recursos naturais. Dentro, portanto, dessa perspectiva, o ritmo de desenvolvimento depende do grau de utilização e da taxa de aumento desses vários tipos de fatores produtivos (MORICCHI; GONÇALVES, 1994, p. 28).

O século XX apresentou-se à humanidade com o resultado catastrófico dessa lógica: duas guerras mundiais, uma Grande Depressão e crises de alcance global (HOBSBAWM, 1995). A brutalidade dos eventos do século XX e as novas configurações da sociedade contemporânea fizeram com que a ideia de desenvolvimento, estritamente como crescimento econômico, e suas consequências, fosse criticada por autores como Arrighi (1997), Sen (2010) e Sachs (1986) que propuseram ‘outros desenvolvimentos’, assim, o desenvolvimento atrelado exclusivamente ao progresso econômico e tecnocrático, a partir de então, está posto em cheque.

Pimenta (2014), buscou elencar o pensamento “vencedor e majoritário” sobre o desenvolvimento. Para o autor é aquele que se aproxima da faceta econômica, conforme se alinha à concepção Shumpeteriana, de que o empresário inovador é o responsável por alavancar o *fluxo circular* e então desencadear o desenvolvimento (SHUMPETER, 1997). Em seguida, Pimenta (2014) elenca argumentos que refutam essa lógica, questiona os índices como PIB e IDH como incapazes de mensurar qualitativamente a efetivação do desenvolvimento.

A perspectiva é a da transversalidade, o desenvolvimento perpassa pelo econômico, social, humano, cultural, ambiental. A aposta é no papel mediador do Estado nos desequilíbrios postos pelo mercado (PIMENTA, 2014).

Em *A ilusão do desenvolvimento*, Giovanni Arrighi salienta que Shumpeter, ao estabelecer leis que regem o desenvolvimento, deixou de considerar as tensões, “pressões competitivas mais intensas e mais refreadas é o que entendemos por ondas longas de ‘prosperidade’ e de ‘depressão’” (ARRIGHI, 1997, p. 19) que ocorrem dentro da dinâmica capitalista em teias que o autor chama de Sistema Interempresas.

O Sistema Interempresas pode ocorrer em um determinado mercado nacional, mas também, se insere, sobretudo a partir do século XX, em um sistema inter-Estados, onde há um conjunto de relações de soberania entre os Estados (ARRIGHI, 1997). Essa inter-relação, possibilitou a criação de blocos de comércio sob a justificativa de apoio mútuo entre países do núcleo orgânico e periféricos.

A tese do autor consiste na impossibilidade de os países periféricos atravessarem o golfo do subdesenvolvimento e diferencia industrialização e desenvolvimento, evidenciando que, nem sempre, o crescimento industrial confere desenvolvimento à sociedade. Arrighi (1997) também aponta que os países centrais necessitam dos periféricos para manter sua posição no sistema capitalista.

Entre 1950 e 1975, de acordo com Arrighi (1997), pela primeira vez na história global o campesinato se tornou minoria em relação aos trabalhadores urbanos, o autor chama de “era da Revolução Organizacional” (Op. cit. p. 46), indicando a procura dos países periféricos em buscar o desenvolvimento industrial, conforme dito sobre o caso brasileiro no capítulo anterior. Contudo, ao contrário da pretensão dos países periféricos, no período de 1938 a 1983, a concentração de riqueza no núcleo orgânico aumentou em relação a periferia (ARRIGHI, 1997).

Ao aprofundar na discussão apresentada em *A ilusão do desenvolvimento*, percebe-se a dinâmica das relações sociais permeadas por questões econômicas e políticas em uma lógica de competição circunscrita a costume e inovação que alternam em momentos de equilíbrio e *ondas longas*, momentos de competição mais intensa que “rompem com a ordem costumeira” (ARRIGHI, 1997, p. 19).

A análise feita pelo autor supracitado, em relação as mudanças no sistema capitalista, desde a acumulação primária, a Revolução Industrial, a Revolução Organizacional e as tensões geradas pela “superacumulação” na atualidade, Arrighi faz a seguinte projeção sobre a economia mundial: “é improvável que seja suplantado por algo que não corresponda a uma grande reorganização da economia mundial em termos não capitalistas” (ARRIGHI, 1997, p. 33).

Trata-se da crítica a um modelo de desenvolvimento vigente, incapaz de garantir direitos básicos para a grande maioria da população mundial. Nesse sentido, é possível dialogar com as ponderações de Sen (2010) que reivindicam a efetivação de direitos e liberdades substantivas.

A faceta humana do desenvolvimento é aprofundada por Sen (2010) em *Desenvolvimento como liberdade*, onde o autor propõe o desenvolvimento como expansão das liberdades reais do indivíduo. O autor destaca o conceito de liberdades substantivas que se referem não apenas à esfera legal dos direitos, mas a capacidade dos indivíduos em ter acesso a eles:

Essas liberdades substantivas (ou seja, a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. Sua relevância para o desenvolvimento não tem de ser estabelecida a posteriori, com base em sua contribuição indireta para o crescimento do PNB ou promoção da industrialização. O fato é que essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente para o progresso econômico (SEN, 2010, p. 19).

Para o autor, a privação da liberdade se dá principalmente pela pobreza, carência de oportunidades, e negligência de serviços públicos. Assim, ao pensar o progresso, deve-se levar em conta se houve ou não aumento das liberdades substantivas (SEN, 2010).

Reflete-se sobre a capacidade de o crescimento econômico desigual restringir, as liberdades individuais, inclusive nos países considerados ricos. A falta de elementos sociais básicos como o acesso a bens e serviços de saúde, educação de qualidade, liberdade de expressão são fatores que restringem a liberdade individual e cerceiam o desenvolvimento. O autor descreve um jogo de relações no qual uma liberdade está diretamente ligada à outra, assim a restrição da liberdade econômica restringe a política e social, que por sua vez priva a econômica.

Entretanto, tal liberdade, na prática, se insere mediante valores preestabelecidos que se percebem no campo coletivo em um determinado modelo de sociedade. Ciente de tal prerrogativa, não descartamos as contribuições de Sen (2010) na medida em que nos permite refletir sobre a garantia de direitos e liberdades substantivas, mediadas pelo Estado, superarem as mazelas advindas do crescimento econômico, do ponto de vista social.

A efetivação dos direitos humanos, vinculados a liberdade, se insere por meio da cultura. Entretanto, há que se pensar a questão da linguagem, em uma sociedade construída de

forma desigual, não há os mesmos acessos aos direitos e liberdades reais, e tais acessos são mediados pelo domínio da linguagem. “A linguagem dos direitos pode suplementar a da liberdade” (SEN, 2010, p. 297).

Essa afirmação nos faz pensar sobre a incapacidade de a existência de direitos prescritos no campo jurídico garantir a efetivação das liberdades substantivas. Ainda há outro agravante, a imposição de um modelo político/jurídico/econômico desconstruir todo um complexo cultural construído coletivamente por meio da tradição. “No caso da cultura, porém, as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda” (SEN, 2010, p. 310).

A valorização da cultura popular, educação de qualidade, a participação política, a capacidade de diálogo, passam a ser preponderantes para emancipação social e não devem ser dissociadas do desenvolvimento (SEN, 2010). O autor ainda defende que a ausência de desenvolvimento social pode prejudicar o próprio desenvolvimento econômico.

Para tanto, o Estado tem papel fundamental na criação de condições e de mediar os conflitos inerentes ao coletivo e sua organização. Não se trata de um papel paternalista, de executar escolhas pelo indivíduo, mas de se tornar um agente criador de oportunidades e potencializador do exercício de liberdades. Quando não, pode ocorrer o deslocamento de desigualdades e discrepâncias sociais para o campo do natural, do imutável.

Sobre a questão da participação temos a seguinte afirmação:

Não podemos conceber processos como a participação em decisões políticas e escolha social como sendo – na melhor das hipóteses – alguns dos *meios* de desenvolvimento [...] esses processos têm de ser entendidos como sendo, em si, partes constitutivas dos *fins* do desenvolvimento (SEN, 2010, p. 370, grifo do autor).

As análises empíricas que serão postas nos próximos subtítulos, indicam que a constituição de Itajubá enquanto município, parece não levar em consideração a participação da maioria, em contraposição, as decisões estiveram restritas aos detentores do poder econômico.

Os trabalhos de Sachs (1986; 2008) incluem às discussões sobre desenvolvimento a questão da sustentabilidade social e ambiental como caminho para superação dos dois piores males do crescimento econômico: o desemprego em massa e a crescente desigualdade. Este autor contribui no sentido de questionar o modelo inscrito na sociedade estudada.

Sachs (1986) vê na ecologia cultural o caminho para superar os modelos inviáveis de degradação do meio. Para tanto, propõe uma análise da interface entre a cultura e o ecossistema para a compreensão da interação do homem no meio.

Não se trata de estabelecer um processo rígido “não toque a natureza”, pelo contrário as intervenções humanas podem até promover melhorias no meio desde que sejam feitas de forma consciente. “A saúde ecológica da civilização humana requer, portanto, um singelo sistema de meio ambiente combinado com a alta civilização humana” (SACHS, 1986, p.48). Para o autor, alta civilização humana é aquela capaz de dosar a intervenção do homem com o meio de forma renovável, não linear.

A relação do homem com a natureza está totalmente ligada com a relação homem-homem, assim a busca exacerbada por avanços tecnológicos que viabilizarão o aumento do lucro em curto prazo se configura como um empecilho ao desenvolvimento sustentável. Sendo assim, todo o pensamento sobre desenvolvimento deveria balizar a preocupação com o equilíbrio ecológico. Sachs (1986) faz duras críticas ao crescimento tecnocrático exacerbado, porém não deduz que se deva parar de crescer economicamente, pois, para o autor a taxa de exploração da natureza não está exclusivamente ligada com a economia em si e sim com a maneira de uso do espaço.

Em *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*, o autor acima problematiza a questão do trabalho e cunha a seguinte afirmação:

Vivemos em um mundo crescentemente fragmentado, a despeito de toda a fala sobre a globalização. E mais, as nossas economias se caracterizam por um alto grau de desperdício. De todas as formas de desperdício, a pior de todas é aquela que destrói vidas humanas por meio do déficit de oportunidades de trabalho decente (SACHS, 2008, p. 37).

Assim como Sen (2010) e Pimenta (2014), Sachs (2008) aponta para o papel do Estado não só na garantia, mas na efetivação de direitos e na mediação nos desequilíbrios sociais impostos pelo crescimento econômico. No entanto, acreditamos que para se efetivar essas propostas, faz-se necessário reconfigurar o código organizador da sociedade em detrimento à acumulação e em favor a sustentabilidade humana.

A solução para Sachs (1986) é unir os interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais para se obter o desejado ecodesenvolvimento.

Se pensarmos o desenvolvimento enquanto uma construção social, podemos associá-lo a essas concepções e traçar um paralelo com os moldes hegemônicos que, como defendemos, não foram capazes de satisfazer anseios humanos de modo generalizado.

Neste momento, nosso esforço se direciona as concepções teóricas presentes no Brasil, dentre as quais se destaca os pensamentos de Celso Furtado e Octavio Ianni, pelas significativas contribuições que nos permitem pensar o desenvolvimento por um viés próprio.

Logo após a Segunda Guerra começou a se pensar a questão do subdesenvolvimento, e é nesse sentido, que, em 1948 é criada a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, órgão da ONU incumbido de colaborar com seus Estados-membros na análise integral dos processos de desenvolvimento. A entidade conta com uma vasta produção sobre o tema desenvolvimento com o intuito de subsidiar não só o meio acadêmico, mas principalmente os Estados, a qual representa nas discussões sobre o desenvolvimento.

Um dos expoentes da instituição, Celso Furtado (1974) contribui de forma substancial para o tema em questão, para o autor o sistema econômico vigente favorece uma minoria enquanto a maioria é atingida por deficiências sociais, fisiológicas e ambientais justificadas pelo crescimento do PIB²¹. Nesse caso tanto Furtado quanto os demais teóricos cepalinos procuram formas de superar as mazelas sociais do subdesenvolvimento.

Pensar o desenvolvimento brasileiro, de forma geral, implica na prevalência da lógica da industrialização em favor do capital estrangeiro.

A análise de Furtado (1974; 2000) destaca as consequências da industrialização nas relações de trabalho. À busca exacerbada pelo crescimento tecnológico no sistema capitalista, Furtado (2000) chama de progresso técnico em função da acumulação de capital. Esse progresso técnico, inevitavelmente gera uma transformação drástica na sociedade, a princípio, ao destruir a manufatura tem-se grande contingente de mão-de-obra, necessário para alimentar a produção industrial, e que não adquire formação educacional na mesma velocidade das inovações tecnológicas, permanece à margem do processo produtivo. Gerando assim, um grande número de pessoas que se veem obrigados a se submeter a condições precárias de trabalho.

A grande problemática gira em torno do seguinte questionamento: até que ponto a acumulação de capital tem correspondido à satisfação das necessidades humanas? Para

²¹ Embora os indicadores sejam de suma importância para a pesquisa o PIB e a renda *per capita* são indicadores de média não refletem a realidade da população, já o IDH é mais conciso nessa análise ao abordar questões sociais e culturais.

Furtado (2000) ocorre uma dinâmica controversa. Essa acumulação alimentada pela inovação tecnológica, tem degradado as condições de vida da grande massa populacional.

Quando capitais maiores exercem ‘colonizações’ o desenvolvimento fica subordinado à dependência tecnológica: “o excedente criado pela penetração do capital [...] é em grande parte apropriado pelo exterior e só reinvestido localmente se isso corresponder aos interesses de grupos dominantes” (FURTADO, 2000, p. 37). Nesse caso, a tecnologia, que a princípio seria a grande facilitadora da vida humana, se torna um mecanismo de degradação das condições de trabalho, manutenção do desemprego estrutural e desvalorização da mão-de-obra.

A pretensão aqui, não é de estabelecer críticas à tecnologia como um todo, pelo contrário, a questão que se propõe é sobre a aplicação e o uso da tecnologia de forma que atende aos interesses de uma minoria.

A problemática posta por Celso Furtado, que em parte dialoga com o pensamento de Arrighi (1997), trata o desenvolvimento a partir de um contexto histórico pertinente a uma realidade específica que não se replica nas nações que coexistem em um determinado momento histórico. Entretanto, o que se vê, sobretudo nos países *subdesenvolvidos*, é um esforço para que o modelo hegemônico fosse implementado na periferia do capitalismo.

As consequências deste esforço são configuradas como o verdadeiro *mito do desenvolvimento econômico*, além de impossível de ser replicado apresenta-se como degradante. “O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de o generalizar levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (FURTADO, 1974, p. 75.)

Do ponto de vista das relações de trabalho, a análise de Furtado (2000) destaca a tecnologia como elemento regulador de tais relações, na medida em que ela determina o fluxo e a especialização da mão de obra.

Do ponto de vista histórico, o Brasil procurou se alinhar a política externa e a industrialização, ocorre a confluência entre modelo econômico e cultural na legitimação da ordem estabelecida. “civilização ocidental”, o que, para fins práticos, se confunde em medida com a defesa do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 37).

Mediante a busca exacerbada pela industrialização e crescimento econômico, percebe-se o aumento da distância entre centro e periferia além da desigualdade social crescente:

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre de fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos (FURTADO, 1974, p. 45).

A história nos revela que o Brasil não abriu mão de sua industrialização e dos esforços por inserir-se na modernidade, contudo, incapaz de implicar em aumento da qualidade de vida da grande maioria populacional. “[...] grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc. (FURTADO, 1974, p. 95)”.

Outras especificidades do desenvolvimento brasileiro são apontadas por Ianni (1992), de acordo com o autor, o país sempre esteve atrás da dinâmica mundial em um desenvolvimento desigual e combinado, e isso por outras questões até não econômicas que sempre favoreciam os detentores do poder inclusive a própria diversidade cultural, o patrimonialismo, repressões a movimentos populares, um país marcado por um caleidoscópio cultural e social e mudanças que sempre fizeram a manutenção das desigualdades e ao mesmo tempo a concentração de renda e poder.

“Como se o presente fosse um depósito arqueológico de épocas e regiões” (IANNI, 1992, p.37). As contribuições do autor são substanciais para esta pesquisa, segundo Ianni, as ciências sociais no Brasil estão empenhadas em “compreender o presente, em suas raízes próximas e distantes” (IANNI, op. cit., p.45).

Sobre as particularidades do desenvolvimento brasileiro, percebe-se logo nos primeiros anos da República, uma burguesia que se forma temendo o crescimento das classes menores como o campesinato e operariado sufocando movimentos sociais e os interesses da sociedade como todo. Essa lógica acaba por sufocar uma democracia plena, ao limitar a participação desses atores menos favorecidos, conforme vemos a seguir:

São expropriados de modo a garantir os interesses dos setores dominantes na sociedade brasileira. E expropriados de modo a garantir os interesses de setores estrangeiros, com os quais aqueles se acham articulados. E tudo isso é garantido por um aparato bastante modernizado e altamente repressivo, no qual as forças policiais e militares são essenciais para a garantia “da lei e da ordem” (IANNI, 1992, p.112).

Aqui pode se fazer uma ligação com o que Sen (2010, p. 16) chama de “privação das liberdades”, políticas, sociais e econômicas, e no caso brasileiro não se trata de um processo esporádico, a lógica se repete na colônia, império e república. A grande problemática do desenvolvimento brasileiro é que esteve ligado à ideia apresentada no princípio deste subtítulo, a lógica positivista “ordem e progresso”, apesar de soar um tema otimista, o cerne desse pensamento está em sufocar os movimentos sociais quais sejam: abolicionistas, camponeses ou proletários para ‘consertar’ a desordem social em favor do progresso burguês.

As preposições de Ianni (1992), apontam para a construção de uma “ideia” de Brasil moderno, apenas uma construção imaginária que na prática não se efetivou enquanto benefício e acesso aos bens produzidos pela sociedade.

Reitera-se que, estas discussões teóricas foram postas no sentido de alargar o entendimento da temática do desenvolvimento e sustentar as análises das informações empíricas realizadas ao longo do texto.

2.3 Cultura e Desenvolvimento: Local x Global

A perspectiva deste subtítulo é apontar dimensões teóricas que permitem entender o processo de desenvolvimento pelo viés da cultura.

Deslocar a discussão sobre o desenvolvimento da perspectiva econômica para o campo da cultura parece-nos uma possibilidade de potencializar este termo como elemento mediador de afirmação do local, das tradições e saberes.

No processo de desenvolvimento imposto pela modernidade, perde-se a configuração da cultura local, surgem novas noções de certo ou errado, bom ou ruim (LOPES, 2006). Considerar os aspectos da cultura, passa a ser condição elementar para pensar outros desenvolvimentos mais inclusivos.

Rompe-se com a lógica binária capital versus trabalho e surge a possibilidade de outras entradas. A saber, solidariedades, cooperações, interações, valorização do humano, sustentabilidade ambiental.

A cultura, nesse sentido, se configura como elemento para compreender como se constituem relações em uma dada sociedade, em uma relação dialógica entre aquilo que podemos chamar de instituído (representado pelo saber científico, poder político, economia formal) e o popular (representado pela informalidade, pelos homens simples, que não tiveram acesso aos principais bens e serviços).

Yudice (2006) pensa a cultura como elemento capaz de conveniência, capaz de alavancar o desenvolvimento. Para este autor, na contemporaneidade a cultura passa a ser um recurso para o incremento econômico e para demandas políticas. Isto ocorre pelo aumento da distribuição de bens simbólicos no mercado mundial em uma sociedade pautada pela performatividade no lugar da instrumentalidade.

Embora pareça que tal afirmação coloque a cultura a favor do mercado, em especial do grande capital, para o autor supracitado as comunidades locais podem se utilizar de seus bens culturais, em uma perspectiva de interdependência, para se sustentarem economicamente.

Esta discussão que vincula desenvolvimento e cultura pode ser entendida levando em consideração as dinâmicas e dominações presentes por forças e convenções estabelecidas no surgimento de uma sociedade como veremos a seguir.

Elias (1993) considera que determinada cultura se sobrepõe sobre outras, utilizando elementos como a linguagem para legitimar uma dominação econômica através de elementos culturais. Desta forma, o autor faz a distinção entre *kultur* e *zivilisation* mostrando de que forma a civilidade francesa se sobrepôs à cultura rústica dos alemães, e esse processo acabou refletindo em questões de domínio econômico.

A discussão do texto gira em torno do conceito utilizado por franceses e ingleses de civilização, que se refere a fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais. Ao passo que o termo *kultur* alemão se relaciona somente com fatos artísticos, intelectuais e religiosos. Neste caso, o termo perde sua dimensão política e social.

No entanto, ambos têm em comum sua relação com a constituição da identidade de um determinado grupo. O texto de Elias (1993) estrutura-se com base na análise de literatura europeia do século XVII e XVIII. Destes documentos são construídos argumentos que apontam a língua, os hábitos, relações sociais e comerciais como determinantes no processo de constituição de todo um modo de vida burguês estabelecido na corte francesa estender-se a fragmentada Alemanha em formação de Estado nacional.

Certeau (1994), conforme já mencionado, enriquece este debate, ao chamar de homem ordinário, aquele que, se utiliza de estratégias que lhe garantem a dominação, do ponto de vista econômico, de uma sociedade, na qual a linguagem e configura como elemento central para tal dominação. Porém, por outro lado, o homem “vencido” também se apoia na cultura, em táticas²², para se defender da ordem estabelecida (CERTEAU, 1994). Essas táticas podem ser observadas nos modos de *saber-fazer* presentes no senso comum que permitem a inserção

²² Para aprofundar nos conceitos de táticas e estratégias, ver Certeau (1994).

alternativa daqueles que não dispõem das estratégias que o autor menciona. Estas correlações entre táticas e estratégias são percebidas nas análises empíricas desta pesquisa.

Não se pode desconsiderar a relação do local com o global. Há um jogo de tensões que permeiam a cultura local e a cultura global em uma interface que determina “um tipo específico de dominação” (ORTIZ, 2006, p. 186). Essa dominação é percebida pelo autor no início do século XX, onde o Brasil buscava inserir-se na modernidade através de elementos como: “as asas do avião, os bondes elétricos, o cinema, o jazz-band, a indústria, eles procuravam por sinais da modernidade” (Op. Cit. p. 187). Para Ortiz, tais elementos agiam de forma a impor o moderno sobre o tradicional que era vigente no âmbito da cultura.

No que diz respeito aos hábitos populares, estes também são influenciados por meio dos processos de mundialização da cultura, mesmo em sociedades tradicionais pela introdução de certos alimentos industriais como a sardinha em lata, refrigerantes, molho de tomate, alterando o estilo de vida das pessoas (ORTIZ, 2006).

A mundialização da cultura e dos estilos de vida joga no passado as culturas nacionais como samba, a fim de, legitimar modelos universais como é o caso do *rock*: “o samba vê-se ameaçado por uma musicalidade estranha às suas raízes históricas (ORTIZ, 2006, p. 202).

Ainda nesta linha de raciocínio, de que as modificações culturais implicam em novos condicionamentos sociais, potencializados no século XX, podemos estabelecer um diálogo com as proposições de Marc Augé.

A “aceleração” da história corresponde de fato a uma multiplicação de acontecimentos na maioria das vezes não previstos pelos economistas, historiadores, ou sociólogos. A superabundância factual é que constitui problema, e não tanto os horrores do século XX (inéditos por sua amplitude, mas possibilitados pela tecnologia) (AUGÉ, 1994, p. 31).

Para Augé (1994) o problema dos novos objetos está na superabundância de fatos, viabilizada pela compressão do espaço-tempo Harvey (1993), que tendem a suprimir os significados. E possibilitar outras relações sociais, neste contexto, pensar o desenvolvimento sem levar em conta estes condicionantes é dar ao termo um olhar ingênuo, generalista.

Nesse sentido, o mundo contemporâneo, pós-moderno para Hall (1997), Harvey (1993) ou supermoderno para (Augé, 1994; 1997), tem aspectos não capturáveis, subjetivos, que tornam os objetos não tão claros como na modernidade. Uma saída consiste em compreender o mundo contemporâneo, a partir das ‘novas’ regras do jogo social, aspectos da

vida social que são perceptíveis por uma saída antropológica, especificamente vistas no campo da cultura.

Essa pretensão antropológica é defendida por Augé (1994) em seu livro *Não-lugares*, onde o autor argumenta acerca do uso da antropologia para o estudo de sociedades “não-exóticas”.

Isso se dá pela implementação de tecnologias que impuseram mudanças ao modo de produção capitalista, sobretudo a partir de 1960, com a universalização de novos meios de transporte e comunicação que permitiram o rompimento com tem-espaco, e quando o foco da produção e do consumo deixa de ser o produto material e passa a ser a relação abstrata do indivíduo com as marcas.

Implica-se em pensar quais seriam as consequências desse processo de descentramento? Podemos apontar algumas: 1ª Identidade não se vincula mais ao local nativo do sujeito, pois os valores, sentidos e símbolos de outras culturas o atingem desde seu nascimento. O local não é determinante na construção de sua identidade. 2ª Como a identidade estabiliza o sujeito dentro de sua cultura. Quando não há essa sensação de pertencimento, por causa da fragmentação da cultura (identidades contraditórias se empurrando em diferentes direções dentro do sujeito), cria-se uma espécie de *sujeito fugidio*, ou seja, ele pode não se identificar com seu lugar de origem. A exemplo desse processo, Hall (1997) aponta para o seguinte caso:

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apóiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava ‘jogando o jogo das identidades’ (HALL, 1997, p. 4).

Como visto no exemplo acima, podem alternar, ou coexistir identidades diferentes e/ou contraditórias dependendo de valores intrínsecos aos sujeitos e sua leitura que fazem das relações sociais.

Mediante as confluências de elementos locais e globais, as crises de sentido, identidade e alteridade, a compressão do tempo e do espaço, Augé (1997) acredita que

podemos estar em direção a “novos mundos” e propõe o seguinte questionamento: Seria a cidade um mundo ou o mundo uma cidade?

No contexto da supermodernidade, apropriando-se do termo utilizado pelo autor supracitado, as cidades são cidades mundo. São uma combinação de lugares e elementos que podem ser oriundos de diversos outros lugares, processo intensificado nas cidades de grande porte, um espaço simbolizado, onde, a identidade do indivíduo se mistura com a identidade do lugar em que vive: “A cidade é plural, ao mesmo tempo porque é composta de muitos bairros e porque existe singularmente na imaginação e nas lembranças de cada um dos que a habitam e a frequentam” (AUGÉ, 1997, p. 171).

Segundo o autor supracitado, surgem jovens que crescem nas periferias das grandes cidades francesas, e que ao chegarem à fase adulta, são levados a buscar empregos nas regiões que o autor chama de “cidade *stricto sensu*” (Op. cit. p. 183) ao se referir aos grandes centros urbanos, se inserem em universo intercruzado de diversos mundos que nem sempre se identificam, e podem se tornar excluídos sociais por não dominar os códigos culturais ali presentes.

Essa flutuação identitária também é vista por Froehlich (2003) ao afirmar que a mobilidade não se intensificou somente no campo espacial, mas, sobretudo no campo simbólico, “que se expressa pela capacidade do indivíduo de mover-se entre vários universos culturais em diferentes escalas espaço-temporais” (FROEHLICH, 2003, p. 118) gerando identidades híbridas.

Para entender o lugar, e sua construção, faz-se necessário perceber as identidades nele presentes, que, no entanto, não aparecem com a mesma clareza da modernidade. Nos fluxos de pessoas não se percebem o fato-social-total. Ou seja, no sentido antropológico e não histórico, não se separa de forma nítida cultura-sociedade-indivíduo, são elementos indissociáveis (AUGÉ, 1994).

Ainda na busca por entender o processo de desenvolvimento do lugar, pelo viés da cultura e pelas identidades, refletimos que as alianças, as trocas, os jogos, a religião e os demais produtos sociais nele presentes, não são construídos de forma autônoma, metafísica, mas sim a partir de convenções produzidas pela própria lógica cultural.

Nesses espaços contemporâneos proliferam os não-lugares, que se reinscrevem sobre os lugares de memória e identidade, coexistindo com a historicidade do lugar, mas sendo desprovidos de valor simbólico não permitem a identificação dos indivíduos que usufruem deles.

Essa construção do lugar é utilizada por Harvey (1993) para compreender os elementos que permitem o autor chamar a contemporaneidade de pós-modernidade, que em sua concepção, trata-se de uma consequência da “cultura da sociedade capitalista avançada” (HARVEY, 1993, p. 45), contudo o autor também defende que a pós-modernidade não veio para destruir a modernidade, mas para coexistir com ela.

A questão posta é que ao romper com a sociedade do encantamento e inserir-se na sociedade do trabalho, o homem acreditou que iria encontrar a felicidade prometida pelo projeto antropocêntrico, contudo se viu oprimido pela busca dos bens consumíveis (salário), que, aliás, no modo de produção capitalista não é acessível a todos. Essa lógica levou a uma desestabilização, a qual, não se sabe qual é o sentido a ser buscado pelo homem pós-moderno, por certo seja uma satisfação estética (HARVEY, 1993).

Essas novas configurações são frutos das mudanças ocorridas no sistema de produção capitalista, que, por sua vez, acarretam mudanças na cultura de sua sociedade de acordo com Lopes (2009). Como o sistema não permite o acesso de todos os indivíduos de forma equânime aos bens e serviços disponíveis, a cultura permite a coexistência de estratégias (mecanismos utilizados por aqueles que detém o modo de produção) e táticas (saídas utilizadas pelos indivíduos que estão à margem do sistema) (CERTEAU, 1994).

Por meio de restrições e permissões a cultura, refuta, legitima, concede sentido, institui, destitui novas formações que se ligam a estruturas hegemônicas. “Há uma inter-relação decisiva entre esses processos, na prática, que decidem os padrões de incorporação e suas formas de resolução de conflitos aí engendrados” (LOPES, 2009, p. 27).

Dessa ambiguidade surgem desigualdades sociais escondidas atrás de uma dada ordem social, que força aqueles que ficam à margem inventar sua maneira de jogar frente ao instituído, “a cultura é um elemento que protege as armas do fraco contra a realidade da ordem estabelecida” (CERTEAU, 1994, p. 85), esses indivíduos se utilizam da informalidade, dando golpes à ordem estabelecida, conseguindo se manter sem inserir-se na lógica vigente do trabalho formal e do consumo.

Alguns exemplos dessas táticas são percebidos no trabalho de Pimenta; Mello (2014) em que os autores tratam de processos populares de geração de renda, especificamente no trabalho de artesãos do sul de Minas Gerais, a partir dos modos de saber-fazer encontrados na tradição popular dos locais estudados.

A proposição dos autores não é inserir o artesanato como alternativa capaz de fazer frente ao modo de produção hegemônico, porém como meio viável mediante as consequências socioambientais impostas por este (PIMENTA; MELLO, 2014).

A pretensão dos autores foi deslocar o entendimento sobre desenvolvimento e tecnologias para o campo da cultura, assim, possibilita-se perceber “processos de negociação, convencimento, arregimentação, cumplicidade, tensões, decepções” (PIMENTA; MELLO, 2014, s/p). Confirmando que a cultura não se trata de algo estático, no entanto é, fundamentalmente, um elemento revelador da sociedade.

Se levarmos em consideração estes elementos destacados, veremos posteriormente que mesmo a microrregião de Itajubá estando inserida em um contexto local, não se afasta de injunções globais presentes na constituição de sua sociedade.

Essa discussão se torna relevante na medida em que a concepção de desenvolvimento presente na microrregião pode ser percebida por meio de dinâmicas culturais presentes que se interagem em uma relação de restrições e permissões dadas pela própria cultura.

As táticas e estratégias ganham destaque nas ações e embates vivenciados pelos itajubenses. A cultura parece ser um elemento desconsiderado nas ações trilhadas pelos detentores do poder político e econômico. No entanto, ela não deixou de fazer o seu papel de resistência e de ressignificação perante à ordem estabelecida.

2.4 Imaginário social e a construção do espaço da microrregião

Neste momento, retomamos de forma mais aprofundada, com a análise de elementos empíricos, as discussões iniciadas no Capítulo 1. Na tentativa de comprovar os argumentos construídos ao longo do texto, sobretudo a tese de que a microrregião reproduz o ideal de desenvolvimento pensado na lógica nacional em contraposição a um caminho autônomo.

Os próximos subtítulos foram construídos a partir da análise de documentos oriundos do Memorial da Câmara Municipal de Itajubá, disponibilizados por esta instituição. Encontramos documentos de naturezas distintas, entretanto, a maior parte trata-se de atas de reuniões dos vereadores datados dos anos 1920 em diante, os quais se encontram em bom estado de conservação para os fins da pesquisa.

Com relação ao conteúdo dessas atas²³, encontramos assuntos diversos referente as ações políticas do legislativo e do executivo do município. Dentre essas ações, nos atemos àquelas que apontam para os indícios da constituição de pensamento sobre o desenvolvimento e as intencionalidades políticas, econômicas e socioculturais que balizaram a microrregião.

Neste subtítulo, em específico, propõe-se a problematização da construção do espaço urbano da cidade de Itajubá, pautada pelo imaginário social e pelos esforços públicos e privados. Corroboram com a análise dos documentos mencionados acima, fotografias aspectos do livro *Cidade de Itajubá: Câmara Municipal e Desenvolvimento Urbano (1892 – 1930)* organizado por Wilson de Oliveira Rios, historiador local.

A construção do espaço urbano da microrregião de Itajubá esbarra em duas questões geográficas. A primeira se relaciona com a topografia da microrregião, caracterizada pelas montanhas da Serra da Mantiqueira. Este fator acabou inviabilizando o escoamento de mercadorias e a ligação da região com os principais fluxos do país até a construção das ferrovias e rodovias como mencionado no capítulo anterior.

A outra é a localização da microrregião em meio ao vale do Rio Sapucaí, que, até o presente ainda traz alguns entraves para a população nos períodos de cheias. Nestes tempos, nos anos com maior intensidade de chuvas, ocorrem alagamentos nas partes baixas e deslizamento de terras nas encostas. Este fator marcou tanto Itajubá que nos jornais da década de 1940 a cidade era chamada de “A Veneza sul-mineira” por contas das recorrentes enchentes que assolavam, e assolam, sua população.

Em alguns lugares formavam-se regiões pantanosas conhecidas na linguagem local como “brejo” ou “biquinha”. Nas regiões altas prevaleciam grandes propriedades rurais que comprimiam o espaço urbano em formação.

Nas cheias do Sapucaí ocorriam problemas de saúde pública nas regiões habitadas, a proliferação de doenças como febre, diarreia, agravadas pelo desconhecimento de hábitos de higiene por parte da população, desde a década de 1930 até a década de 1960.

Mediante essa situação, o poder público, representado pela Câmara Municipal de Itajubá, inicia esforços por repensar a questão da propriedade privada e a construção do espaço, conforme se vê a seguir:

Uma das indicações do vereador José Manso Pereira Cabral, aprovada pela câmara em janeiro de 1894, dá a exata dimensão desse problema [...] Ele

²³ Reconhecemos algumas dificuldades em encontrar as informações de interesse da pesquisa nestas atas. Para superar este entrave, utilizamos os jornais impressos e a literatura local que nos valeram informações relevantes.

propôs a desapropriação por utilidade pública de “partes” de diversos terrenos privados, entre os quais o do próprio presidente da Câmara (RIOS, 2015, p. 26).

Entende-se que a ideia de desenvolvimento se constrói mediante os problemas de ordem natural relacionados às cheias do Sapucaí e seus afluentes. Esses problemas, presentes na virada do século XIX para o XX, e que persistem na atualidade, permitem cunhar a seguinte pergunta: Será que é o rio que invade a cidade, ou a cidade que invadiu o rio?

As imagens abaixo demonstram algumas das enchentes que marcaram o imaginário da população em distintos momentos do período em que nos propomos a estudar. A primeira delas, datada de 1929, apresenta uma cena da enchente deste ano e um grupo de pessoas em meio as águas que encheram a Rua Xavier Lisboa, no centro da cidade. Ao fundo se veem casarões que remetem a arquitetura da época com altas janelas e beirais. As pessoas parecem trajar roupas simples, apesar de um homem ao meio vestido de terno e gravata, uma criança aparece com as águas aos joelhos. Bem ao centro, um veículo de tração animal, seu condutor e uma moça de vestido branco também pararam para a fotografia.

A segunda imagem, apresenta um ônibus imerso nas águas do Sapucaí em 1957, na Avenida Coronel Carneiro Junior, atual principal rua do comércio da cidade. Por ser a primeira rua a receber pavimentação, é conhecida como “Rua Nova”.



Figura 12- Enchente Rua Xavier Lisboa 1929
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá



*Figura 13- Enchente Av. Cel. Carneiro Júnior, 17 de janeiro de 1957
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá*



*Figura 14 - Rua Aurílio Lopes, 04 de fevereiro de 1945
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá*

A imagem da figura 14 é uma vista aérea da enchente de 1945, ao longo do rio vê-se as edificações que compõem a cidade. A observação da imagem demonstra que não é o rio que invade a cidade, e sim a cidade que se constituiu em sua área de vazante, conforme dito anteriormente.

Nota-se que as enchentes se fundem à história de Itajubá e demarcam as relações dos indivíduos com o meio em que vivem. Ao mesmo tempo, os obstáculos geográficos são utilizados em favor dos detentores do poder econômico.

As informações apontadas pelos documentos indicam como os detentores do poder econômico utilizam *estratégias* (CERTEAU, 1994), para estabelecer ganhos de capital oriundos de questões ligadas aos próprios problemas do local.

Em 1919, como de costume da época, um cidadão enviou uma carta ao jornal local assinada por “X. Y.” sugerindo a demolição de um espaço conhecido por “morro são Benedito” e o aproveitamento das terras do referido morro para o aterramento de um brejo existente nas proximidades, que na avaliação deste cidadão, resultaria em “ótima área para construções”.

Esta informação dá indícios da relação entre a topografia da região e a atribuição de valor a propriedades imobiliárias, formação de um mercado imobiliário especulativo sob o qual se dá a formação do espaço urbano de Itajubá.

A intenção dos agentes públicos locais era modificar a natureza em nome da civilização e do progresso, sem levar em consideração a sustentabilidade ambiental²⁴, conforme propõe Sachs (1986). Desta forma, percebem-se falas dispostas a retificar o Rio Sapucaí desde o século XIX até setembro de 1957, quando começaram as obras a pedido do Deputado Euclides Cintra por carta direta ao então Presidente da República Juscelino Kubitschek (GUIMARÃES, 1987).

A efetivação desta obra se liga, de alguma forma, a ideia de desenvolvimento posta em prática neste período no plano nacional, conforme tratado no capítulo anterior. Sua conclusão levou doze anos, terminando em 1969, já no período da Ditadura Militar. Contudo, uma obra desta magnitude não foi capaz de resolver a questão das inundações na região.

No rio que recebeu o nome da árvore de sapucaia, *lecythis pisonis*, após a retificação não se encontrou mais da espécie em suas margens. Em entrevista com um morador que costumava banhar-se nas águas do Sapucaí durante sua infância e juventude na década de

²⁴ Entendemos que a discussão de sustentabilidade ambiental não estava na agenda política da época em questão. Não somente na microrregião mas em um contexto geral.

1960, diz não se lembrar ou ter visto a planta, que segundo os antigos era abundante na região.

No museu municipal encontramos um opérculo de sapucaia, uma espécie de fruto semelhante a castanha ou cabaça, utilizado para armazenar água pelos antigos itajubenses.

Outro aspecto da formação do espaço urbano está atrelado à produção agrícola, com destaque para o escoamento do café e fumo, principais produtos da microrregião na passagem do século XIX para XX. Neste período, Itajubá era referência na produção agrícola no âmbito nacional (ANDRADE; FERREIRA, 2013).

Para este escoamento, construiu-se a linha férrea de Itajubá em 1891 (RIOS, 2015), que favoreceu a ampliação do perímetro urbano, de pontos de comércio, transportes de carga e construção civil. Conforme dito no capítulo anterior, a construção da ferrovia está diretamente ligada com modificações étnicas da cidade devido à imigração europeia naquele contexto.

De acordo com Rios (2015) a construção da linha férrea desconsiderou a organização do espaço urbano ali presente. Este fato forçou a redistribuição do traçado urbano já existente e trouxe consequências para o desenvolvimento urbano futuro. Percebe-se estas consequências nos muitos atos de desapropriação de terras privadas para fins públicos, construção de ruas, praças etc. e em obras de aterramento em regiões alagadas próximas a ferrovia.



*Figura 15- Estrada de Ferro e estação ferroviária de Itajubá
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá*

Atualmente, a estação ferroviária é sede do museu municipal Wenceslau Brás. Onde passava a estrada de ferro é a avenida do sambódromo municipal, próximo ao centro da cidade. Neste local ocorre a feira de produtos rurais, regularmente às terças-feiras.

Conforme dito, a construção do espaço urbano esteve ligada aos aspectos geográficos e a questão da ferrovia que modificou a paisagem urbana da cidade. Cada vez mais, percebe-se a lógica da urbanização e do moderno em detrimento do rural na organização da cidade.

Os esforços parecem demarcar muito bem as diferenças entre estes dois espaços, entretanto, o rural se mantém. A cultura do campo se inscreve no imaginário de forma tão evidente que consegue driblar as imposições da modernidade.

2.5 A relação do público e do privado

Com base na análise dos documentos disponíveis um fator parece ganhar evidência: a confusão entre as esferas pública e privada. A constituição do espaço urbano ocorre mediante esta interface, os detentores dos meios de produção pautaram ações que viabilizaram a instituição de um determinado modelo de desenvolvimento enviesado por uma visão de mundo eurocêntrica.

[...] o processo de urbanização adotado após a implantação do regime republicano teve por objetivo moldar a sede do município aos padrões considerados “modernos”, “científicos” ou “civilizados”, tomando como base os conceitos higienistas em voga de viés positivista, ensinados nos cursos de medicina e farmácia (RIOS, 2015, p. 54).

Mas qual é a relação desta visão de mundo com a questão do público e privado? A resposta é simples. A implantação deste modelo somente se deu em função da apropriação do público pelo privado e da institucionalização de demandas deste privado no campo jurídico e político. Neste caso, vê-se a criação de leis e regulamentações que favorecem a dimensão estética e comportamental de um determinado grupo dominante.

[...] essa mesma ideia de modernidade científica que norteou o processo de urbanização do distrito da cidade expõe dois aspectos de profunda relevância e que passam a ser reavaliados pela história local: o caráter socialmente excludente dessa modernização e a *ausência de parâmetros* claros entre o que era público e o que era privado (RIOS, 2015, p. 55, grifo nosso).

Como exemplo desse processo, o Código de Posturas referido anteriormente determinava a dimensão estética das construções urbanas. Os artigos 48, 62, 63 e 99 proibiam a construção de casas de “meia água, cafuas ou pequenas casas” dentro da zona urbana do distrito da cidade, também eram proibidos os telhados capim ou palha e muros de taipa, comumente utilizados nas comunidades locais próximas.

A não observação destas regras previa o pagamento de multa e prisão de três dias. Além desta, também eram proibidas construções dentro de quintais, a prática de divisão de casas entre famílias diferentes, habitações coletivas e cortiços, por serem desfavoráveis à “higiene” e “saúde pública” (RIOS, 2015).

Esta visão de mundo era compartilhada pelos jornais que circulavam pela cidade. O Sul de Minas e Gazeta de Itajubá por sua vez, periodicamente publicavam notas de incentivo a higiene, hábitos “civilizados” e petições de demolição de cortiços considerados focos de miasmas propícios ao surgimento de epidemias.

Entretanto, tal preocupação se restringia ao centro/sede do município, diferentemente de sua região suburbana, que segundo Rios (2015) “porque a população que vivia naqueles tipos de habitação fazia parte da população pobre, empregada ou desempregada, na maioria mestiça e sem propriedade”.

A análise deste aspecto permite-nos ligar a concepção de desenvolvimento da microrregião de Itajubá a uma clara divisão socioeconômica agravada por uma visão de progresso e modernidade da qual nem todos têm os mesmos benefícios e que se restringe ao crescimento econômico e não deve ser confundido com desenvolvimento no sentido do termo aplicado a este trabalho.

O conteúdo dos jornais que circulavam por Itajubá na década de 1950 comprovam a hipótese de que o rural e o urbano coexistiam conforme observamos no trecho a seguir na seção de reclamações da população do jornal “O sul de Minas” datado de março de 1950:

No bairro denominado Morro Chic, muitos moradores se queixam amargamente da falta de providência no sentido de evita-se que animais andem soltos pelas ruas e praças, principalmente os cabritos, que entram constantemente nos jardins residenciais e os devoram quando os donos não acodem a tempo. Vários moradores tem sido levados a levantar-se a altas horas da madrugada para impedirem que os bichos comam suas roseiras (O sul de Minas, 04 de março de 1950).

Ao mesmo tempo, o jornal não perdia de vista sua articulação política, na mesma edição apresentou extensa matéria de repúdio ao comunismo, com destaque para o

lançamento de livros brasileiros de ataque aos “subversivos”. Mais uma vez temos o indício de que em Itajubá parecia ecoar as vozes do contexto político brasileiro.

Dentre os aspectos destacados, os jornais tiveram um papel preponderante na divulgação das ações e do imaginário político da época. As leis criadas e regulamentações eram noticiadas de forma integral e com destaque, no sentido de reforçar o desejo e os rumos políticos da cidade.

Em 1950, no jornal O Sul de Minas, aparece com destaque uma reportagem sobre a concessão de empréstimo para as obras de abastecimento de água potável na cidade. A manchete mostra entusiasmo com a notícia e apontam como um passo rumo ao progresso da cidade.

As enchentes também ganham destaque nos jornais da época. Sobre este aspecto, a imprensa parece unir-se ao poder público com preocupação quanto a falta de solução do caso.

Vem de muito preocupando nosso govêrno municipal as inundações a que tem estado exposta, periodicamente, nossa cidade, que o Sapucaí banha cortando-a em duas secções (O Sul de Minas, 27 de fevereiro de 1950).

Desta forma, vimos que o público e o privado se confundiam. Os agentes públicos levavam suas demandas para esfera pública e utilizavam-se dos recursos jurídicos para solucionar suas demandas. Ao mesmo tempo, os cidadãos simples, pareciam naturalizar esta lógica. Nas falas dos entrevistados, não se percebe atribuir aos agentes políticos a figura de representação. Pelo contrário, sentem-se responsabilizados por suas frustrações e dificuldades experimentadas.

2.6 A interface entre a Câmara Municipal e petições públicas

Neste subtítulo, continuamos as análises dos documentos e da relação público e privado, a qual podemos classificar como estratégias, no sentido dado por Certeau (1994).

Em análise dos documentos referentes a reuniões dos legislativos itajubenses datados da primeira metade do século XX, percebe-se forte apelo de empresários locais em reivindicar a execução de ações junto ao poder público para garantir interesses econômicos vinculados a desapropriação de imóveis, instalação de postos de gasolina, regulamentação do comércio e criação de diversas leis.

Outro aspecto que o resgate da história traz à tona é a origem dos agentes públicos. A maioria deles está ligada ao comércio, indústria ou a agropecuária. Outro grupo vincula-se ao IEMI, professores e ex-alunos. De modo geral, não se percebe a participação de grupos populares nas esferas políticas. Este fator caracteriza algumas ações políticas que nos permitem refletir sobre a interface público x privado presente na região.

A exemplo dessas interfaces, houve petição de funcionários de uma padaria para que o poder público intervisse em sua luta salarial foi mencionado que não se trata de questão referente ao legislativo e que o mesmo não iria intervir.

Por outro lado, percebe-se um esforço em aprovar obras ligadas ao fluxo de mercadorias como a construção de estradas entre Itajubá e os municípios presentes no entorno. Entretanto, tão logo eram aprovados projetos de infraestrutura, em seguida observava-se o aumento dos impostos municipais, com exceção para o imposto de transferência de propriedade.

Em novembro de 1925 foi criado o cargo público de guarda municipal justificados com o intuito de zelar pela preservação dos jardins públicos e de vigiar os automóveis estacionados nas ruas de Itajubá. O projeto de lei apresentado pelo então vereador Próspero Sanches em momento algum menciona a criação de tal guarda com o objetivo de garantir a proteção da população.

As diversas fábricas de massas pertencentes a descendentes de italianos logo passaram a pedir a isenção de impostos à Câmara Municipal por período de dez anos²⁵. Mediante a comprovação de renda, era concedida facilmente tal petição.

As empresas com capital superior a 200 contos de réis pagariam metade da taxa equivalente ao serviço de abastecimento de água e esgoto. Estas informações apontam para uma facilitação das relações e condições para os detentores do sistema produtivo, ao passo que se percebe a burocratização da inserção social e econômica para a população marginalizada.

A apropriação do poder público em benefício próprio é evidente nas falas, leis e ações idealizadas pelos agentes sociais, aproximam-se de uma concepção de desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 1992).

Em análise as atas do legislativo, percebe-se o uso repetitivo da palavra *progresso* em suas falas. Indicando o esforço da administração pública em conferir à região uma ideia de

²⁵ Até os dias atuais este período de concessão é dado pela prefeitura às empresas que se instalam na cidade. A prefeitura também oferece o terreno para estas empresas.

desenvolvimento ligada ao crescimento e incremento do urbano em detrimento ao rural. Mas não sem tensões e esforços do meio rural em manter-se.

O comércio de produtos agropecuários, o uso charretes e carroças, além da presença de animais no cotidiano dos itajubenses são elementos que aparecem e permanecem na história de Itajubá e em seu desenvolvimento.

A despeito das relações de trabalho, Câmara Municipal regulamentou a profissão de mestre de obra, que obrigava todos que trabalhavam em construção civil se submeterem a uma prova com questões de língua portuguesa, matemática e conhecimentos específicos para que recebessem um certificado que lhes permitissem atuar na profissão, sem o qual não poderiam exercer sua função.

Dentro do mesmo contexto de pensamento, os indivíduos oriundos do campo eram vistos como despreparados e incapazes para a racionalidade que se buscava ao longo da primeira metade do século XX. Eram dispensados do serviço militar aqueles que vinham da zona rural. Sabendo disso, muitos se passavam por lavradores para evadir-se da obrigação com o Exército Brasileiro.

“[...] era comum no meu tempo, virem pessoas estudadas, de posse, com roupas simples e quando o Sargento perguntava o que faz? Ele respondia: - Sou lavrador! Então era dispensado” (“D”).

Esta informação denota uma presença intencional de aspectos racionais que circunscreveram o imaginário social de Itajubá em seu processo de desenvolvimento, desta forma, o rural e o tradicional se mantiveram mediante as permissões, restrições, desorganizações e reorganizações que se dão no campo da cultura (CERTEAU, 1994).

Dois elementos distintos são percebidos nestas informações. Em primeiro lugar, podemos pensar a dimensão estética presente no imaginário da população e seu esforço para a constituição de um modelo de urbanização que se alinhe à concepção de progresso e modernidade na qual o Brasil buscava inserir-se. Por outro lado, uma burocratização do trabalho informal que parece se configurar como entrave à inserção de trabalhadores que não preenchiam pré-requisitos estabelecidos.

Neste período também, o poder público local criou, em 1927, o Mercado Municipal de Itajubá que surge mediante a regulamentação de preços, impostos e produtos a serem comercializados neste espaço. Os produtos apontam para uma interface entre o rural e o urbano, sendo privilegiados produtos rurais, de natureza primária, o toucinho, o peixe, leitoa,

e também a presença de produtos artesanais como doces, queijos e salgados. Mas também, se observa a venda de produtos industrializados, como refrigerantes e outros.

Esse aspecto traz à tona o perfil da microrregião, o qual se apresenta como um entreposto entre o rural e o urbano, nesse contexto, a cidade se esforça para inserir-se na modernidade, entretanto, a dimensão do campo é nítida nas falas e nas ações dos agentes sociais da região.

É relevante mencionar que, de acordo com os documentos da Câmara municipal, ocorreu constante intervenção do poder público na regulamentação dos preços e na definição dos espaços e de quais produtos seriam vendidos neste local público.

Com isso podemos relacionar as práticas deste agente social: o poder público, com uma concepção de governo presente, em alguns casos norteador da economia e dos entraves políticos/sociais no local. Estabelecedor de restrições e permissões por grupos de interesse.

Os conceitos de táticas e estratégias propostos por Michel de Certeau são fundamentais para a compreensão destes elementos. Ao mesmo tempo em que o sistema produtivo impõe suas restrições, a cultura possibilita superação de entraves, resistência a novos condicionamentos sociais e outras inserções coletivas. Ou seja, a cultura protege as armas do fraco contra a ordem instituída (CERTEAU, 1994).

2.7 Higiene e saúde pública como palavras de ordem

A inserção ao modelo de desenvolvimento imposto pela modernidade exigiu novos hábitos e práticas no que diz respeito a higiene pessoal e coletiva. Não foi diferente na constituição do imaginário social referente a cidade de Itajubá. Era preciso urbanizar os costumes e atribuir a população o status de “povo civilizado”.

Este subtítulo problematiza os esforços do poder público como estratégias de controle social e constituição de um imaginário coletivo sobre ideal de sociedade por meio de decretos, propagandas e incentivos a práticas de higiene e cidade limpa.

Como afirmamos anteriormente, as falas dos agentes sociais presentes nos documentos estudados revelam que a sociedade itajubense parecia reproduzir as intenções postas no plano nacional. Dentre estas intenções, a ideia de sociedade limpa e de higiene saltam dos agentes públicos para o imaginário da população da microrregião como ações urgentes a serem inseridas.

Percebemos de forma clara que parecia essencial ensinar novos hábitos e práticas a população que fossem capazes de organiza-la para as demandas do trabalho, da racionalidade e da modernidade. Este processo não ocorreu de forma tranquila e sem o uso do artifício jurídico em uma sociedade imersa nas dimensões rurais e na tradição.

O modelo produtivo industrial da característica fordista, buscava o domínio dos trabalhadores dentro e fora dos postos de trabalho. Nesse caso, o trabalho é visto como uma atividade normalizadora e ordenadora da atividade humana (LOPES, 2006).

Sidney Chaloub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, trata das relações sociais, do ponto de vista do trabalho e das diferenças de classe e étnicas na cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX e início do século XX. A tese do livro é que os trabalhadores, antigos escravos e imigrantes pobres foram submetidos a condição de assalariados por um processo marcado por repressões policiais e jurídicas.

Este autor nos ajuda a pensar aspectos semelhantes ocorridos em Itajubá que indicam sua conexão com a lógica nacional, neste caso a então capital do país. Por outro lado, demonstra a dificuldade dos agentes públicos em pensar o desenvolvimento a partir do local e suas demandas e não da reprodução de modelos instituídos.

No caso de Itajubá, a criação de um Código de Posturas, nos primeiros anos do século XX, reforça que a cidade não estava desconectada do imaginário proposto na lógica nacional. Tal documento, de 301 artigos, estabeleceu regras específicas desde o manejo de animais domésticos, modelos de construção civil, vacinação da população, hábitos de higiene e decoro, utilização de vestes “impróprias” etc.

Todas estas regras, se descumpridas, previam punições que vão de pagamento de multa a prisão dos indivíduos praticantes. E demonstram intencionalidades de enquadrar a sociedade em uma racionalidade útil ao sistema econômico e político instituído na nação.

Note-se, ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho – isto é, da produção -, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação (CHALHOUB, 2001, p. 50).

Esta contribuição de Sidney Chaloub ajuda-nos a decifrar algumas falas presentes nos documentos e jornais analisados no contexto da microrregião de Itajubá. Podemos considerar

que as intencionalidades próprias à realidade itajubense não estavam desconectadas do contexto nacional. Parecia que ideais como racionalidade, higiene e ordem, vinculados a lógica do trabalho assalariado capitalista se tornavam cada vez mais presentes na sociedade brasileira como todo.

Ocorre uma ligação entre a racionalização utilitária e o controle político. Os que erram são punidos e os que se destacam são premiados. Os campos jurídico e político convergem com intencionalidades econômicas e com as demandas das novas configurações sociais emergentes naquele contexto.

A partir da leitura de Certeau (1994) e Chalhoub (2001), pensamos estas ações inscritas na realidade itajubense como estratégias do poder, mecanismos pensados de forma racional, capazes de inserir coletivos em um modelo de sociedade, e conseqüentemente um modelo de desenvolvimento.

No caso de nosso objeto de estudo, estas falas aparecem nas atas e documentos oficiais, legislação local e são reforçadas pelos jornais da cidade como no trecho mencionado abaixo:

Acentua-se de dia para dia a necessidade imprescindível de se proceder ao saneamento desta cidade. Descurada cruelmente nessa medida que importa a salubridade pública, a higiene entre nós não pode continuar a ser um mito, um projeto inexecutável, um enfeite das leis municipais [...] A nossa população já é muito densa e no seu meio vivem milhares de pessoas que não conhecem os princípios preliminares de higiene e praticam com ignorância os maiores abusos (Gazeta de Itajubá, 15 de fevereiro de 1903, nº 3, ano I, p. 1).

A intenção do jornal é dupla, ao mesmo tempo legitimar as ações que visavam adestrar a população e cobrar para que essas ações não ficassem somente no campo ideológico, mas fossem instrumentalizadas com medidas jurídicas.

Neste capítulo, destacamos as estratégias idealizadas pelos agentes detentores do poder político e econômico. Ao mesmo tempo, estas estratégias localizam a condição de subordinação daqueles que estiveram à margem do processo de desenvolvimento.

Vimos que os jornais, a literatura local, as atas e documentos políticos e as fotografias carregam aspectos de concepções de desenvolvimento que conduziram os rumos da cidade.

As informações revelam as bases da concepção de desenvolvimento que permearam o imaginário social de Itajubá. A ideia de progresso, de racionalidade, de higiene, de

crescimento econômico desigual e combinado conforme Ianni (1992) são aspectos percebidos nas falas e ações dos itajubenses.

No capítulo seguinte, ganha destaque as táticas e esforços dos *vencidos*, pessoas simples, do campo ou da cidade, que encontraram na cultura, nos saberes populares condições de sobrevivência ante a racionalidade instituída.

CAPÍTULO 3. ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO: DIMENSÕES SUBJETIVAS

A proposta deste capítulo é a análise das falas de pessoas entrevistadas durante a pesquisa. Às informações desta seção demos o nome de dimensões subjetivas, pois não estão nos documentos oficiais ou nas falas dos jornais e agentes públicos, entretanto, compõem pelas entrelinhas, o imaginário social da microrregião e permanecem até a atualidade coexistindo com as relações tidas como instituídas.

Por razões éticas, determinou-se atribuir letras a cada um dos entrevistados para uso dos trechos de falas e comparação entre elas. Algumas informações serão acrescentadas como ramo de atividade e contexto do momento de entrevista.

A ideia é dar voz aos que estiveram à margem do processo de desenvolvimento. Aprender este processo pelo ponto de vista do perdido, do vencido, daqueles que se apropriaram da cultura enquanto arma do fraco contra o forte (WILLIAMS, 1992). Que desenvolveram táticas, solidárias, individuais ou coletivas de inserção às mudanças de paradigma e macro modelos de sociedade.

Ratifica-se que a grande propriedade privada no campo e o domínio do comércio pelos imigrantes possibilitaram aspectos que acentuaram as desigualdades e exclusões sociais da região. Formaram-se três grupos que estiveram diretamente ligados ao processo de desenvolvimento de Itajubá: Os proprietários rurais e políticos locais; os comerciantes e pequenos empresários e os trabalhadores do campo e da cidade.

A lógica do desenvolvimento urbano-industrial e a produção agroexportadora fizeram com que a cidade experimentasse significativa queda em sua economia.

[...] nem sempre a microrregião de Itajubá careceu de atividades econômicas que, em tempos pretéritos, a área foi referência em âmbito nacional quanto ao volume e a produtividade, sendo exemplos a fruticultura e a bataticultura. Todavia, por fatores endógenos e exógenos, estas atividades atualmente apresentaram consideráveis processos de decadência (ANDRADE; FERREIRA, 2013, p. 329).

Comprovam-se os pressupostos de Arrighi (1997) e Furtado (1974), de que o pensar o desenvolvimento estritamente como crescimento econômico, se torna uma ilusão ou um mito. E as consequências desta lógica foram nocivas para as relações sociais e para a cultura como um todo. De acordo com Lopes (2006), ao passo que as corporações ostentam o

enriquecimento dos centros urbanos, as localidades rurais empobrecem, desvalorizam e se isolam. Nesse contexto, a seguir passamos às análises das falas e das impressões que itajubenses tiveram de sua relação com a cidade.

Os entrevistados tiveram dificuldades de compreender as motivações da entrevista e não se reconheciam como parte do desenvolvimento da cidade de Itajubá. Nos primeiros contatos houve certo estranhamento conforme salienta Pollak, “Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi sua vida, tem muita dificuldade de entender esse súbito interesse” (POLLAK, 1992, p. 213).

Esta informação parece ser um indicativo de como a sociedade produziu uma subjetividade na qual os indivíduos que trabalham, pagam impostos e movimentam a economia, não se percebem enquanto parte do desenvolvimento.

3.1. Táticas de inserção econômica

Este subtítulo tem por finalidade apresentar táticas utilizadas pelos cidadãos itajubenses para se inserir no modelo econômico vigente, levando em consideração os elementos já postos no capítulo anterior em que se destacam: a burocratização do trabalho e a correlação moderno x tradicional, rural x urbano, presentes nestas relações.

Conforme mencionamos na metodologia, a análise parte do indivíduo para se compreender o coletivo e suas configurações, a partir da comparação entre as falas e os documentos oficiais.

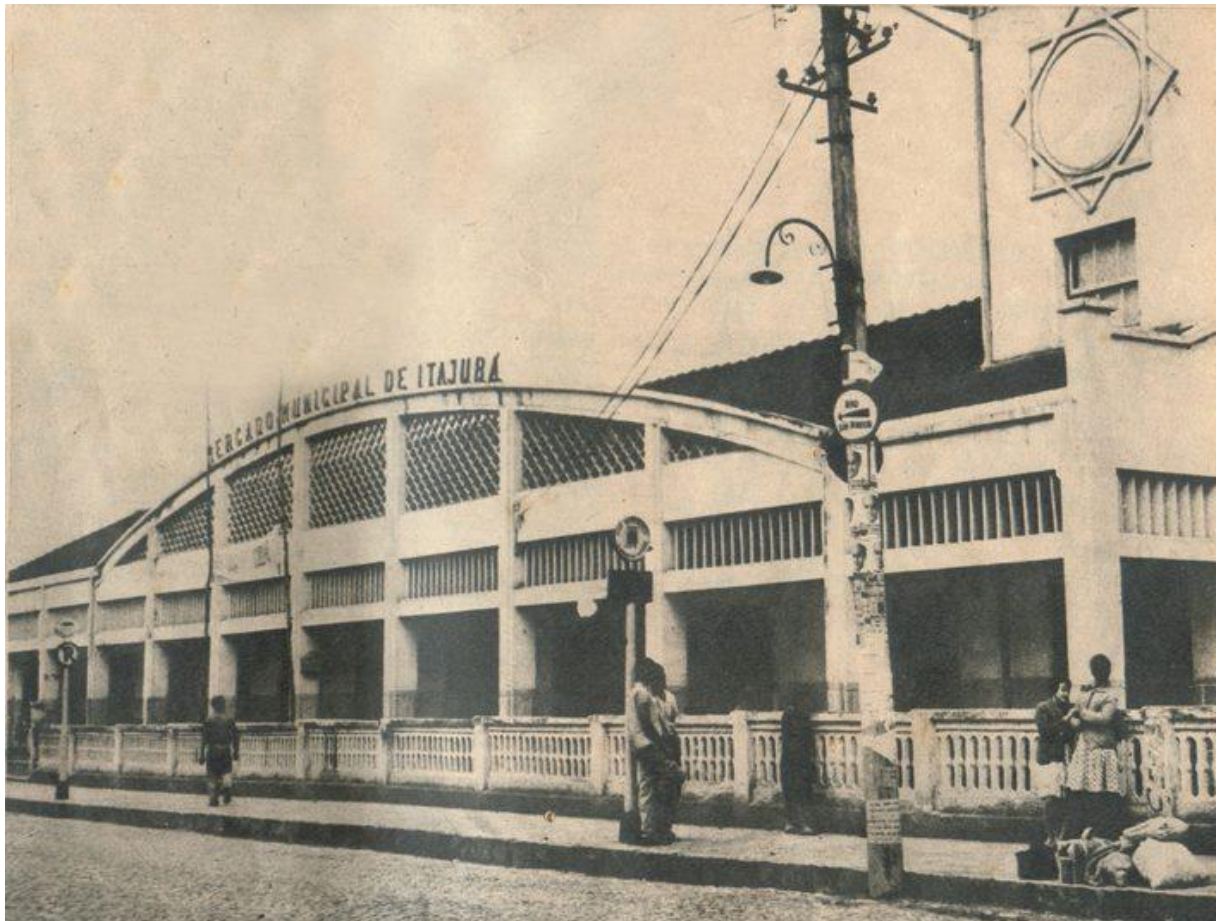
Antes de avançarmos, duas questões são relevantes dentre as falas: 1. No trabalho rural destaca-se a produção agrícola de fumo, milho, café e banana e relações entre a pequena produção e as grandes propriedades. 2. As dificuldades de inserção no mundo do trabalho urbano devido às exigências de qualificação, mesmo que mínimas.

Dentro desta lógica, os cidadãos, trabalhando no campo ou na cidade, muniram-se de táticas para superar os entraves garantir condições de sobrevivência econômica.

No meio rural, percebeu-se vasta disponibilidade de oferta de trabalho nas grandes propriedades. A produção agropecuária, em pequenas propriedades, era caracterizadas pelo trabalho familiar, transferência de posse por herança, festividades religiosas, sistema de mutirões, inércia espacial e simbiose entre homem e natureza (ANDRADE; FERREIRA, 2013). Seguindo esta lógica, “B”, 93 anos, trabalhou do final da década de 1930 até quando seu corpo suportou, por volta dos 85 anos. Adotou uma tática comum entre os trabalhadores

rurais da região, plantava, principalmente banana, em sua propriedade que herdou dos pais, e ao mesmo tempo, trabalhava para fazendas maiores. Desta forma, conseguiu ampliar sua propriedade e dedicar mais ao próprio negócio.

Sendo morador da zona rural, vendia seus produtos nas feiras ou no Mercado Municipal organizadas na cidade. “*não perdia uma feira, fazia chuva ou sol*” (“B”). Comentou sobre as idas à feira com a bagageira cheia comercializar suas bananas.



*Figura 16 – Mercado Municipal nos anos 1940
Fonte: Acervo Foto Ótica São José*

A fotografia acima mostra o mercado municipal, existente até os dias atuais, no qual produtos rurais são vendidos em meio ao espaço urbano.

Ainda na atualidade, as pequenas propriedades, utilizam mão de obra familiar e produzem para subsistência e para o comércio local e regional, os mais jovens dificilmente permanecem no campo devido às dificuldades econômicas. Esta informação se comprova no quadro de funcionários das indústrias que é composto por grande percentual de trabalhadores oriundos das zonas rurais dos municípios menores da microrregião.

De fato, este processo, de êxodo rural impôs novas configurações de relações sociais exercidas no campo da cultura. “Atraindo um grande contingente da população rural para os centros urbanos, o trabalho industrial faz surgir nas cidades uma população que necessita reconstruir padrões institucionais de socialização” (LOPES, 2006, p. 206).

Com relação ao município, “B” relatou muitas dificuldades para inserir-se economicamente, “*lutei muito para chegar onde cheguei*” (“B”). Em nenhum momento transfere para os agentes públicos responsabilidade pelas dificuldades vividas.

Não se perceberam políticas de desenvolvimento rural ou incentivo aos pequenos produtores por parte das gestões locais. Nesse caso, as feiras eram as únicas possibilidades do rural entrar no urbano do ponto de vista econômico. Ao mesmo tempo, os indivíduos aqui ouvidos, não percebem a possibilidade ou a necessidade de tais ações da parte do poder público, transferem para si as responsabilidades e frustrações decorrentes dos modelos de desenvolvimento vivenciados na cidade.

A imagem abaixo é posta para ilustrar a condição dos trabalhadores rurais. Nela, vemos pessoas que parecem ser trabalhadores de uma grande propriedade e observam o arado da terra feito pela máquina. Era comum na região os trabalhadores rurais não disporem de terras próprias, sendo forçados a vender sua força de trabalho para os grandes produtores.



*Figura 17– Trabalhadores na zona rural de Itajubá
Fonte: Página Fotos Antigas de Itajubá*

Outro entrevistado, “M” sempre morou na zona urbana, e muniu-se de outras táticas para ter acesso aos benefícios do desenvolvimento. “M” não se adaptou ou não encontrou oferta de trabalho formal, se via como um artista e passou a trabalhar com sua vocação para se sustentar. Pintava faixas, letreiros e anúncios em tela, madeira e metal e sempre trabalhou em sua própria casa.

Passou por dificuldades quando empresas da região começaram a fazer trabalho gráfico com uso de máquinas e por um preço mais baixo. “*Passsei momentos difíceis, aí tive que me atualizar*” (“M”). Ao longo dos anos 2000, procurou aprofundar nos recursos da informática e adquiriu equipamentos com empréstimo em banco da cidade.

As falas de “M” apontam que nem todos cidadãos se alinharam às relações formais de trabalho ou dispunham de propriedades na zona rural. Nesse caso, foram forçados a se tornarem indivíduos criativos, adaptáveis e desenvolver táticas para superar os empecilhos impostos pela racionalidade vigente. O processo de desenvolvimento da modernidade sugere a criação de subjetividades próprias inscritas nas ações destes indivíduos e percebidas em todos os aspectos de suas vidas, como se vê em Lopes:

[...] o centro das manifestações socioculturais cotidianas, marcadas pela reciprocidade das relações interpessoais, começa a sofrer influências decisivas do processo de tecnologização em curso. Ocorre que tais manifestações, afetadas tradicionalmente pela sociabilidade ligada a valores rurais – em que a transmissão do conhecimento e do saber acumulados pelas culturas locais é realizada nas tramas interpessoais que a vivência de papéis sociais definem, ao longo da trajetória coletiva de uma comunidade ou de um conjunto de comunidades próximas – estendia-se por toda a experiência de vida dos sujeitos [...] (LOPES, 2006, p. 208-209).

Outro cidadão entrevistado, “D”, foi militar e atualmente é funcionário público municipal. Relata que ao longo de seus 76 anos, viu os itajubenses²⁶ como um povo heterogêneo, no qual identificou três grupos: 1. Políticos influentes que, segundo “D” foram responsáveis pelo desenvolvimento²⁷ da cidade; 2. Imigrantes com destaque para italianos e libaneses que constituíram laços de cooperação e solidariedade no local; 3. Itajubenses nativos que classificou como muito desunidos e individualistas.

²⁶ Este foi o primeiro entrevistado, ele falou mais sobre a cidade e os cidadãos do que de si próprio. Demonstrou incômodo em falar sobre si, mas ao mesmo tempo, falava com empolgação sobre a cidade e seu passado, nesse caso não interrompemos sua fala que foi de quase uma hora, e forneceu informações úteis à pesquisa.

²⁷ Claramente o entrevistado pensa em desenvolvimento enquanto crescimento econômico e progresso. Falou com saudosismo do ex-Presidente Wenceslau Braz, nascido na cidade e que realizou diversas obras no local ao longo de sua carreira política.

“Os itajubenses não se uniam, não se importavam se alguém estava na pior, já os imigrantes, estavam preocupados uns com os outros, se alguém tinha dificuldades todos ajudavam, desta forma, conseguiram crescer na cidade” (“D”).

Nesta perspectiva, as táticas dos imigrantes eram balizadas pela cooperação coletiva enquanto os itajubenses tiveram que se tornar flexíveis a despeito das práticas de inserção social. Na atualidade, os imigrantes detêm o monopólio do comércio local, definem preços de produtos, interferem nas ações públicas da prefeitura quanta a abertura de novos estabelecimentos ou a definição de investimentos. *“Os turcos²⁸ mandam na cidade, controlam o comércio, tudo é controlado por eles [...] estes tempos atrás, iam fazer uma feira com roupas de São Paulo, os turcos não deixaram” (“M. J.”).*

Também percebemos indivíduos que exerceram uma atividade mista, parte no campo e parte na cidade. Como é o caso de “G” de 79 anos. Entrevistado que apresentou dificuldades em compreender os objetivos da pesquisa, mas que se mostrou satisfeito em falar de suas experiências de vida.

Trabalhou no campo, desde os 12 anos de idade, se dedicou de forma extrema ao trabalho rural, percorreu cidades do sul de Minas e São Paulo, trabalhou em diversas lavouras, mas não tinha propriedade.

Sentia-se responsável por suas angústias e frustrações via seus patrões com pessoas superiores, dignas de temor e respeito. Desconhecia leis trabalhistas e enfrentou muita dificuldade financeira.

“Só tinha um banco de madeira em casa [...] as vezes chegava morrendo de fome ia na venda mas não tinha um centavo no bolso [...] o dono da venda dizia: “G”, pode levar o que quiser, depois me paga, você é um rapaz de muito valor [...]” (“G.”).

As complicações no meio rural eram superadas por laços de solidariedade e de confiança, diferentes da racionalidade percebida na cidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos entrevistados, com exceção de “B” que parecia compreender as tendências nacionais e locais com clareza, eram despolitizados, pareciam alienados aos rumos e forças políticas de Itajubá e do Brasil.

²⁸ Embora sejam de origem síria e libanesa, a população reconhece estes indivíduos como *turcos*.

A dedicação exaustiva ao trabalho foi a tática adotada por “G” que não via outra saída. Devido as dificuldades no campo, mudou-se para a cidade, nos idos dos anos 1970, e aprendeu a trabalhar na construção civil. Em uma situação, mesmo doente procurou inserir-se no trabalho, não concebia a ideia de ficar parado.

“Mudei para a cidade e fui trabalhar na obra, fiquei doente e eles [a empresa] queriam um atestado para eu voltar [...] fui ao médico ele me disse: - se eu te liberar hoje, amanhã sua família te enterra e me processa [...] sai de lá angustiado, não sabia o que fazer, dizia, meu Deus, preciso trabalhar! Então fui ao Hospital Escola, chegando lá logo me atenderam rapidamente e mandaram esperar lá fora, depois outro médico me chamou e me abraçou dizendo: - Sr. “G”, o senhor tem muita saúde, pode trabalhar, muitos vêm aqui me pedir atestado para não trabalhar, o senhor fez o contrário. Está liberado” (“G.”).

As falas de “G” mostram como a sociedade conseguiu marcar a lógica do trabalho em seus indivíduos, viam-se como obrigados a executar suas funções mesmo amparados pela lei em casos de enfermidade.

3.2 Itajubá aos olhos de seus cidadãos

Neste subtítulo, apresentamos algumas falas de como o desenvolvimento de Itajubá é percebido aos olhos dos indivíduos que ali estão. Reiteramos que, de forma unânime, os entrevistados não se percebem como parte do desenvolvimento, e sim como expectador deste processo.

Na visão de “D”, dentre os três grupos mencionados na seção anterior, os políticos foram fundamentais para o desenvolvimento de Itajubá, permanece uma visão paternalista e bondosa dos agentes públicos.

“Aqui tiveram muitos políticos importantes, Sua Excelência Wenceslau Braz fez muito pelo próximo, tinha uma visão humana e fez muito por Itajubá [...] se preocupava com os desamparados” (“D.”).

Perguntamos sua visão sobre o desenvolvimento da cidade, “D” respondeu que percebe é aquilo que deveria ser, as ações e influências políticas executadas superaram as limitações geográficas. Segunde este entrevistado, Itajubá ainda pode ser uma grande cidade um dia, mas por enquanto é o suficiente para se viver.

Os entrevistados compartilham de uma visão positiva da cidade, acreditam ser um ótimo lugar para se morar e defendem que os problemas que os cidadãos vivenciam são mais por desunião e falta de cooperação, do que propriamente das ações governamentais.

“Aqui é bom pra morar, não tenho que reclamar da cidade, outro dia fui para Belo Horizonte, lá é complicado, morreu um homem e o corpo ficou no chão desde cedo até à tarde. Vim embora rápido, não dá pra ficar lá não” (“M.”).

“Já estive em outras cidades, a saudade dói muito, hoje não tenho vontade alguma de sair daqui” (“D.”).

Esta informação mostra que os indivíduos percebem a cidade como lugar simples, de relações tidas como comuns. Questionamos se os cidadãos não percebem como os rumos do desenvolvimento afetaram as relações sociais ali presentes, ou se, de fato, encontram no local sentimentos de pertença, de solidariedade e de segurança.

Outro relato presente na fala de “G” mostra como as relações trabalho produziam relações de subalternidade muito bem demarcadas:

“Um dia estava trabalhando, aí um funcionário falou: - Ninguém pega nenhuma ferramenta hoje, vamos fazer uma greve. Me senti muito triste, fui até o encarregado da obra e falei, me manda embora, porque hoje me pediram pra fazer uma coisa que nunca vou fazer, ele disse, o que foi Sr. “G”, falei sobre a greve. Ele disse não, de jeito nenhum vamos mandar o Sr. embora, fique tranquilo que ninguém lhe vai fazer mal. Na mesma hora o fulano foi chamado e lhe disseram que iria receber todos os direitos porque não trabalhava mais na empresa” (“G.”).

Ocorre uma consciência coletiva de submissão e despolitização, ao mesmo tempo, aqueles que decidem se engajar são punidos de imediato e vistos como exemplo a não ser seguido pelos demais. De forma contraditória, não concordando com a condição social, os indivíduos se auto culpam por sua situação.

O poder público é visto como uma entidade externa independente e desvinculada das demandas da cidade. Os cidadãos se sentem obrigados a buscar sozinhos suas dificuldades de inserção na sociedade. Certa vez, em diálogo com uma enfermeira, “G” relatou: *“Moça, desde a sola do sapato até o chapéu, nada me foi dado pelo governo, temos que comprar tudo com nosso dinheiro. Você acha que isso é possível com o que ganhamos?” (“G.”).*

Em outro momento afirmou: *“outro dia falei para uma pessoa, você acha que o prefeito tem que ficar capinando esses lotes cheios de mato, tem não, as pessoas precisam cuidar das suas coisas e o prefeito das dele”* (“G”). Estas falas confirmam o que afirmamos acima, não percebem a figura política como representante do coletivo.

A cultura, em sentido amplo, é um fator de integração, superação e preservação daqueles que não dispõem das rédeas do desenvolvimento. As táticas aqui apontadas são exemplos que permeiam o imaginário social da cidade e que ficam latentes, subterrâneas, na construção de uma sociedade cujo pilar é a racionalização, burocratização e o trabalho formal. Na qual, o vencedor não é o que resiste, mas a aquele que ao capturar as regras do jogo, segue no sentido em que o crescimento caminha.

A experiência e a tradição são pouco valorizadas mas resistem nos saberes populares, nos costumes como os mutirões, as festas religiosas, o hábito de oferecer um prato da janta ao vizinho, e em outros exemplos de solidariedades relatados pelos cidadãos. Como se estes aspectos fossem blindados pela aura da cultura e coexistem com tendências e configurações que se estabelecem na sociedade.

As relações de desmando político e imposições da lógica da modernidade são camufladas por um processo de despolitização e uma visão positiva da cidade que se inculta na mente de seus habitantes.

A visão de desenvolvimento posta em prática pelos detentores do poder político e econômico, não favoreceu os indivíduos tidos como marginalizados deste processo. A grande propriedade privada e a burocratização do trabalho foram aspectos que tiveram por consequência a concentração de renda, o incremento da desigualdade social e especulação imobiliária.

Nas entrelinhas houve a tentativa fazer a (re)constituição sobre quais elementos compõem o imaginário social da microrregião e, com inferências a estes, propor nas considerações finais o que permanece ou permaneceu na atualidade sobre práticas da ideia de desenvolvimento vigente, no que tange as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais, geográficas e simbólicas que coexistem nas concepções de desenvolvimento na microrregião de Itajubá.

Portanto, ao dar-se voz aos que estiveram à margem do processo de desenvolvimento é que se propõe um exercício crítico sobre os (des)caminhos das lógicas do desenvolvimento empreendido para a cidade.

Por fim, cabe ressaltar que este capítulo complementa os demais capítulos dessa dissertação, cuja perspectiva foi a de trazer à tona um conjunto de informações a partir das falas de pessoas entrevistadas durante a pesquisa. Nas interfaces das falas e dos temas representados vê-se que as informações retratam as dimensões subjetivas presentes no tema do desenvolvimento, em que se expressam nos entremeios dos documentos oficiais, dos registros dos jornais e dos depoimentos efetivados pelos agentes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resulta das discussões sobre desenvolvimento dentro das questões de pesquisa da linha “desenvolvimento e sociedade” realizados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – PPG-DTecS, da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

Os estudos estavam vinculados ao projeto “Indicativos do desenvolvimento: Investimento públicos e privados de Itajubá – MG”, em execução no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento – NEID, com financiamento da FAPEMIG.

A proposta teve a pretensão de trazer ao debate questões relacionadas entre conhecimentos sociopolíticos, históricos, econômicos, culturais e simbólicos sobre os processos de constituição do imaginário social atrelados às concepções e escolhas de desenvolvimento presentes na microrregião de Itajubá.

Há, no contexto do local, à luz dos documentos e informações levantadas uma limitação sobre o entendimento do que venha ser desenvolvimento fora das proposições do desenvolvimento econômico ou das noções de crescimento. Esta confusão foi discutida ao longo desse texto, no capítulo 2, em que se procura entender desenvolvimento em vertentes das chamadas segurança do social e do ambiental (SACHS, 1986).

As configurações do universo empírico exigiram a construção de percurso metodológico próprio, capaz de produzir, propor um trajeto interdisciplinar, com contribuições de distintas áreas do saber (história, antropologia, economia, política e sociologia). Este percurso se justifica como uma necessidade de entendimento da microrregião em perspectivas mais abertas, interdisciplinar.

Dentro do contexto se fez importante questionar em quais bases a cidade de Itajubá promoveu o seu desenvolvimento. O problema enunciado trouxe outras questões correlatas e complementares que problematizam os elementos de reflexão sobre desenvolvimento capturadas em pesquisa de campo, quais sejam: 1) o desenvolvimento se evidencia sempre a partir das ações daqueles que detém o sistema produtivo; 2) há relações explícitas do desenvolvimento da microrregião alinhado à lógica do plano nacional; 3) quais elementos de organização sociopolítica e socioeconômica são privilegiados no processo de desenvolvimento local.

A partir desses questionamentos, pergunta de partida e desdobramentos, é que se buscou a apreensão dos elementos de análise nas informações que substanciam o pensamento social. Portanto, a delimitação do estudo à cidade de Itajubá, sul de Minas Gerais, traz a possibilidade de capturar as concepções que formulam (enquadram) o imaginário local sobre as escolhas de desenvolvimento.

No que diz respeito ao primeiro objetivo da pesquisa buscou-se identificar ações do processo de desenvolvimento da microrregião de Itajubá que estejam ligadas, ou não, a concepções instituídas no plano nacional. Percebemos que a cidade se alinha ao modelo de desenvolvimento proposto no plano nacional, que na história apresentou momentos em que o Estado esteve mais ou menos presente, dependendo da orientação política de seus agentes, sem levar em consideração as particularidades e limites do local.

A contextualização histórica feita no Capítulo 1 corroborou com a apreensão das dinâmicas inscritas no processo de construção da cidade e que são percebidas até a atualidade. Este aspecto demonstra que a sociedade carrega elementos históricos próximos e distantes que podem permanecer atrelados à lógica do desenvolvimento, conforme se viu em Ianni (1992).

Os aspectos geográficos são determinantes para as configurações que a cidade ganhou. Entretanto, esta consideração não foi percebida com clareza nas falas dos entrevistados, em contraposição, as falas dos documentos oficiais demonstram que os agentes políticos percebiam de forma nítida como apropriar-se destas condições.

Sobre o fluxo de mercadorias, abrir mão da ferrovia em favor das rodovias foi um exemplo de estratégia muito mais favorável às forças políticas e econômicas externas, do que propriamente uma demanda específica do local.

A análise das tendências políticas nacionais postas ainda no primeiro capítulo, contribuíram para a compreensão de elementos pensados no plano nacional, replicados em ações inerentes à cidade.

O fato de a cidade se alinhar a um determinado modelo de desenvolvimento pensado de forma macro, inviabilizou uma série de questões próprias do local e impôs aos indivíduos uma racionalidade que nem sempre estão aptos a adaptar-se. Nesse caso aprendem táticas para superação e inserção no contexto coletivo e individual.

A pesquisa buscou ainda, verificar os elementos do imaginário social, percebidos nas intencionalidades, táticas e estratégias políticas, econômicas e socioculturais, que elucidam a constituição do desenvolvimento. A cultura é um elemento de resistência e superação. As modificações sociais ocorrem dentro de um contexto cultural específico, que é permeado por

tensões, entraves, convenções e mediações que ocorrem de grupo para grupo; de indivíduo para grupo; de grupo para indivíduo; de instituição para grupos e/ou indivíduos.

No capítulo 2 após as considerações teóricas fundamentais sobre desenvolvimento, demarcamos o binômio desenvolvimento e cultura, no sentido de especificar o qual sentido a cultura ganha neste trabalho. Esta parte se fez necessária, uma vez que, tal conceito recebe amplitude e pode ter diversas significações (CARVALHO, 2013).

A cidade de Itajubá, representada pelos agentes sociais nela presentes, seduziu-se pelas bases de uma modernidade racional, pelo progresso, pela formalidade do trabalho, entretanto, viu na cultura e na tradição um entrave para inserir-se por completo nesta lógica.

Desta forma, formou-se uma sociedade híbrida, com elementos da tradição e do moderno, que se reinscrevem e ressignificam a cada etapa ou projeto de desenvolvimento que surge.

A coexistência de instituições ligadas a um modelo racional como universidades e indústrias e dimensões da tradição e da cultura local, conferem relações sociais únicas que se configuram como objeto de estudo complexo, com demandas ainda não superadas, que possui raízes históricas muitas vezes não percebidas pelas políticas de desenvolvimento vigentes.

As reflexões feitas nesta pesquisa seriam reducionistas sem o arcabouço teórico sobre desenvolvimento discutido no Capítulo 2. Nesse caso, as discussões ali dadas foram determinantes para o olhar do pesquisador sobre o objeto.

As análises de documentos feitas ainda neste capítulo se aproximaram das estratégias idealizadas pelos detentores do poder político e econômico. Além destas questões, os documentos revelaram as bases em que o desenvolvimento foi pensado, as quais também aparecem nas leis, nos símbolos e nas construções que compõem o imaginário da cidade.

As dimensões capturadas no terceiro capítulo revelaram táticas muito específicas que foram como um sustentáculo dos “vencidos” para se equilibrarem às tendências da sociedade e seus rumos.

Os esforços deste trabalho revelaram que o processo de desenvolvimento de Itajubá, MG, construiu um imaginário social de *individualização das frustrações*. Um processo em que o indivíduo se sente como único responsável pelos fracassos e dificuldades de inserção econômica.

Não se percebem como parte principal da sociedade e sim como alguém de fora, cujas demandas se afastam das demandas destas. Ao mesmo tempo, os detentores do poder

político e econômico, se veem como condutores, guias dos demais, com agentes capazes de contagiar o coletivo com suas visões e ideologias.

Mesmo diante destas configurações, a cidade é vista como um lugar acolhedor, e existem ilhas de solidariedade que marcam profundamente o imaginário de sua população. O slogan “fácil de ser amada” soa como uma tradução destes aspectos.

A dicotomia rural e urbano se revelou como um entreposto, um lugar em que elementos de ambos se misturam e se tornam indissociáveis. Estes elementos são evidentes nas falas, no sotaque, nos costumes e hábitos experimentados em Itajubá.

Dentro desse quadro, na tentativa de responder aos questionamentos formulados, bem como dar respostas ao objetivo geral proposto, buscou-se, ainda, apreender como se deu o processo de construção do pensamento sobre o desenvolvimento na cidade de Itajubá-MG.

Esforçamos por descortinar os elementos postos no processo de desenvolvimento da cidade de Itajubá, MG, dos quais percebeu-se esforços por inserir a região em concepções de desenvolvimento gerais. A abordagem interdisciplinar permitiu alargar as impressões e concepções iniciais sobre o objeto de estudo.

A concepção de desenvolvimento pensada no plano nacional alternou entre disputas liberais, voltadas ao capital estrangeiro e à redução da intervenção estatal na economia e projetos nacionalistas-desenvolvimentistas que visavam alavancar o crescimento econômico do país (SKIDMORE, 1982).

Ambos os pensamentos fomentaram as ações trilhadas pelos detentores do poder presentes na cidade. Entretanto, a fórmula nacionalista-desenvolvimentista, prevalecente do início do século XX até os anos 1950, trouxe maiores índices econômicos, geração de emprego e renda para a microrregião de Itajubá (ANDRADE; FERREIRA, 2013). A partir da segunda metade do século XX, com a entrada do capital estrangeiro no cenário nacional, bem como suas exigências de configurações industriais, a microrregião passou por um processo de declínio econômico, intensificado pela desativação das ferrovias.

Este processo, levou os homens simples itajubenses a tecer táticas de inserção e sobrevivência socioeconômicas que foram destacadas no capítulo 3.

Tanto na orientação liberal, quanto na desenvolvimentista, a visão de desenvolvimento presente nas ações políticas é confundida com a ideia de progresso e crescimento econômico, permeada pela visão shumpeteriana de competição e estímulo ao mercado. O que as diferencia é no tocante as ações de cunho econômico, que no primeiro caso são exógenas e no segundo endógenas.

Atrelado à visão de desenvolvimento como progresso, a pergunta norteadora desta dissertação ainda se responde com mais dois aspectos que estiveram nas bases da concepção de desenvolvimento constituída em Itajubá: A *ideia* de higiene e povo civilizado; e a noção de que a propriedade privada é definidora de papel social.

Aqui utilizamos o termo *ideia* no sentido posto por Ianni (1992), como um ideal não materializado, mas orientador de ações de medidas impositivas. No processo de desenvolvimento, julgou-se necessário regulamentar de forma institucional as posturas e condutas da população, marcadas por hábitos que não combinavam com a racionalidade do desejado progresso técnico, conforme aprofundamos no capítulo 2.

No segundo aspecto, referente à propriedade privada, percebemos que a posse da terra ou de imóveis garantiu o domínio econômico da classe que detinha esta propriedade sobre as demais. Desta relação econômica, surgiram relações de subalternidade por parte da população marginalizada, que passou a se munir de táticas e se ver de forma inferiorizada por sua condição socioeconômica.

Ainda ressaltamos a confusão entre o público e o privado que marcou as relações sociais em toda a história de Itajubá, que foi abordada no capítulo 2. Este aspecto também caracteriza a visão de desenvolvimento que permeou o imaginário da cidade.

Com relação ao percurso interdisciplinar, não se configurou como tarefa simples a apropriação de recursos e conceitos de disciplinas distintas da formação do pesquisador, entretanto, tal esforço possibilitou uma visão holística e ao mesmo tempo profunda do objeto.

A princípio, definimos como instrumento de coleta a gravação das entrevistas, mas o contato com os entrevistados deixou claro um desconforto diante do gravador. Sendo assim, o caderno de campo foi muito mais bem visto e sentimos que os entrevistados ficaram mais à vontade.

A definição do período estudado não foi aleatória. Pelo contrário, os indícios presentes nos documentos e nas falas sobre a constituição de um pensamento sobre desenvolvimento é que nos direcionou ao período. Neste caso, o esforço foi por produzir um estudo atemporal, a temporalidade escolhida foi apenas norteadora das concepções idealizadas.

Os aspectos que juntam os indivíduos que compõem a sociedade itajubense passam pela esfera do trabalho, seja ele rural ou urbano. Neste campo, aparecem elementos de socialização, normatizações, mas, também, colaborações e sociabilidades que são percebidos nas falas e ações empreendidas no local.

No conjunto dos dados analisados nesta pesquisa, vê-se que o campo ideológico implícito nas concepções de desenvolvimento traz consigo a ideia de que as noções de progresso representam um ganha a todos, mesmo àqueles que perdem. A máxima presente neste ideário é a de que o fracasso resulta da ausência de esforço, ou ainda não chegou a vez do sucesso. Desse campo de códigos culturais, o lugar, embora tenha momentos de tensões e resistências ao modelo hegemônico, se consolida como uma via única de desenvolvimento.

O conjunto de elementos que constituem o imaginário social, como via única, encontram-se representados na realidade imposta por um modelo de desenvolvimento estrangeiro e polissêmico. As dimensões de uma projeção eurocêntrica e polissêmica se propagam dentro da Universidade, da indústria, da religião, dos organizadores do comércio, dos aspectos da cultura hegemônica, sintetizados a partir da lógica organizativa estabelecida pelas relações de poder institucionalizadas.

Observou-se que as questões de identidade presentes na memória e nas dimensões simbólicas locais promovem implicações de realidades híbridas, as quais apontam para uma sociedade em que se misturam formações do rural e das tradições com o moderno e o tecnológico ao mesmo tempo.

Cabe registrar que no conjunto das informações estudadas está presente o caráter híbrido das relações societárias. Contudo, no imaginário social da microrregião de Itajubá este elemento é desprezado em nome de um ideário eurocêntrico e polissêmico centrado nas concepções de mérito, competição e concorrência, no qual o mais fraco perde mas tem a sensação de que é participante do processo de desenvolvimento.

Na leitura dos documentos e no relato dos entrevistados fica explícito o quanto que o imaginário social está comprometido com as concepções ideológicas presentes na ideia de desenvolvimento. Não é possível, dentro desse quadro, desconhecer os movimentos de resistência e de insatisfação com o modelo, mas é sensato consignar que no campo da cultura há um convencimento sutil que compõe o imaginário social, a identidade, a memória e os elementos simbólicos em prol de uma fórmula produtiva de ordem e de progresso.

Para futuros trabalhos sobre Itajubá, recomendamos aprofundar nas significações que a cidade ganha na atualidade em interfaces com políticas atuais de desenvolvimento. As possibilidades de se pensar o local em comparação com outras cidades e/ou processos de desenvolvimento do mesmo porte. Outra possibilidade é realizar estudo sobre a relação entre a configuração de ensino proposto pela Universidade e as políticas de desenvolvimento de Itajubá na atualidade.

Ressalta-se que este estudo não tem o caráter terminativo e absoluto. Trata-se, apenas, de um aspecto da análise dos dados coletados, tendo como base o conjunto de questionamentos, objetivos, teorias e informações levantadas e coletadas em pesquisas. Contudo, houve um esforço de buscar respostas sobre o que aparece nas entrelinhas dos documentos oficiais, implicados e perpassados nas diversas falas estudadas que ultrapassam a voz daqueles que conduziram a construção da ideia dominante de desenvolvimento e de cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Alexandre Carvalho de; FERREIRA, Enéas Rente. **Produção familiar, conservação ambiental e turismo no espaço rural da microrregião de Itajubá, Minas Gerais.** In. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 315-341, ago., 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NB 1350** - Normas para elaboração de plano diretor. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA_bMAE/nbr-12267-normas-elaboracao-plano-diretor> acesso em 13/04/2015.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 3 ed. Campinas: Papurus, 1994.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Brasília, DF, IPEA, 1999.
- BAZKO, Bronislaw. **A imaginação social.** In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BIELSCHOWKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* **Compreender.** In:_____. A miséria do mundo. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 693-732.
- CARVALHO, Edgarg de Assis. **Cultura e complexidade: um trajeto antropológico.** In: Encruzilhadas da cultura: desenvolvimento, tecnologias e sociedade. Taubaté: Cabral, 2013. p. 49-70.
- CATTANI, Antonio David; FERRARINI, Adriane Vieira. **Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2. p. 164-172 jul./dez. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **Um lugar comum: A linguagem ordinária.** In: A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 59-106.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.
- COSTA, João Bosco Araujo da. **A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80.** In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 10(3) 1996.
- COUTO, R.C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: Brasil 1964-1985.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp. 23-26.

DOWBOR, L. **O que é Poder Local?** São Paulo, Brasiliense, 2008. Disponível em: http://dowbor.org/poder_local.asp. Acesso em: 07/05/2015.

ELIAS, Norbert. Cap. 1 – **Da Sociogênese dos Conceitos de “civilização” e “cultura”**. In: O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 21-64.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. In: RAP Rio de Janeiro 35(1): p.119-44, Jan. /Fev. 2001.

FEATHERSTONE, Mike. **O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Nobel, 1995, pp. 173-211.

FROEHLICH, José Marcos. **A (RE) construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário**. In: Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói, RJ, nº 14, p. 117-132, 1º sem./2003.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. In: BIELSCHOWKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEERTZ, Clifford. **Conocimiento local: Ensayos sobre la interpretación de las culturas**. Buenos Aires: Paidós, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Armelino. **Itajubá e sua história**. Itajubá, 1998.

_____. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. Cap. 3, 4. In: **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 45-96.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LIMA, Gleiton Luiz de. **História do Brasil III**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LOPES, José Rogério. **Tudo no mesmo lugar? Cultura e formações culturais na globalização**. In: SOUZA, Cidoval; SILVA, Luiz C.; COSTA, Antonio R. F. (Orgs) Local x Global: cultura, mídia e identidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p. 11-34.

_____. **Industrialização e Mudanças Culturais no Vale do Paraíba**, SP. In: Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais/ org. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon e Cidoval Moraes de Sousa. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006, p. 193-218.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. **Estado e Espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas**. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 9-29, jun. 2001.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria do desenvolvimento econômico de schumpeter: uma revisão crítica**. In: Informações Econômicas, SP, v.24, n.8, ago. 1994.

NORA, Pierre. **Memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. **Legitimidade e estilo de vida**. In: Mundialização: saberes e diferenças. SP: Brasiliense, 2006, p. 173-211.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 29. p. 9-27. 1995.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. In: Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Manole, 2011.

PIMENTA, C.A.M. **Desenvolvimento, conhecimento e cultura: limites e entradas à relação ciência e prática**. In: Revista Ângulo, nº 140 Jan/Mar 2015. Lorena: GRAFIST, 2015. p. 63-73.

PIMENTA, C.A.M. Projeto: **Indicativos de Desenvolvimento do Município de Itajubá, MG: Investimentos Públicos e Privados**. Programa de pós-Graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – Universidade Federal de Itajubá (FAPEMIG UNIVERSAL Nº CSA-APQ 02967-14), 2014.

_____. **Tendências do Desenvolvimento: Elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, UNITAU, 2014. p. 44-66

_____. **Sociologia da Juventude: Futebol, Paixão, Sonho, Frustração, Violência**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

PIZARRO, Aloyssio. **Nossa História...Nossa Tradição...Cronologia da história de uma escola de engenharia que virou universidade**. Papercrome, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs) **Economia brasileira**. Ed. Saraiva, 2000.

RIOS, Wilson de Oliveira. **Cidade de Itajubá: Câmara Municipal e Desenvolvimento Urbano (1892 – 1930)**. Itajubá. 2016.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, -----, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Nova Cultural, São Paulo, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930-1964**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

WILLIAMS, Raymond. 1921-1988 **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ANEXOS

Anexo 1 – Mapas Históricos de Itajubá

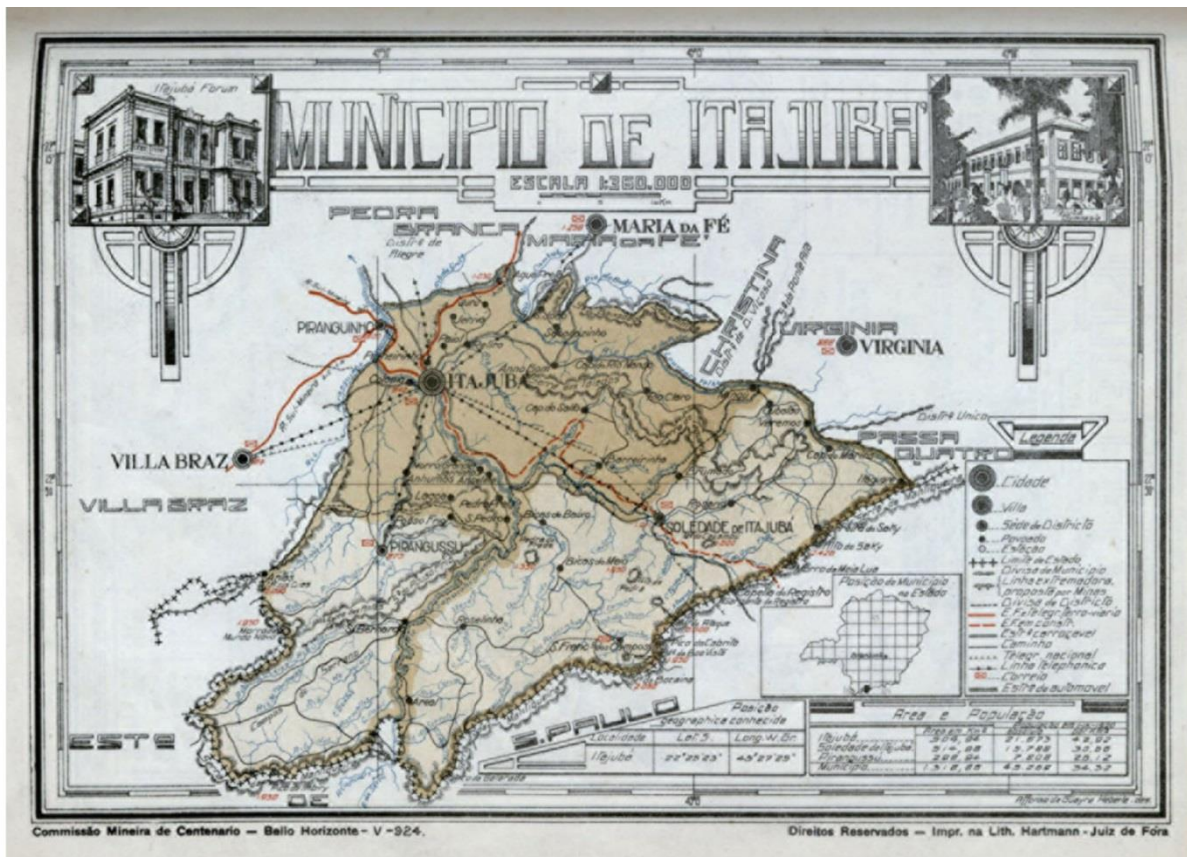


Figura 18- Mapa de Itajubá 1
Fonte: Memorial da Câmara



Figura 19- Mapa de Itajubá 2
Fonte: Memorial da Câmara



Figura 18 - Mapa de Itajubá 3
 Fonte: Memorial da Câmara

APÊNDICES

Apêndice 1 – Formulário de Pesquisa utilizado nas entrevistas

Elaboração e realização de entrevistas dialogais com indivíduos que estiveram à margem dos processos políticos e econômicos de Itajubá.

Entrevistados: Trabalhadores do campo, da cidade e funcionários públicos.

Informações perguntadas:

- I. Quais foram as saídas (táticas) que utilizou para superar as dificuldades de inserção econômica?
- II. Qual a visão que percebe sobre o desenvolvimento de Itajubá?
- III. Como esta visão afetou sua vida?